

**JURANDIR BARROCAL NETTO**

**A ESTRUTURA DE CAPITAL NAS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE  
RODOVIAS NO BRASIL.**

**Dissertação apresentada ao Curso de  
MBA em Finanças Corporativa, Centro  
de Pesquisa e Pós Graduação em  
Administração da Universidade Federal  
do Paraná.**

**Orientador: Profº Dr. Antônio Barbosa  
Lemes Júnior**

**CURITIBA**

**2004**

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	iii
LISTA DE FIGURAS .....	iii
LISTA DE GRÁFICOS .....	iii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	v
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O GRUPO EMPRESARIAL ESTUDADO .....</b>	<b>3</b>
1.1 A EMPRESA AUTOBAN .....	4
1.2 A EMPRESA NOVA DUTRA .....	5
1.3 A EMPRESA RODONORTE .....	6
<b>CAPÍTULO 2 - ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES .....</b>	<b>9</b>
2.1 ESTRUTURA DE CAPITAL .....	10
2.1.1 Indicadores para Avaliar a Estrutura de Capital .....	16
2.1.2 Indicadores para Análise do Endividamento .....	23
<b>CAPÍTULO 3 - APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE NAS EMPRESAS .....</b>	<b>25</b>
3.1 AUTOBAN .....	25
3.2 NOVA DUTRA .....	27
3.3 RODONORTE .....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS .....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>54</b>

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – CÁLCULO DA TAXA DE IMPOSTOS.....	14
TABELA 2 – INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DA AUTOBAN – 1999-2003.....	25
TABELA 3 – INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DA NOVA DUTRA – 1996-2003.....	27
TABELA 4 – INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DA RODONORTE – 1998-2003.....	29

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO = 100%.....	20
FIGURA 2 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO > 100%.....	20
FIGURA 3 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO < 100%.....	20
FIGURA 4 – IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES = 100%.....	22
FIGURA 5 – IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES > 100%.....	22
FIGURA 6 – IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES < 100%.....	22

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS – 1996-2003.....	33
GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO – 1996-2003.....	34
GRÁFICO 3 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 1996-2003.....	34
GRÁFICO 4 – IMOBILIZAÇÃO DE RECURSO NÃO CORRENTES – 1996-2003.....	35
GRÁFICO 5 – ENDIVIDAMENTO GERAL - 1996-2003.....	35
GRÁFICO 6 – ÍNDICE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 1996-2003.....	36
GRÁFICO 7 – ÍNDICE DE COBERTURA DE JUROS.....	37

## **RESUMO**

Este estudo teve como foco investigar qual a estrutura de capital utilizada pelas concessionárias de rodovias do Brasil. Para aplicação dos índices de análise da estrutura de capital foram selecionadas três concessionárias, cujos contratos de concessão têm Poderes Concedentes diferentes, ou seja, o Governo do Estado do Paraná, Governo do Estado de São Paulo e Governo Federal. Foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica sobre alguns indicadores difundidos no meio empresarial, os quais foram utilizados para a avaliação dos dados econômicos e financeiros das empresas. Os resultados foram obtidos a partir da aplicação de cálculos matemáticos e da interpretação de cada indicador. A pesquisa teve como proposição principal, identificar qual a estrutura de capital utilizada pelas concessionárias, bem como, indicar se esta é a melhor formatação na maximização da riqueza dos acionistas.

Palavras-chave: Capital; Financiamentos; Análise; Investimentos; Projeto.



## **ABSTRACT**

This report aimed to identify which capital structure is used for some toll road concessionaire from Brazil. For the application of the capital structure indicators were selected three concessionaires, which concession's contracts have had different inspectors, such as, Paraná State Government, São Paulo State Government and Federal Government. It was developed from a bibliography research about some indicators disseminated on the business market, they were used for a valuation of the economic and financial informations about the companies. The results were obtained from the application of math calculus and interpretation of each indicator. The research had as main purpose to identify what kind the structure of capital is used for these concessionaires, and if this structure adds results to the shareholders.

Key-words: Capital; Financing; Analysis; Investment; Project.

## INTRODUÇÃO

Este estudo abordou técnicas de análise de estrutura de capital que foram aplicadas nas demonstrações financeiras de três concessionárias de rodovias, Autoban, Nova Dutra e Rodonorte.

O assunto, estrutura de capital, não representa apenas a aplicação de técnicas que auxiliam nas decisões relacionadas ao mercado financeiro, mas também proporciona conhecimento para gestão empresarial, uma vez que direciona as decisões a partir de um campo técnico, menos empírico e arbitrário. Além disso, as empresas têm exigido profissionais cujo rol de habilidades contemple o conhecimento na aplicação de metodologias de indicadores financeiros, estatísticos e planejamento, pois as decisões nesse campo orientam as empresas a se manterem competitivas no mercado.

A escolha do tema foi motivada essencialmente pelo desafio de se aprofundar nas características que levam as empresas a optarem por diferentes tipos de financiamentos do empreendimento conduzindo a um elevado grau de endividamento para cumprimento das obrigações assumidas nos contratos de concessão. Para que o conhecimento não se restringisse ao mundo acadêmico, optou-se por embasar a pesquisa em um referencial teórico seguido da aplicação prática, tanto, que o problema abordado foi a verificação de qual o modelo de estrutura de capital foi adotado pelas concessionárias, através da aplicação de indicadores de análise difundidas no meio empresarial.

Todos os valores utilizados relativos às companhias objeto deste estudo são oriundas de documentos públicos, isto é, das demonstrações financeiras publicadas.

Relativo aos cálculos, por terem sido efetuados em planilha excel, podem resultar em algumas diferenças caso a conta seja efetuada sem considerar todas as casas decimais. Na maioria das vezes, foram simplificados para facilitar o entendimento. Outra observação quanto aos valores apresentados é que são em

milhares de reais e as casas decimais são desprezadas.

Durante o desenvolvimento do trabalho notou-se a existência de diversas terminologias relacionadas ao mesmo assunto, em razão disso adotou-se uma forma padrão de utilizar esses termos, focando a facilidade do entendimento.

Concernente a distribuição do conteúdo do texto, o capítulo um contém a apresentação do grupo empresarial objeto de estudo. No capítulo dois, a contextualização do tema e o desenvolvimento teórico. No capítulo três, foram aplicadas as técnicas de análise nas empresas estudadas e emitidos os comentários sobre os resultados obtidos.

Entre os pontos de atenção e as limitações encontradas no desenvolvimento do estudo, pode-se citar a utilização de dados publicados que não permite uma análise mais precisa da situação real da companhia, necessitando de um maior detalhamento. Outro fator que poderia enriquecer a contribuição deste trabalho seria a elaboração de um prospecto do mercado financeiro em cada período estudado. Além disso, as mudanças no critério de contabilização da outorga ocorridas na Autoban dificultaram a análise dos indicadores desta companhia.

## CAPÍTULO 1

### O GRUPO EMPRESARIAL ESTUDADO\*

As Concessionárias utilizadas como objeto de estudo do caso prático são: Autoban, Nova Dutra e a Rodonorte, empresas que compõem parte do portfólio de um grande grupo do ramo, tendo como sua acionista majoritária a Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, que é a maior empresa de concessões rodoviárias da América Latina. Além dessas empresas, também é acionista da Via Lagos e Ponte Rio-Niterói no Rio de Janeiro. A CCR foi a primeira empresa a abrir o capital no novo mercado de ações, o qual apresenta regras mais rígidas no relacionamento entre empresas e investidores, conforme explanação da BOVESPA (2003) transcrita a seguir:

“O **Novo Mercado** é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa e disclosure adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

A entrada de uma empresa no **Novo Mercado** significa a adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamado de "boas práticas de governança corporativa", mais rígidas do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.”

Até o momento existem apenas três empresas, a CCR, a SABESP – Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e a Natura Cosméticos S/A, com capital aberto nessa nova modalidade.

A importância de estar inserido em um grande grupo nesse setor é a interação tecnológica que traz melhorias tanto para o empresário quanto para o cliente, pois, a concessionária desenvolve atividades bastante diferenciadas dentro da própria empresa

---

\* Todas as informações concernentes às empresas foram extraídas de documentos internos disponibilizados por elas.

(atividades de engenharia, atendimento pré-hospitalar, atendimento mecânico e a incidentes, entre outros).

Além disso, as concessionárias de rodovias têm características distintas da maioria das empresas que atuam no mercado. Uma delas é que o postulado da continuidade das entidades (IUDÍCIBUS, 1994, p. 7) é diferenciado, pois as empresas têm um tempo pré-determinado de existência, na Rodonorte, esse período é de vinte e quatro anos, na Nova Dutra é de vinte e cinco e na Autoban é de vinte anos. Outra característica é que para esse período já existe a projeção de investimentos, custos, despesas e receitas, estabelecida no ato da assinatura do contrato de concessão. Ainda não há possibilidade de ampliação das atividades em outros ramos, tendo em vista que é permitido à concessionária atuar exclusivamente para atendimento do objeto previsto no contrato de concessão, ou seja, é uma empresa com fim específico (*special purpose company*).

Concernente aos aspectos econômico-financeiros, as concessionárias têm um grande volume de investimentos, concentrados principalmente nos primeiros anos, de tal sorte que a receita obtida não é suficiente para cobrir os gastos (custos, despesas e investimentos) realizados, portanto, depende de financiamentos para sua operacionalização. Esses financiamentos provêm de aportes de capital e de financiamentos de curto e longo prazo.

### 1.1 A EMPRESA AUTOBAN

Sem os recursos necessários para modernizar e expandir os antigos sistemas rodoviários do Estado de São Paulo, o governo estadual, através do DER – Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo, promoveu em 1997, a licitação para selecionar uma companhia privada capaz de investir o capital necessário. Após competitivo processo licitatório, o resultado foi apurado, tendo como vencedora a empresa que ofereceu o maior valor em outorga, ou seja, maior remuneração ao Poder

Concedente (Governo do Estado de São Paulo). Dando seguimento a esse processo, a concessão foi outorgada para a Autoban em maio de 1998. Esta concessionária passou a ser responsável pela administração e operação das rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Adalberto Panzan com extensão de cerca de 316,7 km, no período de 01/05/1998 a 30/04/2018.

De acordo com o contrato, a maioria dos investimentos se concentrou no período de 1998 a 2002, ou seja, nos cinco primeiros anos da concessão, portanto, conforme já previa o programa, as receitas auferidas não seriam suficientes para suportar essa demanda de capital, sendo necessária a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.

Os principais contratos com financiadores da Autoban são:

- a) IFC, US\$ 66 milhões assinado em 29/06/2000;
- b) IDC, US\$ 95 milhões assinado em 29/06/2000;
- c) BNDES, R\$ 100 milhões assinado em 07/10/2000; e
- d) Bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris, R\$ 120 milhões assinado em 07/10/2000.

## 1.2 A EMPRESA NOVA DUTRA

Em 1995, o Governo Federal criou o Programa de Concessões de Rodovias Federais – Procrofe, no qual estava inclusa a Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

Foi vencedora da licitação, a empresa Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, a qual ofertou a menor tarifa de pedágio.

A Nova Dutra foi constituída em 2 de outubro de 1995, com o objetivo social exclusivo de realizar, sob o regime de concessão, a exploração da Rodovia BR-116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro – São Paulo e respectivos acessos, incluindo recuperação, monitoramento, melhoramento, manutenção, conservação e operação,

mediante cobrança de pedágio. No período de 01/03/1996 a 31/07/1996 a empresa executou os trabalhos iniciais, sem fazer jus a cobrança de pedágio, a qual foi iniciada em 01/08/1996.

Os principais contratos com financiadores da Nova Dutra em 2003 em milhares de reais de curto e de longo prazo, respectivamente são:

- a) BNDES: R\$ 30.863 e R\$ 50.286 (juros: TJLP + 5,5% a.a.);
- b) IFC: US\$ 59.350 e US\$ 44.943 (juros: Libor + 3,5% a 3,75% a.a.);
- c) Credit Lyonnais: US\$ 5.064 e US\$ 799 (juros: Libor + 1% a.a.); e
- d) Banco Santander somente curto prazo: US\$ 21.202 (juros: 1% a.a.).

### 1.3 A EMPRESA RODONORTE

O Governo do Estado do Paraná viabilizou, em 1997, o Anel de Integração do Paraná, com a extensão total de 2.035 quilômetros de rodovias principais, dividido em seis lotes, dos quais cabe à Rodonorte um trecho de 487,5 quilômetros de rodovias principais, que liga Curitiba a Apucarana e Ponta Grossa a Jaguariaíva e 80,28 km de rodovias de acesso.

O processo foi efetuado através de licitação pública sendo que já eram definidos os investimentos a realizar, a localização e a quantidade de praças de pedágio, bem como os valores das tarifas a serem cobradas. A partir dessas e outras informações as empresas licitantes apresentaram suas propostas e aquela que ofereceu maior extensão de recuperação de rodovias de acesso venceram a licitação.

A transferência de responsabilidade se deu através da assinatura de um contrato de concessão com o governo do Estado do Paraná, no qual estão expressos os direitos e obrigações da concessionária e do Estado.

A Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S/A foi constituída no dia 03 de novembro de 1997 e tem por objeto “a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração das rodovias principais e a

recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso do LOTE.”

A empresa iniciou suas atividades realizando os serviços previstos nos trabalhos iniciais. O início da cobrança de pedágio se deu no dia 24 de junho de 1998, sendo que no dia 20 de julho de 1998, o governo do Estado do Paraná, através de um ato unilateral, decretou a redução média de 50% das tarifas, situação que permaneceu até 26 de março de 2000. Em função desse período de redução tarifária foi assinado o primeiro aditivo contratual que promoveu a revisão do projeto visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Outro aditivo foi assinado em 15 de maio de 2002, em função da inclusão e supressão de alguns encargos da concessionária. Cabe ressaltar que somente alguns itens contratuais são passíveis de negociação quanto ao restabelecimento do equilíbrio contratual, outros, dentre eles perdas de receita em função da diminuição do tráfego de veículos, é risco exclusivo da concessionária.

A Rodonorte inicialmente efetuou empréstimos de curto prazo, chamados de empréstimo ponte, que perduraram até a obtenção dos empréstimos de longo prazo. Os empréstimos de curto prazo perduraram por mais tempo do que o previsto inicialmente, onerando a concessionária, uma vez que as negociações para o empréstimo de longo prazo foram prejudicadas pela medida do governo estadual do Paraná de redução média de 50% das tarifas de pedágio.

A partir da renegociação com o governo e a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro com os ajustes do projeto em função do período em que a tarifa ficou reduzida, as negociações para substituição dos empréstimos de curto para longo prazo foram retomadas e, em 2001, se efetivou essa substituição com a liberação da primeira *tranche*\* do financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e também com a emissão de debêntures. O BNDES, além de ter como garantia o próprio negócio – *Project*

---

\* *Tranche* é um termo utilizado no mercado financeiro que representa a parcela recebida do financiamento.



*Finance*, exige o atendimento de algumas premissas para a concretização do empréstimo, entre elas, o cumprimento dos aportes de capital e a emissão das debêntures, ou seja, ele financia uma parte do projeto e a outra é financiada pelo capital próprio e com a participação do mercado.

## CAPÍTULO 2

### ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES

A análise através de índices, conhecida também como análise de indicadores econômico-financeiros, pode ser conceituada como sendo cálculos matemáticos efetuados a partir das demonstrações financeiras, balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, que procuram auxiliar no processo de entendimento da situação da empresa, em seus aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade (PADOVEZE, 1997, p.139).

Por apresentar uma visão global da situação econômica e financeira das empresas, a análise por meio dos índices é o processo mais utilizado pelos analistas de balanço (RIBEIRO, 1999, p. 132).

Esses índices serão constituídos sempre por elementos patrimoniais do ativo e do passivo e por elementos do resultado, tendo como objetivo evidenciar a situação atual da empresa, inferindo o que pode acontecer com seu futuro, com o intuito de proporcionar aos administradores subsídios para que se enfatizem esforços corretivos quando forem necessários.

Os índices permitem uma comparação ano a ano, sendo possível observar sua tendência e seu comportamento. Também, é possível comparar em um determinado período, o índice de uma empresa com o mesmo índice relativo a outras empresas de mesma atividade. Com isso, pode-se verificar como está a situação da empresa em relação às principais concorrentes ou mesmo comparar com aos padrões de seu segmento de atuação (SILVA, 1996, p. 208).

A análise por meio dos índices, pode ter uma diversidade de objetivos, entre eles, cita-se (BLATT, 2001, p. 62):

- a) medir a situação financeira da empresa;
- b) avaliar os principais aspectos que influem na rentabilidade da empresa e seu potencial de ganhos;

- c) calcular a liquidez da empresa, bem como a situação do fluxo de caixa;
- d) identificar uma condição de alavancagem da empresa pela relação do endividamento e de sua estrutura financeira;
- e) ajudar a realizar uma avaliação do risco creditício, isto é, os índices demonstram até certo ponto, se a condição financeira apresentada por uma empresa a torna um bom ou mau risco de crédito.

Para adquirir um bom diagnóstico em relação à situação econômica e financeira de uma empresa, é recomendável que o analista utilize um número reduzido de índices a fim de evitar o acúmulo de informações. Entretanto, sempre é necessário obter outros detalhes, um número maior de índices poderá ser extraído das demonstrações financeiras para ser utilizado (RIBEIRO, 1999, p. 132).

Portanto, a análise através de índices não se baseia simplesmente em aplicar uma fórmula a dados obtidos nas demonstrações financeiras para a obtenção de um determinado índice. O mais importante é a interpretação de seu valor na análise, pois a relevância não reside na grande quantidade de cálculos desses, mas sim num conjunto que permite prever a situação da empresa conforme sua necessidade.

## 2.1 ESTRUTURA DE CAPITAL

A composição da estrutura de capital e a determinação do custo de capital de uma empresa são fundamentais na gestão dos recursos financeiros para a tomada de decisão de financiamento de seus projetos.

No Brasil, as linhas de financiamentos de longo prazo são escassas, restringindo-se àquelas oferecidas pelo BNDES, o que torna a estrutura de capital das empresas de alta relevância, sobretudo para as pequenas e médias que não dispõem de condições para captar de recursos no mercado internacional. Tais recursos, em geral, são factíveis apenas às grandes empresas, face aos elevados gastos demandados para

sua obtenção, sendo, no entanto, compensados pelos custos de capital menores do que os praticados nacionalmente.

Outra fonte de financiamento é a do capital próprio, normalmente mais oneroso para a empresa, uma vez que, o custo de capital do acionista é maior que as taxas de financiamento de longo prazo de recursos de terceiros.

No entanto, para melhor compreensão, faz-se necessário conceituar os termos utilizados como capital de terceiros e próprio, permitindo o discernimento com as demais classificações e denominações possíveis. Por exemplo, GITMAN (2002, p. 431), entende capital como os recursos financeiros e econômicos a longo prazo da empresa, estruturalmente representado pelos itens do lado direito do balanço patrimonial, exceto o passivo circulante, ou seja, apenas os recursos de longo prazo provenientes dos acionistas ou de terceiros a títulos de empréstimos e financiamentos são considerados como capital. Relativo ao capital de terceiros (GITMAN, 2002, p. 431) entende-se que é oriundo dos financiamentos e empréstimos obtidos pela empresa, tanto os de curto quanto de longo prazo e por capital próprio, o valor oriundo dos acionistas ou proprietários do empreendimento, que aplicam na empresa sabendo dos riscos e vantagens dessa aplicação. É o capital de risco propriamente dito, portanto, capital empregado representa o quanto foi investido na empresa para produzir o lucro operacional.

Para a determinação da necessidade de capital em um negócio, é imperiosa a formulação de fluxos de caixa, para identificar dentro de um projeto, quando e quanto será necessário aportar capital ou obter empréstimos e financiamentos.

Outro item importante é a taxa, que representa um retorno esperado pelo “sacrifício” de poupar, sacrifício este proporcionado por não consumir naquele momento e ainda um prêmio pelo risco num negócio de retorno incerto. Esse custo de capital, tratado neste trabalho, é obtido considerando-se diversos fatores, tais como a oportunidade, o risco, a lei da oferta e da procura, a inflação, as guerras, variações políticas e econômicas, entre outros; essa taxa tem o objetivo de proteger o poder

aquisitivo do capital e remunerá-lo.

A determinação do custo de capital é imprescindível para a viabilização de aplicação de algumas das técnicas e processos de análise de investimentos e de desempenho, bem como para avaliar qual a melhor estrutura de capital a ser praticada no empreendimento.

O custo de capital pode ser medido considerando-se o quanto se ganharia em um investimento similar, portanto, representa o custo de oportunidade, que "...vem a ser o que perdemos ou deixamos de ganhar em relação a remunerações melhores para o capital naquele momento" (CARVALHO, 2002, p. 6). Por exemplo, ao se aplicar o capital num determinado investimento a uma taxa de atratividade de 15% e compará-lo a uma outra aplicação com um retorno de 18%, o custo de oportunidade por se aplicar no primeiro foi de aproximadamente 3%. De acordo com CATELLI (1999, p. 415), "...o resultado de uma decisão decorre do confronto entre o benefício gerado pela alternativa escolhida e o benefício que seria obtido pela escolha da melhor alternativa abandonada (*custo de oportunidade*)."

Uma variável importante na obtenção de um custo adequado é a consideração do risco do negócio, que indica a probabilidade ou possibilidade de se ter prejuízo. Como a taxa é a mensuração do retorno esperado sobre uma aplicação, ao tratar-se de um investimento mais arriscado, conseqüentemente espera-se maior remuneração do capital investido.

O custo de capital é o retorno que pode ser obtido sobre esse capital de modo que produza recursos financeiros suficientes para cobrir os juros da dívida, após os impostos e ainda ter uma sobra capaz de prover um retorno aceitável para o acionista.

Matematicamente, o custo de capital é obtido a partir do seguinte cálculo\*:

$$c = \{[y * (E/F)] + [(1 - t) * b * (D/F)]\}, \text{ sendo:}$$

c = custo do capital

---

\* Informações retiradas de reuniões e treinamentos realizados na Empresa Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S/A, relacionadas à determinação do custo de capital para cálculo do EVA ministrados pela empresa Stern Stewart & Company.

$y$  = custo do capital próprio.

$E$  = *equity value* (capital do acionista).

$F$  = *firm value (equity value + debt value)* (capital próprio + capital de terceiros).

$(1 - t) * b$  = custo da dívida ( $b$ ) após impostos  $(1 - t)$ , sendo  $t$  = taxa dos impostos.

$D$  = *debt value* (valor dos financiamentos com terceiros).

Existem fórmulas semelhantes que utilizam nomenclaturas diferenciadas, tendo ao final um mesmo resultado, como exemplo, apresenta-se a encontrada no livro de BRASIL (2002, p. 57-58):

$i = \{k_d * (1 - t) * [E/(E+PL)]\} + \{k_e * [PL/(E+PL)]\}$ , sendo:

$i$  = taxa de desconto

$k_d$  = custo da dívida

$t$  = alíquota de impostos

$k_e$  = custo do capital do acionista

$E$  = valor de mercado da dívida

$PL$  = valor de mercado do capital do acionista

Comparando-se as duas fórmulas, fica evidente a semelhança entre elas, mas com a intenção de facilitar o entendimento optou-se pela padronização de nomenclaturas, utilizando-se neste trabalho a forma apresentada pela Stern Stewart.

A respeito da fórmula, pode-se comentar que ao se dividir o *equity value* pelo *firm value* obtém-se a proporção do capital do acionista em relação ao capital total, assim como quando se divide o *debt value* pelo *firm value* se relaciona a proporção que a empresa apresenta de participação de capital de terceiros. Conclui-se portanto, que o custo de capital é calculado através da média dos custos individuais de dívida e capital próprio, ponderada pelas proporções que cada forma de financiamento representa na estrutura de capital da empresa.

Quanto à expressão  $(1 - t) * b$  da fórmula, representa o percentual dos

impostos que são “economizados” em função da existência das dívidas de financiamentos (despesas com juros, por exemplo).

Para a determinação dessa taxa, o cálculo é realizado com base nas alíquotas de imposto de renda (25%) e contribuição social (9%), totalizando 34% de impostos. Como é permitida a compensação de prejuízos acumulados em até 30% em cada exercício, quando há prejuízo obtém-se uma alíquota equivalente a 70% do total, ou seja, de 23,8%, conforme tabela 1:

TABELA 1 – CÁLCULO DA TAXA DE IMPOSTOS

Imposto	Alíquota (%)
Imposto de Renda	25%
Contribuição Social	9%
<b>ALÍQUOTA TOTAL</b>	<b>34%</b>
Compensando-se 30% de prejuízo = 70%	23,8%

FONTE: Adaptado para este trabalho pelo autor.

A partir da determinação da fórmula fica mais claro como se calcular o custo de capital, embora a maior dificuldade resida na determinação do custo da dívida (b) assim como do capital próprio (y), pois demanda de uma série de cálculos e pesquisas financeiras, que consideram as condições atuais e, a partir destas, a projeção de condições futuras do mercado e ainda a determinação do risco em investimentos semelhantes. Em função da complexidade desses cálculos e a necessidade de apoio de especialistas em outras áreas para sua efetivação, para o qual caberia um estudo específico e ainda que, o objetivo do presente trabalho não resida na aplicação dessas técnicas, a determinação do custo da dívida e do capital próprio será abordada apenas teoricamente.

De acordo com BRASIL (2002, p. 58-59), em geral o custo do capital do credor é composto pela taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia expurgada a inflação, representando uma taxa livre de risco, mais um diferencial, chamado no mercado financeiro de *spread*, relativo ao risco de inadimplência do cliente.

A precisa composição do custo de capital possibilita uma melhor avaliação

dos investimentos a serem realizados, bem como a melhor opção da fonte de captação dos recursos financeiros necessários. Essa avaliação tem de considerar os custos e benefícios de cada uma das fontes, visando diminuir o custo médio ponderado de capital.

Cabe ressaltar que, a utilização do capital próprio pode ser considerada mais onerosa, em especial pelo risco, pois, em caso de insolvência da companhia, os últimos recebedores serão os acionistas, enquanto os financiadores têm prioridade no recebimento em relação àqueles. Outro ponto a considerar é que, as despesas com juros sobre tais financiamentos são dedutíveis dos impostos sobre a renda, reduzindo portanto os custos da companhia.

É evidente que a captação onerosa de recursos de curto prazo tem outras características, pois os custos são maiores que os de longo prazo, demandando um outro tipo de avaliação.

A estrutura de capital de uma empresa é demonstrada pelos índices que relacionam a composição de capitais próprios e de terceiros, apresentando relações na estrutura da dívida, bem como medem quais os níveis de imobilização de recursos da empresa. Relacionam as fontes de recursos entre si, nas quais procuram retratar a situação do capital próprio em relação ao capital de terceiros. São índices significativos, pois demonstram o vínculo de dependência da empresa com tais capitais.

Esses índices servem também para revelar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. No balanço patrimonial, o passivo mostra as origens dos capitais que estão disponibilizados na empresa, enquanto o ativo aponta de que maneira tais capitais foram empregados. Dessa forma, pelo confronto entre os capitais próprios e de terceiros, torna-se possível saber a origem dos investimentos na empresa.

Além dessas avaliações, os indicadores de análise do endividamento podem ser úteis para identificar o quanto do ativo é financiado por terceiros; qual a



capacidade de endividamento da companhia e de pagamento das obrigações da dívida.

### 2.1.1 Indicadores para Avaliar a Estrutura de Capital

De acordo com MATARAZZO (1998, p. 159) para a classificação necessária para o processo de avaliação econômico-financeira, os índices de estrutura de capital são, em geral, interpretados como sendo quanto menor, melhor, isto é, quanto menor forem estes índices, menor será o montante de capitais de terceiros que vem sendo utilizado para a geração dos resultados.

#### 2.1.1.1. Participação de Capitais de Terceiros – PCT

Demonstra o grau de endividamento da empresa e evidencia o montante de recursos obtidos de terceiros em relação aos recursos próprios, culminando nas principais fontes de financiamento do ativo.

Estabelece a participação de capital de terceiros investido na empresa relacionado ao seu patrimônio líquido, representando seu vínculo em relação aos recursos externos.

A participação de capital de terceiros – PCT na estrutura financeira de uma empresa, indica quanto foi tomado de capital de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital investido, e é obtida por:

$PCT = CT / PL$ , sendo:

CT = capital de terceiros

PL = patrimônio líquido.

O alto grau de endividamento através da utilização de capitais de terceiros em períodos de médio a longo prazo pode acarretar problemas na liquidação de dívidas e até culminar na insolvência da empresa, portanto, a empresa deve utilizar-se de prudência em relação ao planejamento de obtenção de recursos quando verificar uma oportunidade de crescimento.

Em relação à análise de endividamento de uma empresa, torna-se interessante observar determinadas características do seguinte indicador (MARION, 2002, p. 105-106):

- a) empresas que buscam o endividamento para realizar aplicações em seu ativo: tais aplicações são consideradas produtivas quando dizem respeito à busca de melhores resultados, sendo considerado este endividamento como benéfico, pois tais aplicações produtivas certamente irão gerar recursos para liquidar a dívida assumida;
- b) empresas que buscam o endividamento com o objetivo de saldar as dívidas que estão prestes a vencer, através de sua operacionalidade, podem não conseguir gerar recursos para saldar os compromissos assumidos com seus credores, recorrendo a sucessivos empréstimos, o que pode levá-la à insolvência e conseqüentemente à falência.

Sempre que esse índice apresentar valor inferior a 100%, ocorrerá o excesso de recursos próprios em relação aos de terceiros, demonstrando com isso, liberdade financeira para a tomada de decisões. Entretanto, quando os recursos de terceiros investidos na empresa apresentarem-se em níveis maiores que os recursos próprios, esse índice será maior que 100% e indicará a existência de dependência financeira junto aos seus credores (RIBEIRO, 1999, p. 134).

Portanto, quanto menor for a participação dos recursos de terceiros na estrutura de capital da empresa, menor será o grau de endividamento e conseqüentemente, maior será a liberdade financeira para a tomada de decisões.

#### 2.1.1.2. Composição do Endividamento - CE

O índice que mede a Composição do Endividamento – CE tem por finalidade indicar o percentual das exigibilidades a serem liquidadas em curto prazo em relação ao seu montante total, isto é, quanto a empresa terá de pagar em curto prazo para cada

real das obrigações existentes (MATARAZZO, 1998, p. 161).

$CE = PC / CT$ , sendo:

PC = passivo circulante

CT = capital de terceiros.

A condição mais favorável é aquela em que as dívidas em longo prazo possuem maior participação, proporcionando para a empresa um prazo mais longo para gerar os recursos necessários para liquidar os compromissos assumidos. Expansão e modernização, por exemplo, devem ser financiadas com recursos de longo prazo, pois os retornos a serem gerados por tais aplicações ocorrerão em longo prazo.

Se a composição do endividamento apresentar uma proporção mais significativa no passivo circulante, normalmente utilizada para financiar o ativo circulante, a empresa poderá ter algumas dificuldades para pagamento num momento de crise do mercado, tendo poucas alternativas como, por exemplo, vender seus produtos estocados por preços inferiores ao seu custo de aquisição, assumir novas obrigações em curto prazo com altos índices de juros, entre outras. Já, se as dívidas tiverem características de longo prazo, utilizadas normalmente para financiar bens do ativo permanente, em um determinado momento de crise do mercado, a empresa terá condições de replanejar sua situação, ficando descomprometida, por um determinado período, em liquidar seus estoques e a contrair novos empréstimos.

Logo, quanto menor for o valor a pagar em curto prazo, em relação ao montante de suas dívidas, maior será o tempo que a empresa dispõe para levantar recursos financeiros para saldar seus compromissos.

#### 2.1.1.3. Imobilização do Patrimônio Líquido - IPL

O IPL é um índice que tem por finalidade indicar quanto de recursos próprios da empresa está investido no ativo permanente, isto é, a proporção que a empresa

imobilizou em relação ao seu patrimônio líquido. Na interpretação desse índice deve-se verificar se a empresa dispõe ou não de capital circulante próprio - CCP, sendo esse, a parcela restante do patrimônio líquido investida no ativo circulante, isto é, a sobra de recursos próprios depois de financiar o ativo permanente e o realizável em longo prazo ( $CCP = PL - (AP + RLP)$ ).

A obtenção do IPL é dada por (MATARAZZO, 1998, p. 162):

$IPL = AP / PL$ , sendo:

AP = ativo permanente

PL = patrimônio líquido.

Para uma empresa, em termos financeiros, o ideal é o montante dos recursos próprios cobrir os investimentos realizados no ativo permanente e ainda dispor de recursos para aplicar no ativo circulante, o que a deixará com certa liberdade financeira para realizar suas operações sem que necessite recorrer a empréstimos.

Esse índice mostra a existência ou não de recursos de terceiros para o financiamento do ativo circulante. Se todos os recursos próprios forem utilizados para financiar o ativo permanente, o capital circulante próprio será negativo, significando com isso, que parte do ativo permanente, todo o ativo circulante e mais o realizável em longo prazo foram financiados somente com recursos de terceiros, acarretando uma situação desfavorável para a empresa. Sempre que a imobilização do patrimônio líquido for inferior a 100%, indicará que a empresa não utilizou todos os seus recursos para financiar o ativo permanente, podendo existir então, capital circulante próprio. Entretanto, se esse índice for superior a 100%, indicará que o ativo permanente é financiado pelo montante dos recursos próprios acrescido de uma parcela dos recursos de terceiros. Quanto maior for a parcela do patrimônio líquido aplicado nesse ativo, menor será a participação no ativo circulante com recursos próprios e conseqüentemente, maior será a dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros.

A seguir, apresentam-se algumas configurações com relação a esse índice.

FIGURA 1 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO = 100%

AC	PC
	ELP
RLP	
AP	PL

NOTA: o esquema apresentado demonstra que todo o ativo permanente é financiado pelo patrimônio líquido, isto é, não ocorre sobra de recursos próprios para aplicar no ativo circulante, mostrando assim, capital circulante próprio nulo\*

FIGURA 2 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO > 100%

AC	PC	} <b>CCP negativo</b>
	ELP	
RLP		
AP	PL	

NOTA: o esquema apresentado demonstra que o ativo permanente é financiado em uma parte por recursos próprios da empresa e, outra parte por recursos de terceiros, ocorrendo com isso, capital circulante próprio negativo.

FIGURA 3 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO < 100%

AC	PC	} <b>CCP positivo</b>
	ELP	
	CCP	
RLP	PL	
AP		

NOTA: o esquema apresentado mostra a existência de capital circulante próprio, ou seja, através de recursos próprios (patrimônio líquido) a empresa investe no ativo permanente, no realizável a longo prazo e parte do ativo circulante.

Portanto, o ideal para as empresas é que em sua estrutura financeira todos os recursos existentes no patrimônio líquido superem as aplicações realizadas no ativo permanente e no realizável a longo prazo, restando ainda, recursos para investir no ativo circulante, demonstrando com isso, que a empresa possui liberdade financeira

\* Será nulo quando no ativo não aparecer o realizável de longo prazo.

para movimentar o seu negócio sem precisar recorrer a recursos de terceiros.

#### 2.1.1.4. Imobilização dos Recursos não Correntes - IRnC

O IRnC representa a parcela dos recursos próprios acrescido do exigível a longo prazo investida no ativo permanente. O ideal é que somente os recursos próprios sejam suficientes para cobrir o valor aplicado no permanente sem que exista necessidade de recorrer a recursos de terceiros de longo prazo para financiar esse ativo.

A fórmula para cálculo e a indicação desse índice encontra-se a seguir (MATARAZZO, 1998, p. 165):

$IRnC = [AP / (PL + ELP)]$ , sendo:

AP = ativo permanente

PL = patrimônio líquido

ELP = exigível a longo prazo.

A razão em comparar-se as aplicações no ativo permanente com os recursos não correntes, deve-se pelo fato de que não é necessário a empresa financiar esse ativo com recursos próprios, ou seja, é possível utilizar recursos de terceiros de longo prazo se condicionados ao tempo de vida útil do imobilizado, ou então, que a empresa consiga gerar recursos de longo prazo suficientes para liquidar as dívidas contraídas.

Em geral, um aspecto importante a ser observado nesse índice é que não ultrapasse a 100%, pois a parcela de recursos não correntes destinada ao ativo circulante é denominada capital circulante líquido - CCL\*.

As configurações a seguir, ilustram as relações da imobilização dos recursos não correntes.

---

\* O CCL representa a folga financeira em curto prazo, isto é, financiamentos de que a empresa dispõe para o seu giro e que não são cobrados em curto prazo.

FIGURA 4 – IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES = 100%

AC	PC	} <b>Passivo Circulante</b>
RLP	CCL negativo	
AP	ELP	} <b>Recursos não correntes</b>
	PL	

NOTA: o esquema apresentado demonstra uma situação desfavorável para empresa, pois os recursos não correntes financiam todo o ativo permanente, acarretando um passivo circulante maior que o ativo circulante, gerando capital circulante líquido negativo.

FIGURA 5 – IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES &gt; 100%

Recurso do PC {	AC	PC	} <b>Passivo Circulante</b>
	RLP	CCL negativo	
	AP		} <b>Recursos não Correntes</b>
		ELP	
		PL	

NOTA: a empresa que apresentar esta situação poderá enfrentar sérios problemas de solvência, pois o índice de imobilização de recursos não correntes será superior a 100%, conseqüentemente, recursos do passivo circulante irão financiar o ativo permanente. O esquema apresentado demonstra uma situação desfavorável pelo fato que as aplicações realizadas no ativo levam certo tempo para gerar lucro, ao passo que, as dívidas contraídas normalmente levam menos tempo para serem liquidadas, ocasionando o comprometimento da situação financeira da empresa.

FIGURA 6 – IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES &lt; 100%

Ativo Circulante {	AC	PC	} <b>Recursos não Correntes</b>
	CCL POSITIVO	ELP	
	RLP		
	AP	PL	

NOTA: o esquema apresentado mostra uma situação favorável para a empresa com o patrimônio líquido financiando o ativo permanente e o realizável de longo prazo e, a outra parte dos recursos não correntes aplicada no ativo circulante, revelando com isso recursos suficientes para liquidar as dívidas de curto prazo e, um lastro de tempo para realizar outros ativos para remunerar parte dos recursos não correntes.

### 2.1.2 Indicadores para Análise do Endividamento

Não se pode considerar a alavancagem financeira como negativa, é evidente que o risco é maior, mas, os retornos esperados também. Torna-se importante a avaliação da capacidade de pagamento da dívida, que pode ser efetivada através de indicadores de análise de endividamento.

#### 2.1.2.1. Índice de endividamento geral - IEG

Esse índice permite a mensuração da relação dos ativos totais que são financiados por terceiros. Ele indica quanto desse capital está sendo utilizado para gerar os resultados. Quanto maior o índice, maior a alavancagem financeira da empresa.

A fórmula para cálculo e a indicação desse índice encontra-se a seguir (GITMAN, 2002, p. 117):

$IEG = CT/AT$ , sendo:

CT = capital de terceiros

AT = ativo total.

#### 2.1.2.2. Índice exigível a longo prazo / patrimônio líquido

Esse índice aponta para a proporção de dívida de longo prazo e o capital próprio da companhia. Em geral é utilizado para medir o grau de alavancagem financeira. Nesse caso, não é utilizado o capital de terceiros total, uma vez que considera que as dívidas do passivo circulante não são onerosas (salários a pagar, impostos a pagar, fornecedores, entre outras).

A fórmula para cálculo e a indicação desse índice encontra-se a seguir (GITMAN, 2002, p. 118):



Índice ELP-PL =  $ELP/PL$ , sendo:

ELP = exigível de longo prazo

PL = patrimônio líquido.

A avaliação desse índice depende do ramo de cada empresa. As empresas com grandes valores de ativo permanente e fluxos de caixa estáveis têm índices maiores, pois, apresentam maior capacidade de captação de recursos de longo prazo junto aos financiadores.

#### 2.1.2.3. Índice de cobertura de juros - ICJ

Esse índice tem a finalidade de demonstrar a capacidade de pagamento dos juros da dívida pela companhia. Quanto maior melhor.

A fórmula para cálculo e a indicação desse índice é a seguinte (GITMAN, 2002, p. 118):

$ICJ = (LAJIR / J)$ , sendo:

LAJIR = lucro antes dos juros e dos impostos sobre a renda

J = despesas com juros.

## CAPÍTULO 3

### APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE NAS EMPRESAS

Neste estudo buscou-se definir e interpretar os indicadores de estrutura de capital com base nos balanços e a aplicação dos mesmos em três empresas concessionárias de rodovias, cujos resultados passam a ser abordados a seguir.

#### 3.1 AUTOBAN

TABELA 2 – INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DA AUTOBAN – 1999-2003

ITENS	FÓRMULA	INDICADORES (un.)				
		1999	2000	2001	2002	2003
<b>Estrutura de Capital</b>						
Participação de Capitais de Terceiros	CT / PL	*	*	*	5,97	3,42
Composição do Endividamento	PC / CT	0,15	0,08	0,07	0,15	0,15
Imobilização do Patrimônio Líquido	AP / PL	*	*	*	5,29	3,32
Imobilização de Recursos não Corrente	AP / (PL+PELP)	1,12	1,00	0,97	0,87	0,85
<b>Endividamento</b>						
Endividamento geral	CT / AT	1,06	1,06	1,09	0,86	0,77
Grau de Endividamento	ELP / PL	*	*	*	5,06	2,90
Índice de Cobertura de Juros	LAJIR / J	0,14	0,29	0,45	0,48	4,67
<b>DADOS DE BALANÇO</b>						
						(milhões de reais)
Capitais de Terceiros	CT	1.940,4	2.222,4	2.536,3	951,4	849,7
Patrimônio Líquido	PL	-118,0	-123,7	-219,7	159,4	248,6
Passivo Circulante	PC	299,9	178,6	168,5	144,3	128,4
Ativo Permanente	AP	1.706,1	1.927,6	2.088,4	842,7	824,3
Passivo Exigível de Longo Prazo	PELP	1.640,4	2.043,8	2.367,8	807,1	721,3
Ativo Circulante	AC	25,6	30,8	30,7	86,3	127,4
Ativo Realizável em Longo Prazo	ARLP	90,6	140,3	197,5	181,8	146,7
Ativo Total	AT	1.822,3	2.098,7	2.316,6	1.110,8	1.098,3
Lucro Antes dos Juros e Impostos	LAJIR	46,4	62,5	129,4	132,3	170,8
Juros	J	321,0	215,8	288,2	274,9	36,6

FONTE: Adaptada pelo autor a partir das demonstrações financeiras da companhia.

NOTA: \* Indicadores não aplicáveis em face do patrimônio líquido negativo.

Na Autoban, os indicadores de participação de capital de terceiros nos anos de 1999 a 2001 não foram calculados, uma vez que o patrimônio líquido é negativo, em função dos prejuízos ocorridos. Nos anos de 2002 e 2003 os índices foram de 597% e 341,8%, respectivamente. Esse alto grau de endividamento é aceitável na estrutura de capital da concessionária, pois, nos primeiros anos, em especial, há a necessidade de investimentos bastante expressivos, levando a companhia a captar recursos para suportar tais gastos.

Com relação à composição do endividamento, pode-se perceber que a maioria se deu a longo prazo, uma vez que os índices são baixos. A avaliação desse índice fica prejudicada em função das obrigações da companhia junto ao Poder Concedente, a qual sofreu alterações nos critérios de contabilização a partir de 2002. Ao desconsiderar essa conta, pode-se concluir que o índice de 1999 foi o maior, em função dos empréstimos de curto prazo.

Quanto ao indicador de imobilização do patrimônio líquido - IPL, também não calculado nos anos de 1999 a 2001 pelo motivo já explanado anteriormente, apresentou em 2002 e 2003 os índices de 528,8% e 331,6%, respectivamente. Esses resultados são altos, mas, justificáveis nas concessionárias, uma vez que o objeto de existência é o investimento (ativo permanente) na infra-estrutura da rodovia concedida.

O índice de imobilização de recursos não correntes também é alto nas concessionárias, pois, os empréstimos e financiamentos são basicamente para financiar essa imobilização. Nota-se que o patrimônio líquido é baixo e em alguns anos até negativo, pois, utiliza-se de capital de terceiros uma vez que o custo do capital próprio é maior que o dos credores de longo prazo. Na Autoban esse índice vem diminuindo, conforme revelam os cálculos. Os índices resultantes ficam distorcidos nos primeiros anos, em função das mudanças nos critérios contábeis ocorridas em dezembro de 2002. pois, em 2001\*, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM apresentou minuta de deliberação emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, propondo procedimentos contábeis para o registro de direito de outorga por concessionárias de serviços públicos, diferentes dos praticados pela companhia até então, sendo que, em 2002 a Autoban decidiu adotar a prática contábil proposta, com anuência da CVM, esses ajustes são registrados diretamente no patrimônio líquido, sem nenhum efeito no resultado do exercício, de acordo com as regras contábeis.

---

\* Informações retiradas dos balanços publicados.

Outros indicadores que apóiam na análise do endividamento como o índice de endividamento geral, mostra que o capital de terceiros financiou 100% do ativo da concessionária nos anos de 1999 a 2001, embora esse cálculo fique prejudicado pelos ajustes ocorridos. Em 2002 e 2003 o capital de terceiros financia 85,7% e 77,4% do ativo total da empresa, indicando uma redução da alavancagem financeira. Mesmo com essa redução, o grau de alavancagem financeira da Autoban é bastante alto, como mostram os resultados do índice que divide o exigível a longo prazo pelo patrimônio líquido, em 2002 de 506,4% e 290,1% em 2003, o que é natural em empresas com grandes valores no ativo permanente e fluxo de caixa estáveis. Nos demais anos, o patrimônio líquido é negativo, não permitindo esse comparativo.

Relativo ao índice de cobertura de juros, pode-se dizer que está dentro dos padrões para o ramo estudado, uma vez que, os financiadores contam com um projeto de longo prazo, com as previsões de desembolsos e entradas constantes em um contrato assinado com o Poder Concedente e ainda as garantias dos acionistas. O aumento desse índice no ano de 2003 se deu em função da variação cambial positiva.

### 3.2 NOVA DUTRA

TABELA 3 – INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DA NOVA DUTRA – 1996-2003

ITENS		FÓRMULA	INDICADORES (un.)						
			1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Estrutura de Capital									
Participação de Capitais de Terceiros	CT / PL	4,79	2,90	2,31	2,93	2,53	2,35	2,80	1,63
Composição do Endividamento	PC / CT	0,44	0,29	0,16	0,24	0,24	0,29	0,37	0,50
Imobilização do Patrimônio Líquido	AP / PL	5,37	3,23	2,98	3,34	3,09	3,10	3,33	2,44
Imobilização de Recursos não Corrente	AP / (PL+PELP)	1,47	1,05	1,01	1,04	1,06	1,16	1,21	1,35
Endividamento									
Endividamento geral	CTF / AT	0,83	0,74	0,70	0,75	0,72	0,70	0,74	0,62
Grau de Endividamento	ELP / PL	2,66	2,06	1,94	2,22	1,91	1,67	1,76	0,81
Índice de Cobertura de Juros	LAJIR / J	1,24	2,25	2,07	0,74	1,48	1,25	0,82	4,02
DADOS DE BALANÇO									
(milhões de reais)									
Capitais de Terceiros	CT	128,6	225,8	323,1	440,4	411,8	393,1	417,1	328,9
Patrimônio Líquido	PL	26,8	77,9	139,6	150,3	162,6	167,5	149,1	201,5
Passivo Circulante	PC	57,2	65,3	52,8	106,8	100,6	112,8	154,3	165,9
Ativo Permanente	AP	144,2	251,5	415,4	502,0	502,6	519,3	497,1	491,4
Passivo Exigível de Longo Prazo	PELP	71,4	160,5	270,3	333,6	311,2	280,4	262,8	163,1
Ativo Circulante	AC	11,2	47,7	30,3	46,8	31,4	29,8	44,9	31,4
Ativo Realizável em Longo Prazo	ARLP	0,1	4,5	17,0	42,0	40,4	11,6	24,2	7,7
Ativo Total	AT	155,4	303,7	462,7	590,7	574,4	560,7	566,2	530,5
Lucro Antes dos Juros e Impostos	LAJIR	9,0	63,0	75,5	81,5	88,1	103,0	99,1	92,8
Juros	J	7,3	28,1	36,5	109,5	59,7	82,2	121,4	23,1

FONTE: Adaptada pelo autor a partir das demonstrações financeiras da companhia.

Conforme os cálculos retratados na tabela 3, pode-se afirmar que o grau de endividamento da Nova Dutra é bastante acentuado. Como já comentado, esse comportamento é aceitável na estrutura de capital da concessionária, pois, nos primeiros anos, em especial, há a necessidade de investimentos bastante expressivos, levando a companhia a captar recursos para suportar tais gastos, além disso, trabalhar com capital de terceiros é uma das características dos projetos de concessão.

Relativo à composição do endividamento, pode-se identificar um índice baixo, embora tenha aumentado em 2003 em função da transferência de empréstimos e financiamentos de longo para curto prazo. A concessionária tem no longo prazo a maior parte de seu endividamento, o que é um indicador positivo.

Quanto ao indicador de imobilização do patrimônio líquido, como já comentado anteriormente, esses resultados são altos, mas, justificáveis nas concessionárias, uma vez que o objeto de existência é o investimento (ativo permanente) na infra-estrutura da rodovia concedida.

O índice de imobilização de recursos não correntes é alto nas concessionárias, pois, os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, são basicamente para financiar essa imobilização. No caso da Nova Dutra, pode-se identificar capital circulante próprio e capital circulante líquido negativos durante os anos avaliados.

Quanto à análise do endividamento, o índice de endividamento geral, mostra que o capital de terceiros financia parcialmente o ativo total da empresa, indicando menor alavancagem financeira que da Autoban. Mesmo assim, o grau de alavancagem financeira da Nova Dutra é alto, como mostram os resultados do índice que divide o exigível a longo prazo pelo patrimônio líquido, mas está em queda, tendo atingido 81% em 2003.

Relativo ao índice de cobertura de juros, pode-se dizer que a situação é bastante tranqüila, embora tenha acontecido uma queda em 1999, provavelmente ocasionada pela oscilação do dólar no mercado financeiro, o que provocou um aumento considerável nas despesas financeiras da empresa, situação inversa no ano de

2003, em função da ocorrência de variação cambial positiva.

### 3.3 RODONORTE

TABELA 4 – INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DA RODONORTE – 1998-2003

ITENS	FÓRMULA	INDICADORES (un.)					
		1998	1999	2000	2001	2002	2003
Estrutura de Capital							
Participação de Capitais de Terceiros	CT / PL	23,18	*	*	8,52	8,08	9,78
Composição do Endividamento	PC / CT	1,00	0,98	0,97	0,15	0,17	0,22
Imobilização do Patrimônio Líquido	AP / PL	21,77	*	*	7,42	7,59	9,09
Imobilização de Recursos não Corrente	AP / (PL+PELP)	21,77	*	*	0,90	0,98	1,05
Endividamento							
Endividamento geral	CT / AT	0,96	1,32	1,07	0,89	0,89	0,91
Grau de Endividamento	ELP / PL	-	*	*	7,26	6,75	7,66
Índice de Cobertura de Juros	LAJIR / J	0,16	0,10	0,99	1,20	0,83	1,00
DADOS DE BALANÇO							
(milhões de reais)							
Capitais de Terceiros	CT	116,6	143,7	159,7	210,8	302,0	355,2
Patrimônio Líquido	PL	5,0	-35,1	-10,8	24,7	37,4	36,3
Passivo Circulante	PC	116,6	141,0	155,3	31,1	49,9	77,1
Ativo Permanente	AP	109,6	96,2	102,4	183,6	283,8	330,0
Passivo Exigível de Longo Prazo	PELP	0,0	2,7	4,3	179,7	252,1	278,2
Ativo Circulante	AC	9,7	9,7	14,9	12,4	16,3	19,1
Ativo Realizável em Longo Prazo	ARLP	2,4	2,7	31,6	39,5	39,3	42,5
Ativo Total	AT	121,7	108,6	148,9	235,5	339,4	391,5
Lucro Antes dos Juros e Impostos	LAJIR	1,5	8,7	27,8	42,4	48,5	48,8
Juros	J	9,4	87,9	28,2	35,2	58,4	48,8

FONTE: Adaptada pelo autor a partir das demonstrações financeiras da companhia.

NOTA: \* Indicadores não aplicáveis em face do patrimônio líquido negativo

Pode-se notar na estrutura de capital das concessionárias um alto índice de participação de capital de terceiros, e isso não é diferente na Rodonorte, esses indicadores nos anos de 1999 e 2000 não foram calculados, uma vez que o patrimônio líquido é negativo, em função dos prejuízos ocorridos. Nos anos de 2001, 2002 e 2003 foram de 852,1%, 808,0% e 978,4%, respectivamente. O alto grau de endividamento é aceitável na estrutura de capital da concessionária, pois, nos primeiros anos, há uma carga elevada de investimentos, levando a companhia a captar recursos para suportar tais gastos.

Com relação à composição do endividamento, a Rodonorte apresenta uma composição diferente das outras duas analisadas em função dos problemas políticos ocorridos no início da concessão (redução do pedágio em 50%), dificultando as negociações com os financiadores e prolongando o empréstimo-ponte de curto prazo.

Assim que se resolveu essa situação, nota-se uma redução considerável no passivo circulante da companhia.

Quanto ao indicador de imobilização do patrimônio líquido, também não calculado nos anos de 1999 e 2000 pelo motivo já explanado anteriormente, apresentou em 2001, 2002 e 2003 os índices de 742,3%, 759,4% e 908,9%, respectivamente. Esses resultados são altos, mas, comum nas concessionárias, uma vez que o objeto do negócio de concessão é o investimento (ativo permanente) na infraestrutura da rodovia concedida.

O índice de imobilização de recursos não correntes pode ser considerado normal para o projeto, pois, os empréstimos e financiamentos são basicamente para financiar a imobilização, o patrimônio líquido é baixo, inclusive negativo em alguns exercícios. Por esse motivo, o capital circulante próprio apresenta-se negativo em todos os anos.

Quanto à análise do endividamento, o índice de endividamento geral, mostra que o capital de terceiros financiou 100% do ativo da concessionária nos anos de 1999 e 2000. Em 2001, 2002 e 2003 o capital de terceiros financia parcialmente o ativo total da empresa, indicando uma diminuição da alavancagem financeira. Assim mesmo, o grau de alavancagem financeira da Rodonorte é alto, como mostram os resultados do índice que divide o exigível a longo prazo pelo patrimônio líquido, em 2001 de 726,4%, 2002 de 674,6% e 766,2% em 2003, resultados já esperados em empresas com ativo permanente expressivo e fluxo de caixa estáveis.

Com relação ao índice de cobertura de juros, pode-se dizer que está dentro dos padrões para o ramo estudado. A alteração brusca ocorrida em 1999 deu-se em função das oscilações cambiais ocorridas no mercado. Além disso, os financiadores dispõem de previsões de desembolsos e entradas identificadas nos contratos de concessão e ainda as garantias dos acionistas, uma vez que no Paraná as ações políticas se apresentaram instáveis no período estudado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da estrutura de capital de uma empresa, associada a outros indicadores, permite ao analista analisar a capacidade de endividamento da companhia, bem como, identificar a política da empresa de utilização de capital próprio ou de terceiros. Essa análise visa proteger o financiador quanto a possível insolvência do devedor, reduzindo ou alertando sobre os riscos a que está sujeito ao disponibilizar recursos nos segmentos empresariais.

É importante ressaltar que, qualquer análise precisa levar em consideração diversos indicadores.

A partir da análise das demonstrações financeiras das empresas avaliadas nesse trabalho, observou-se que a metodologia usualmente adotada para avaliação da estrutura da capital não se aplica isoladamente para o segmento do negócio das concessionárias de rodovias. Há necessidade de se avaliar outros indicadores envolvendo o projeto como um todo, permitindo assim, a obtenção de um melhor resultado.

É preciso apontar para uma política de alavancagem financeira. Nos casos estudados, a participação dos capitais de terceiros na estrutura de capital das empresas é bastante relevante. Essa participação torna-se interessante sempre que seu custo for inferior ao retorno produzido pela aplicação desses capitais. Quando ocorrer tal situação, em que a aplicação dos recursos de terceiros exceder a seu custo de captação, a diferença encontrada irá causar um aumento mais que proporcional nos resultados líquidos dos acionistas da empresa, alavancando, com isso, sua rentabilidade. Já em caso de ocorrer situação inversa, quando a empresa emprestar recursos de terceiros a um custo superior à taxa de retorno pela aplicação desses, o resultado líquido dos proprietários será afetado desfavoravelmente, proporcionando assim, menor taxa de retorno.



Para a determinação de qual é a composição ideal da estrutura de capital, se faz necessário um estudo da alavancagem financeira, a qual tem por objetivo estabelecer uma relação entre as fontes de financiamento da empresa e também procura avaliar se a sua estrutura de capital está favorecendo ou não seus acionistas. Para a empresa que utiliza recursos obtidos de terceiros, tem, nos seus custos financeiros, os encargos provenientes dessa utilização, que substitui aos encargos que teria com os acionistas pela remuneração do capital próprio. A competência é demonstrada pelos gestores em administrar os recursos, próprios e ou de terceiros, e com isso maximizar os resultados líquidos.

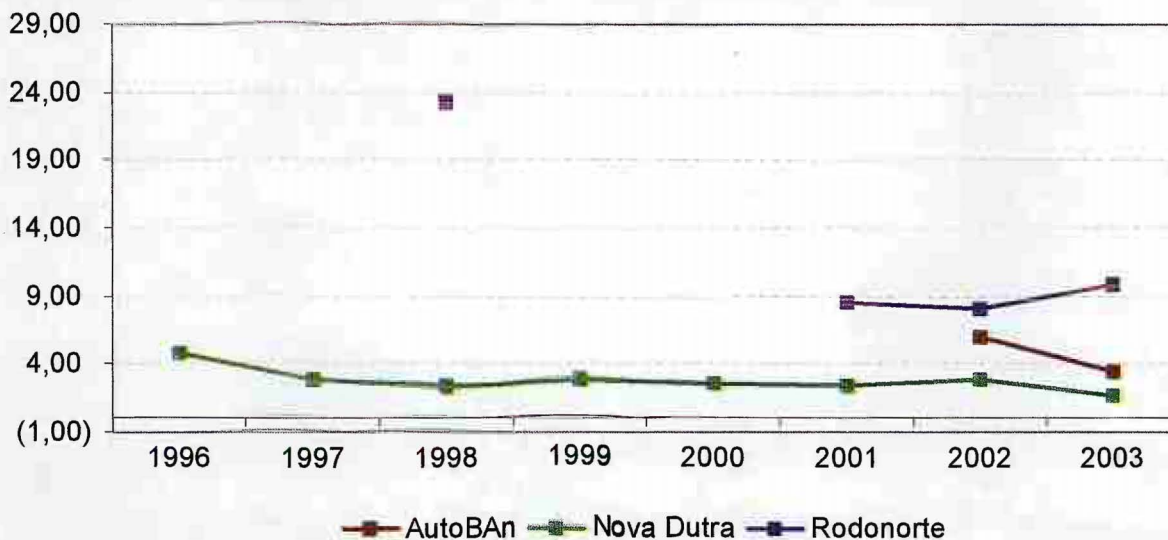
Logo, a alavancagem financeira pode ser definida como a capacidade dos capitais obtidos junto a terceiros em maximizar a rentabilidade dos acionistas da empresa, neste caso, a taxa de retorno deve ser maior que o custo para sua obtenção.

Conclui-se, portanto, que, para a verificação se a composição da estrutura de capital é adequada ou não para determinada empresa, há necessidade de comparação entre as taxas de capital de terceiros e o custo do capital próprio, permitindo a avaliação de qual a composição do portfólio de recursos financiados que proporciona a melhor performance.

Esses indicadores também podem servir de apoio para a tomada de decisão entre qual a melhor forma de financiamento para o empreendimento, uma vez que permite a elaboração de diversos cenários a partir das variáveis disponíveis.

Para as concessionárias estudadas, considerou-se o período de início da concessão até o exercício de 2003, embora, a estrutura de capital tenha sido definida e desenvolvida considerando o projeto como um todo, isto é, dentro do prazo de concessão que varia de concessionária para concessionária. Os acionistas, quando da elaboração do projeto, levaram em consideração a menor possibilidade de utilização de capital próprio que o projeto comportaria e, conseqüentemente, uma maior alavancagem, resultado que ficou evidenciado nos indicadores obtidos no desenvolvimento desta pesquisa, conforme retrata o gráfico 1 a seguir.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS – 1996-2003

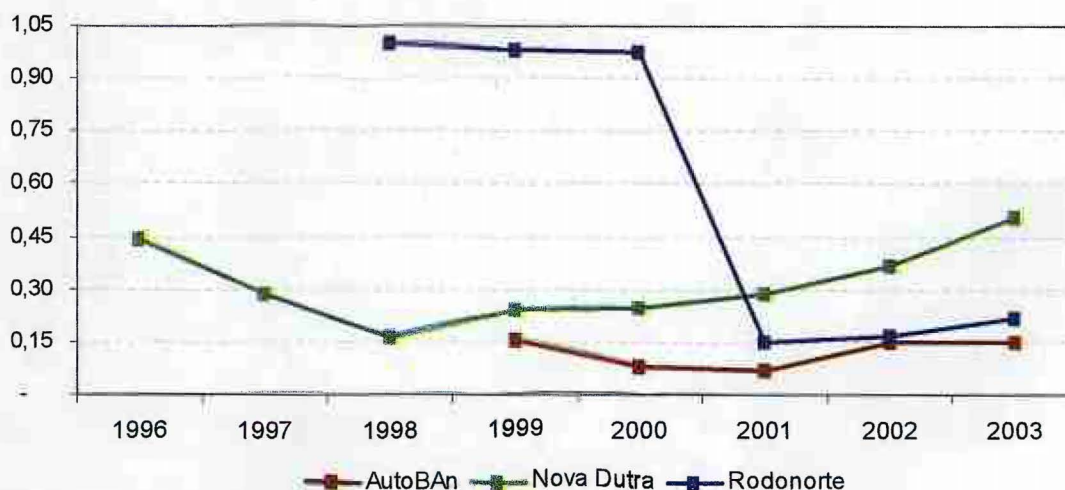


FONTE: O autor

NOTA: Em alguns anos os indicadores não são aplicáveis em face do patrimônio líquido negativo.

Quanto à composição de endividamento das concessionárias, os indicadores apontam para captação de recursos de longo prazo, o que pode ser considerado um ponto positivo, pois, a empresa dispõe de prazo para saldar sua dívida e o custo dessa modalidade de empréstimos é mais baixa. Nota-se no gráfico 2 que na Rodonorte, nos anos de 1998 a 2000, predominaram as dívidas circulantes, esse fenômeno é explicado pela redução das tarifas de pedágio a partir de uma decisão unilateral do Governo Estadual, proporcionando uma redução na credibilidade do negócio no mercado, na capacidade de pagamento (redução de receita), entre outros fatores, que prejudicaram a captação de recursos com financiadores de longo prazo, esse é um exemplo real de que há outros fatores que influenciam a decisão do formato da estrutura de capital das companhias, pois, no *project finance* original, a Rodonorte obteria o empréstimo de longo prazo em 1999 e precisou redefinir toda sua estrutura de capital a partir desse acontecimento.

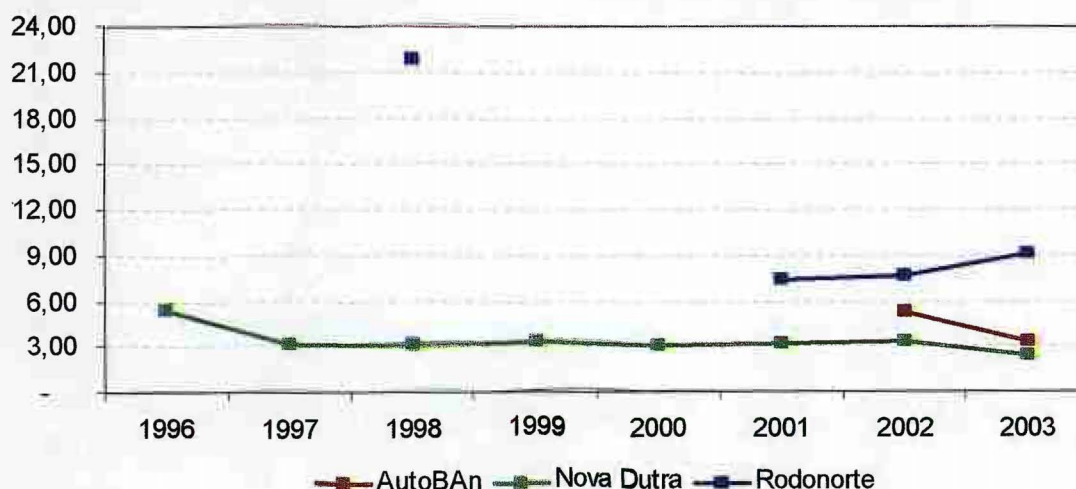
GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO – 1996-2003



FONTE: O autor

Outro item que chama a atenção nas atividades das concessionárias de rodovias, são os altos valores de investimentos em obras e implantação da infraestrutura no início da concessão, o que acaba comprometendo a análise da estrutura de capital somente em parte do projeto. O alto índice de imobilização, analisado dentro do projeto, pode ser considerado normal e fica evidenciado no gráfico 3 a seguir.

GRÁFICO 3 – IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 1996-2003

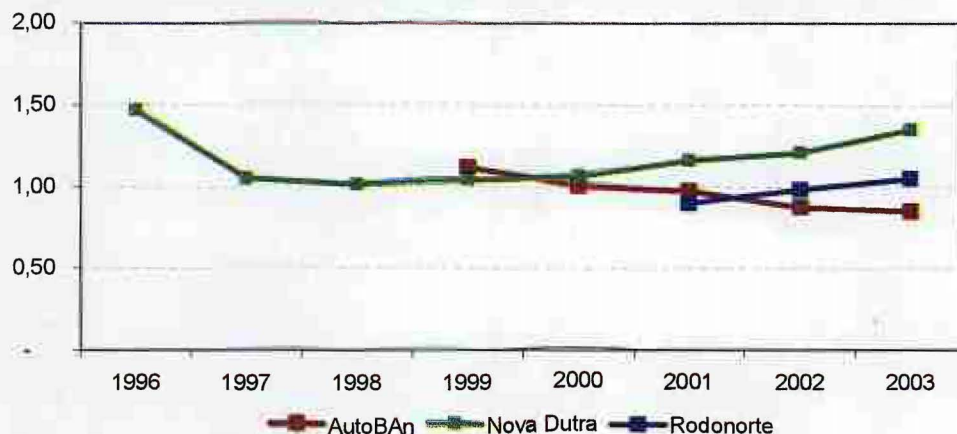


FONTE: O autor

NOTA: Em alguns anos os indicadores não são aplicáveis em face do patrimônio líquido negativo.

O gráfico 4 apresenta uma homogeneidade dos indicadores entre as companhias estudadas, esse fato é considerado normal em algumas atividades nas quais há imobilização de todo o patrimônio líquido e o financiamento de longo prazo dos investimentos, que é o caso das concessionárias.

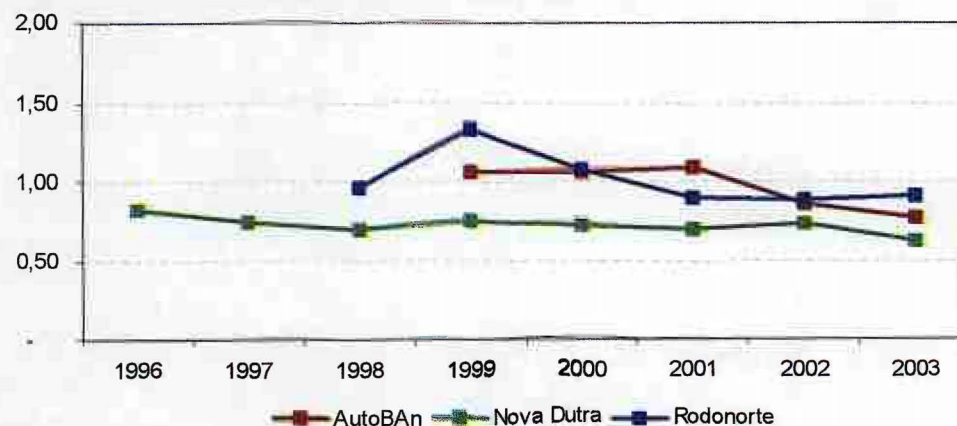
GRÁFICO 4 – IMOBILIZAÇÃO DE RECURSO NÃO CORRENTES – 1996-2003



FONTE: O autor

O índice de endividamento geral, demonstrado no gráfico 5, mostra que as concessionárias têm boa parte de seu ativo financiado por terceiros, tendência que diminui de acordo com a redução dos investimentos previstos ao longo do projeto e evidencia uma redução na alavancagem financeira.

GRÁFICO 5 – ENDIVIDAMENTO GERAL - 1996-2003

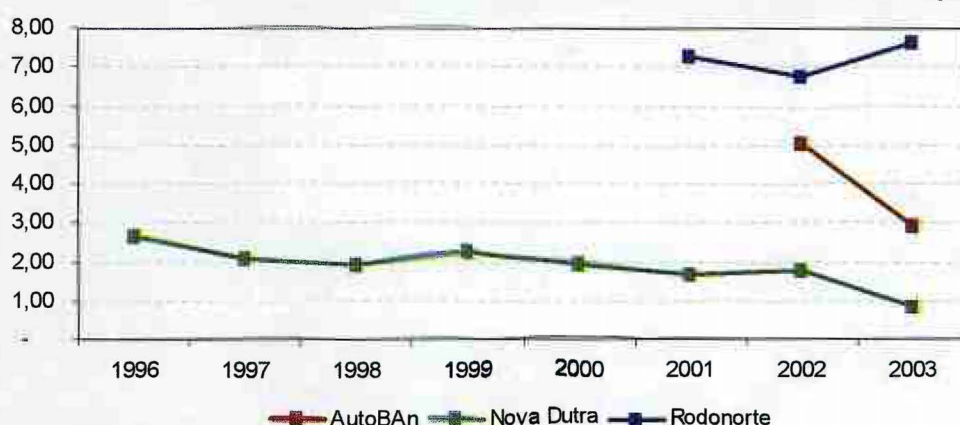


FONTE: O autor



A análise do indicador que compara o financiamento por terceiros de longo prazo e o capital próprio aplicado na companhia (gráfico 6), nas concessionárias, evidencia a política do acionista que é utilizar-se mais de capital de terceiros, considerando que o custo do capital próprio é maior, pois pode contar com os benefícios fiscais perante os custos da dívida, os juros são menores nessa modalidade de financiamento e a empresa dispõe de maior prazo para gerar resultados e cobrir a dívida e seus custos.

GRÁFICO 6 – ÍNDICE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 1996-2003

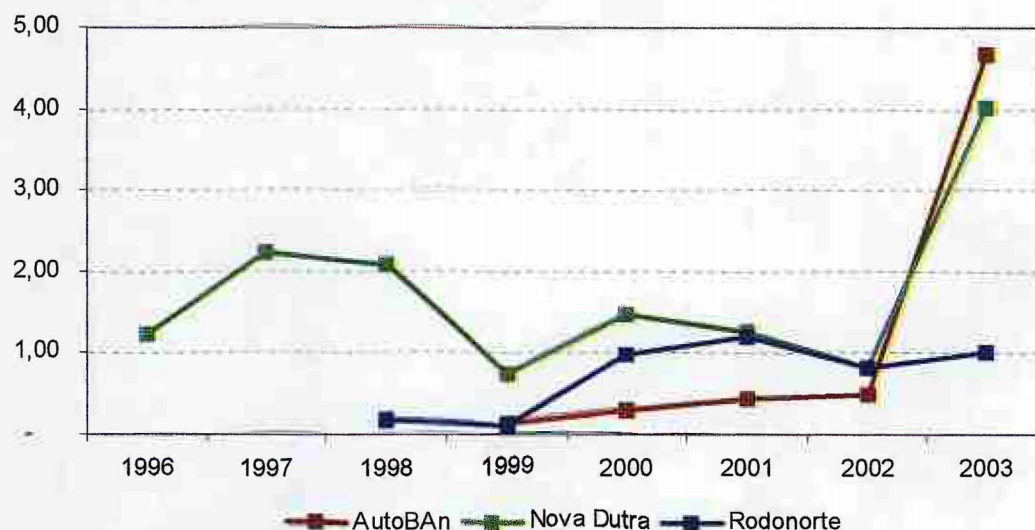


FONTE: O autor.

NOTA: Em alguns anos os indicadores não são aplicáveis em face do patrimônio líquido negativo.

Os credores avaliam a capacidade de pagamento das empresas a partir de indicadores, entre eles, o índice de cobertura de juros, que mensura se a empresa dispõe de recursos para quitar os juros da dívida. Nas concessionárias, os resultados obtidos, de acordo com as informações disponíveis nos balanços publicados são apresentados no gráfico 7. Pode-se notar uma boa capacidade de pagamento de juros, levando em consideração o tipo de atividade estudado. O salto observado na Autoban e na Nova Dutra no ano de 2003 é justificado pela redução dos custos da dívida em dólar, pois, por ocasião do fechamento do balanço em 2002, a cotação do dólar era superior ao fechamento de 2003, verificando-se uma variação cambial positiva nesse ano, o que provoca essa alteração brusca no indicador.

GRÁFICO 7 – ÍNDICE DE COBERTURA DE JUROS



FONTE: O autor

Como foram utilizadas informações publicadas, a análise não é perfeita. Os credores, para financiarem um negócio, dispõem de dados internos, bem como, de todo o projeto das concessionárias e de suas avaliações do mercado em geral, o que permite uma análise mais completa da estrutura de capital adequada e possível para o negócio.

Enfim, pode-se afirmar que a estrutura de capital depende do ramo de atividade abordado, pois, em alguns segmentos do mercado é possível trabalhar com alto grau de alavancagem financeira sem comprometer a solvência, contrariando os critérios tradicionais de avaliação de endividamento das organizações.

Quanto às concessionárias, se os financiamentos de longo prazo forem praticáveis pode ser considerado a melhor forma de alavancagem, uma vez que o capital próprio identifica-se como mais oneroso. Além disso, o negócio demanda investimentos de grande monta, sendo que o acionista pode não ter capacidade de levantar tanto capital às suas expensas, o próprio negócio é a garantia dos credores.

## REFERÊNCIAS

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BOVEPSA. **Novo mercado**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>> Acesso em 29 jul. 2003.

BRASIL, Haroldo Guimarães. **Avaliação moderna de investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CARVALHO, Juracy Vieira de. **Análise de investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica-GECON**. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 2002.

IUDÍCIBUS, Sergio. MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 1994.

LEMES JR., Antônio B., RIGO, Cláudio M. e CHEROBIM, Ana Paula M. S. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

Contratos de Concessão das empresas estudadas.

Demonstrações financeiras publicadas e auditadas da empresa Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S/A. Período de 1999 a 2003.

Demonstrações financeiras publicadas e auditadas da empresa Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A. Período de 1996 a 2003.

Demonstrações financeiras publicadas e auditadas da empresa Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S/A. Período de 1998 a 2003.

Documentos internos das empresas objeto deste estudo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.** Normas para apresentação de trabalho. 6. ed. Curitiba: UFPR, 2000.



## **APÊNDICES E ANEXOS**

## **APÊNDICES.**

APÊNDICE 1 – BALANÇO PADRONIZADO AUTOBAN .....	42
APÊNDICE 2 – BALANÇO PADRONIZADO NOVA DUTRA.....	46
APÊNDICE 3 – BALANÇO PADRONIZADO RODONORTE .....	50

## **APÊNDICE 1 – BALANÇO PADRONIZADO AUTOBAN**

## Balanço Patrimonial - Padronizado - AUTOBAN

Descrição da Conta	(Reais Mil)				
	1999	2000	2001	2002	2003
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>1.822.345</b>	<b>2.098.670</b>	<b>2.316.625</b>	<b>1.110.778</b>	<b>1.098.305</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>25.645</b>	<b>30.805</b>	<b>30.687</b>	<b>86.334</b>	<b>127.361</b>
<i>Financeiro</i>	21.242	21.806	18.241	55.636	74.408
Disponibilidades	940	4.851	13.967	25.032	13.945
Aplicações Financeiras	20.302	16.955	4.274	30.604	60.463
<i>Operacional</i>	4.403	8.999	12.446	30.698	52.953
Contas a receber	2.842	7.340	8.418	15.875	2.917
Créditos fiscais	709	778	2.537	3.859	3.001
Pagamentos antecipados rel. a conce:	-	-	-	8.343	8.343
Créditos com pessoas ligadas	-	-	-	-	18.641
IR e CSL diferidos	-	-	-	-	15.762
Despesas antecipadas	852	881	1.491	2.621	4.289
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>90.613</b>	<b>140.263</b>	<b>197.542</b>	<b>181.753</b>	<b>146.664</b>
Pagamentos antecipados rel. a conce:	-	-	-	119.567	111.224
Impostos de renda e CSL diferidos	90.571	140.024	190.683	56.478	30.218
Contas a receber	-	-	6.511	5.275	4.266
Outros	42	239	348	433	956
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.706.087</b>	<b>1.927.602</b>	<b>2.088.396</b>	<b>842.691</b>	<b>824.280</b>
Imobilizado Líquido	1.706.087	1.927.602	2.088.396	842.691	824.280

# Balço Patrimonial - Padronizado - AUTOBAN

(Reais Mil)

Descrição da Conta	1999	2000	2001	2002	2003
		Valores	Valores	Valores	Valores
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>1.822.345</b>	<b>2.098.670</b>	<b>2.316.625</b>	<b>1.110.778</b>	<b>1.098.305</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>299.949</b>	<b>178.618</b>	<b>168.518</b>	<b>144.331</b>	<b>128.382</b>
<b>Operacional</b>	<b>157.256</b>	<b>170.982</b>	<b>159.626</b>	<b>50.985</b>	<b>28.304</b>
Fornecedores	21.533	55.820	24.078	12.760	11.971
Obrigações sociais e trabalhistas	3.194	3.391	4.456	4.719	4.055
Impostos e contribuições a recolher	463	1.035	2.732	4.235	5.328
Obrigações com poder concedente	128.624	102.802	113.998	1.220	1.561
Provisão para contingências	3.442	7.934	14.362	28.051	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	1.583
Outras contas a pagar	-	-	-	-	601
Provisão p/ IR e CSL	-	-	-	-	3.205
<b>Financeiro</b>	<b>142.693</b>	<b>7.636</b>	<b>8.892</b>	<b>93.346</b>	<b>100.078</b>
Empréstimos	142.693	7.636	8.892	93.346	85.334
Contas a pagar - op. de "hedge"	-	-	-	-	14.744
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.640.436</b>	<b>2.043.750</b>	<b>2.367.790</b>	<b>807.078</b>	<b>721.309</b>
<b>Operacional</b>	<b>1.635.858</b>	<b>1.689.988</b>	<b>1.751.144</b>	<b>76.541</b>	<b>117.429</b>
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	48.801	48.801
Provisão para contingências	-	-	-	26.157	67.644
Dividendos a distribuir	1.583	1.583	1.583	1.583	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	984
Obrigações com o poder concedente	1.634.275	1.688.405	1.749.561	-	-
<b>Financeiro</b>	<b>4.578</b>	<b>353.762</b>	<b>616.646</b>	<b>730.537</b>	<b>603.880</b>
Empréstimos e financiamentos	4.578	353.762	534.270	622.260	475.987
Empréstimos de empresas ligadas	-	-	82.376	108.277	126.930
Contas a pagar - op. de "hedge"	-	-	-	-	963
<b>CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<b>1.940.385</b>	<b>2.222.368</b>	<b>2.536.308</b>	<b>951.409</b>	<b>849.691</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-118.040</b>	<b>-123.698</b>	<b>-219.683</b>	<b>159.369</b>	<b>248.614</b>
Capital social subscrito	150.416	175.000	175.000	175.000	175.000
Capital social a integralizar	(89.526)	(16.010)	(3.838)	(3.838)	(3.838)
Capital subscrito integralizado	60.890	158.990	171.162	171.162	171.162
Reserva Legal	-	-	-	-	3.873
Lucros ou Prejuízos acumulados	(178.930)	(282.688)	(390.845)	(11.793)	73.579

## Demonstrativo de Resultado - Padronizado - AUTOBAN

(Reais Mil)

Descrição da Conta	1999	2000	2001	2002	2003
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>245.016</b>	<b>280.369</b>	<b>386.544</b>	<b>457.451</b>	<b>534.037</b>
Deduções Da Receita Bruta	(8.817)	(10.454)	(14.011)	(16.719)	(23.509)
<b>Receita Líquida</b>	<b>236.199</b>	<b>269.915</b>	<b>372.533</b>	<b>440.732</b>	<b>510.528</b>
Custos dos Serviços Prestados	(180.328)	(194.672)	(228.777)	(280.899)	(320.381)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>55.871</b>	<b>75.243</b>	<b>143.756</b>	<b>159.833</b>	<b>190.147</b>
<b>Despesas/receitas Operacionais</b>	<b>(9.506)</b>	<b>(12.696)</b>	<b>(14.336)</b>	<b>(27.576)</b>	<b>(19.466)</b>
Despesas gerais e administrativas	(9.506)	(12.696)	(14.336)	(27.576)	(19.466)
<b>Financeiras</b>	<b>(321.019)</b>	<b>(215.758)</b>	<b>(288.236)</b>	<b>(274.944)</b>	<b>(36.581)</b>
Despesas financeiras líquidas	(321.019)	(215.758)	(288.236)	(274.944)	(36.581)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(274.654)</b>	<b>(153.211)</b>	<b>(158.816)</b>	<b>(142.687)</b>	<b>134.100</b>
Resultado Não Operacional	0	0	0	82	140
<b>Resultado Antes Tributação/participações</b>	<b>(274.654)</b>	<b>(153.211)</b>	<b>(158.816)</b>	<b>(142.605)</b>	<b>134.240</b>
IR e CSL	90.642	49.453	50.659	56.478	(44.995)
<b>Lucro/prejuízo Do Exercício</b>	<b>-184.012</b>	<b>-103.758</b>	<b>-108.157</b>	<b>-86.127</b>	<b>89.245</b>

## **APÊNDICE 2 – BALANÇO PADRONIZADO NOVA DUTRA**



## Balanco Patrimonial - Padronizado - NOVA DUTRA

Descrição da Conta	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>155.388</b>	<b>303.713</b>	<b>462.705</b>	<b>590.711</b>	<b>574.407</b>	<b>560.688</b>	<b>566.182</b>	<b>530.465</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>11.176</b>	<b>47.652</b>	<b>30.302</b>	<b>46.756</b>	<b>31.357</b>	<b>29.753</b>	<b>44.870</b>	<b>31.377</b>
<i>Financeiro</i>	9.890	46.875	25.556	41.379	27.794	27.591	34.121	10.739
Disponibilidades	4.700	8.217	9.736	16.016	17.989	15.149	21.917	10.739
Aplicações Financeiras	5.190	38.658	15.820	25.363	9.805	12.442	12.204	0
<i>Operacional</i>	1.286	777	4.746	5.377	3.563	2.162	10.749	20.638
Outras contas a receber	891	777	220	291	1.090	1.535	6.243	8.029
Impostos a recuperar	-	-	2.217	4.699	1.993	54	3.926	135
IR e CSL diferidos	-	-	-	-	-	-	-	7.355
Despesas antecipadas	395	-	2.309	387	480	573	488	1.149
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	92	3.970
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>55</b>	<b>4.540</b>	<b>17.036</b>	<b>42.004</b>	<b>40.416</b>	<b>11.637</b>	<b>24.186</b>	<b>7.738</b>
Aquisição de linha de comunicação	55	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras conta garantia	-	4.483	15.414	32.120	31.440	-	-	-
IR e CSL diferidos	-	-	-	8.629	7.966	7.351	16.558	3.611
Contas a receber	-	-	-	-	-	3.625	7.113	3.602
Seguros a apropriar	-	-	1.599	1.238	877	516	-	-
Outros	-	57	23	17	133	145	515	525
<b>PERMANENTE</b>	<b>144.157</b>	<b>251.521</b>	<b>415.367</b>	<b>501.951</b>	<b>502.634</b>	<b>519.298</b>	<b>497.126</b>	<b>491.350</b>
Investimentos	-	-	90	90	-	-	-	-
Imobilizado	113.677	226.914	398.213	491.398	498.772	519.298	497.126	491.350
Diferido	30.480	24.607	17.064	10.463	3.862	-	-	-



## Balanço Patrimonial - Padronizado - NOVA DUTRA

(Reais Mil)

Descrição da Conta	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>155.388</b>	<b>303.713</b>	<b>462.705</b>	<b>590.711</b>	<b>574.407</b>	<b>560.688</b>	<b>566.182</b>	<b>530.465</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>57.151</b>	<b>65.273</b>	<b>52.783</b>	<b>106.839</b>	<b>100.582</b>	<b>112.786</b>	<b>154.288</b>	<b>165.857</b>
<b>Operacional</b>	<b>21.462</b>	<b>29.310</b>	<b>24.476</b>	<b>35.026</b>	<b>26.766</b>	<b>26.071</b>	<b>39.826</b>	<b>36.746</b>
Fornecedores	10.966	15.494	13.924	22.058	10.596	9.931	12.472	24.894
Salários e encargos sociais	1.177	1.069	959	1.125	2.898	3.105	2.924	690
Impostos e contribuições a pagar	5.585	5.572	3.594	2.174	6.518	5.378	4.283	6.044
Outras contas a pagar	2.295	7.175	5.999	9.669	6.754	7.657	6.224	5.118
Venda antecipada de cupons	1.185	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	254	-	-	-	-	-	-	-
Empresa controladora	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão p/ contingências	-	-	-	-	-	-	13.923	-
<b>Financeiro</b>	<b>35.689</b>	<b>35.963</b>	<b>28.307</b>	<b>71.813</b>	<b>73.816</b>	<b>86.715</b>	<b>114.462</b>	<b>129.111</b>
Empréstimos e financiamentos	35.689	35.963	28.307	71.813	73.816	86.715	114.462	116.479
Contas a pagar - op. de hedge	-	-	-	-	-	-	-	12.632
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>71.416</b>	<b>160.511</b>	<b>270.303</b>	<b>333.603</b>	<b>311.242</b>	<b>280.359</b>	<b>262.801</b>	<b>163.070</b>
<b>Operacional</b>	<b>0</b>	<b>3.699</b>	<b>12.514</b>	<b>12.514</b>	<b>21.139</b>	<b>38.014</b>	<b>36.390</b>	<b>52.434</b>
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	6.165	-	16.044
Juros s/ capital próprio	-	3.699	12.514	12.514	21.139	31.849	36.390	36.390
<b>Financeiro</b>	<b>71.416</b>	<b>156.812</b>	<b>257.789</b>	<b>321.089</b>	<b>290.103</b>	<b>242.345</b>	<b>226.411</b>	<b>110.636</b>
Empréstimos e financiamentos	71.416	156.812	257.789	321.089	290.103	242.345	208.748	96.028
Mútuo c/ parte relacionada	-	-	-	-	-	-	17.663	14.095
Contas a pagar - op. de hedge	0	0	0	0	0	0	0	513
<b>CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<b>128.567</b>	<b>225.784</b>	<b>323.086</b>	<b>440.442</b>	<b>411.824</b>	<b>393.145</b>	<b>417.089</b>	<b>328.927</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>26.821</b>	<b>77.929</b>	<b>139.619</b>	<b>150.269</b>	<b>162.583</b>	<b>167.543</b>	<b>149.093</b>	<b>201.538</b>
Capital social	26.000	57.075	99.975	129.975	129.975	137.385	152.237	158.382
Reservas de capital	1	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	59	1.147	2.180	2.180	3.415	4.381	-	2.373
Lucros acumulados	761	19.707	37.464	18.114	29.193	25.777	(3.144)	40.783

## Demonstrativo de Resultado - Padronizado - NOVA DUTRA

(Reais Mil)

Descrição da Conta	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>83.340</b>	<b>207.119</b>	<b>226.450</b>	<b>244.637</b>	<b>290.217</b>	<b>326.274</b>	<b>366.215</b>	<b>399.575</b>
Deduções Da Receita Bruta	(6.334)	(5.376)	(5.998)	(7.509)	(21.064)	(27.399)	(32.167)	(34.822)
<b>Receita Líquida</b>	<b>77.006</b>	<b>201.743</b>	<b>220.452</b>	<b>237.128</b>	<b>269.153</b>	<b>298.875</b>	<b>334.048</b>	<b>364.753</b>
Custos dos Serviços Prestados	(58.158)	(122.233)	(128.369)	(137.984)	(155.587)	(163.087)	(198.904)	(233.122)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>18.848</b>	<b>79.510</b>	<b>92.083</b>	<b>99.144</b>	<b>113.566</b>	<b>135.788</b>	<b>135.144</b>	<b>131.631</b>
<b>Despesas/receitas Operacionais</b>	<b>(9.829)</b>	<b>(16.607)</b>	<b>(16.685)</b>	<b>(18.822)</b>	<b>(25.368)</b>	<b>(32.798)</b>	<b>(36.234)</b>	<b>(39.050)</b>
Despesas gerais e administrativas	(9.829)	(16.607)	(16.685)	(18.822)	(25.368)	(32.798)	(36.234)	(39.050)
<b>Financeiras</b>	<b>(7.279)</b>	<b>(28.055)</b>	<b>(36.464)</b>	<b>(109.510)</b>	<b>(59.692)</b>	<b>(82.151)</b>	<b>(121.382)</b>	<b>(23.102)</b>
Despesas Financeiras	(7.801)	(31.059)	(45.830)	(124.134)	0	0	0	0
Variação Cambial	0	0	0	0	(18.160)	(41.175)	(84.455)	0
Juros e outras despesas financeiras	0	0	0	0	(49.237)	(44.559)	(38.738)	(33.266)
Resultado com operação de hedge	0	0	0	0	0	0	0	(23.063)
Receitas Financeiras	522	3.004	9.366	14.624	7.705	3.583	0	0
Resultado com operação de hedge	0	0	0	0	0	0	755	0
Variação Cambial	0	0	0	0	0	0	0	32.147
Juros e outras receitas financeiras	0	0	0	0	0	0	1.056	1.080
<b>Resultado Operacional</b>	<b>1.740</b>	<b>34.848</b>	<b>38.934</b>	<b>(29.188)</b>	<b>28.506</b>	<b>20.839</b>	<b>(22.472)</b>	<b>69.479</b>
Resultado Não Operacional	0	132	129	1.209	(133)	(36)	150	252
<b>Resultado Antes Tributação/participações</b>	<b>1.740</b>	<b>34.980</b>	<b>39.063</b>	<b>(27.979)</b>	<b>28.373</b>	<b>20.803</b>	<b>(22.322)</b>	<b>69.731</b>
IR e CSL	(666)	(10.427)	(9.249)	8.629	(5.912)	(3.244)	9.215	(23.431)
<b>Lucro/prejuízo Do Exercício</b>	<b>1.074</b>	<b>24.553</b>	<b>29.814</b>	<b>-19.350</b>	<b>22.461</b>	<b>17.559</b>	<b>-13.107</b>	<b>46.300</b>

### **APÊNDICE 3 – BALANÇO PADRONIZADO RODONORTE**



## Balanço Patrimonial - Padronizado - RODONORTE

Descrição da Conta	(Reais Mil)					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>121.680</b>	<b>108.569</b>	<b>148.859</b>	<b>235.535</b>	<b>339.373</b>	<b>391.535</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>9.677</b>	<b>9.702</b>	<b>14.921</b>	<b>12.412</b>	<b>16.260</b>	<b>19.111</b>
<b>Financeiro</b>	<b>7.407</b>	<b>7.265</b>	<b>7.905</b>	<b>3.368</b>	<b>6.482</b>	<b>11.192</b>
Disponibilidades	879	817	1.615	2.929	3.655	6.574
Aplicações Financeiras	6.529	6.448	6.290	439	2.827	4.617
<b>Operacional</b>	<b>2.269</b>	<b>2.437</b>	<b>7.016</b>	<b>9.044</b>	<b>9.778</b>	<b>7.920</b>
Contas a receber	-	-	4.692	3.053	3.118	687
Impostos a recuperar	-	1.340	1.191	3.830	4.455	4.905
Despesas pagas antecipadamente	1.921	1.045	907	1.323	1.913	795
Outras contas a receber	349	52	226	838	292	1.533
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.426</b>	<b>2.697</b>	<b>31.585</b>	<b>39.488</b>	<b>39.293</b>	<b>42.453</b>
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	5.454	4.304	3.673
Impostos a recuperar	-	-	739	739	-	-
Depósitos judiciais	-	271	1.890	4.339	6.033	8.044
Outras Contas a Pagar	-	-	-	-	-	1.781
Imposto de renda e contribuição socia	2.426	2.426	28.956	28.956	28.956	28.956
<b>PERMANENTE</b>	<b>109.577</b>	<b>96.170</b>	<b>102.353</b>	<b>183.635</b>	<b>283.820</b>	<b>329.970</b>
Imobilizado	97.307	86.636	95.524	179.513	282.395	329.970
Díferido	12.270	9.533	6.829	4.122	1.425	-

## Balço Patrimonial - Padronizado - RODONORTE

(Reais Mil)

Descrição da Conta	1998	1999 Valores	2000 Valores	2001 Valores	2002 Valores	2003 Valores
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>121.680</b>	<b>108.569</b>	<b>148.859</b>	<b>235.535</b>	<b>339.373</b>	<b>391.535</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>116.646</b>	<b>140.957</b>	<b>155.346</b>	<b>31.096</b>	<b>49.855</b>	<b>77.065</b>
<b>Operacional</b>	<b>31.540</b>	<b>5.266</b>	<b>14.875</b>	<b>29.140</b>	<b>17.142</b>	<b>27.706</b>
Fornecedores	28.509	2.596	11.622	24.786	13.717	22.845
Salários e encargos sociais	902	1.136	1.168	1.107	1.047	519
Impostos e contribuições a pagar	131	220	801	1.442	997	1.262
Prêmios de seguros a pagar	1.810	1.033	781	1.026	1.332	-
Impostos e Contribuições s/ Resultado	-	-	-	-	-	1.004
Demais contas a pagar	188	280	503	779	49	2.076
<b>Financeiro</b>	<b>85.107</b>	<b>135.691</b>	<b>140.471</b>	<b>1.956</b>	<b>32.713</b>	<b>49.359</b>
Empréstimos e financiamentos	85.107	135.691	140.471	1.956	32.713	49.359
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>0</b>	<b>2.711</b>	<b>4.331</b>	<b>179.700</b>	<b>252.143</b>	<b>278.164</b>
<b>Operacional</b>	<b>0</b>	<b>2.711</b>	<b>4.296</b>	<b>3.532</b>	<b>5.130</b>	<b>7.025</b>
Provisão para contingências	-	-	1.577	3.532	5.130	7.025
Contas a pagar a empresa ligada	-	2.711	2.719	-	-	-
<b>Financeiro</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>176.168</b>	<b>247.013</b>	<b>271.140</b>
Empréstimos e financiamentos	-	-	35	176.168	247.013	271.140
<b>CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<b>116.646</b>	<b>143.667</b>	<b>159.677</b>	<b>210.796</b>	<b>301.998</b>	<b>355.229</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.033</b>	<b>-35.098</b>	<b>-10.818</b>	<b>24.739</b>	<b>37.375</b>	<b>36.306</b>
Capital social subscrito	10.478	49.478	49.478	82.480	107.480	107.480
Prejuízos acumulados	(5.445)	(84.576)	(60.296)	(57.741)	(70.105)	(71.174)

## Demonstrativo de Resultado - Padronizado - RODONORTE

(Reais Mil)

Descrição da Conta	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>	<b>33.436</b>	<b>59.193</b>	<b>99.973</b>	<b>139.311</b>	<b>156.329</b>	<b>181.296</b>
Deduções Da Receita Bruta	(900)	(2.157)	(6.387)	(11.767)	(13.292)	(14.916)
<b>Receita Líquida</b>	<b>32.536</b>	<b>57.036</b>	<b>93.586</b>	<b>127.544</b>	<b>143.037</b>	<b>166.380</b>
Custos dos Serviços Prestados	(23.020)	(36.244)	(44.330)	(66.486)	(75.519)	(100.588)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>9.516</b>	<b>20.792</b>	<b>49.256</b>	<b>61.058</b>	<b>67.518</b>	<b>65.791</b>
<b>Despesas/receitas Operacionais</b>	<b>(7.974)</b>	<b>(12.295)</b>	<b>(21.608)</b>	<b>(18.798)</b>	<b>(18.663)</b>	<b>(17.126)</b>
Despesas gerais e administrativas	(7.974)	(12.295)	(21.608)	(18.798)	(18.663)	(17.126)
<b>Financeiras</b>	<b>(9.417)</b>	<b>(87.863)</b>	<b>(30.074)</b>	<b>(38.644)</b>	<b>(60.816)</b>	<b>(48.798)</b>
Despesas financeiras:	(10.134)	(92.358)	0	0	0	(54.409)
Encargos sobre empréstimos	0	0	(23.380)	(23.371)	(28.009)	0
Variações monetárias e cambiais	0	0	(10.284)	(20.737)	(34.228)	0
Demais encargos financeiros	0	0	(1.901)	(3.457)	(2.367)	0
Receitas financeiras	716	4.495	5.491	8.921	3.788	5.611
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(7.876)</b>	<b>(79.366)</b>	<b>(2.426)</b>	<b>3.616</b>	<b>(11.961)</b>	<b>(132)</b>
Resultado Não Operacional	5	234	177	120	(403)	109
<b>Resultado Antes Tributação/participações</b>	<b>(7.871)</b>	<b>(79.131)</b>	<b>(2.249)</b>	<b>3.736</b>	<b>(12.364)</b>	<b>(23)</b>
IR e CSL	2.426	0	26.530	(1.181)	0	(1.046)
<b>Lucro/prejuízo Do Exercício</b>	<b>-5.445</b>	<b>-79.131</b>	<b>24.281</b>	<b>2.555</b>	<b>-12.364</b>	<b>-1.070</b>

## **ANEXOS**

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS RELATIVAS AO PERÍODO DE 1999 A 2003 – AUTOBAN .....	55
ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS RELATIVAS AO PERÍODO DE 1995 A 2003 – NOVA DUTRA.....	62
ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS RELATIVAS AO PERÍODO DE 1998 A 2003 – RODONORTE .....	68

**ANEXO 1 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS  
RELATIVAS AO PERÍODO DE 1999 A 2003 - AUTOBAN.**



Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

CNPJ nº 02.451.848/0001-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
O exercício de 2000 constituiu, para a Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn), o acesso a um novo patamar na atividade de administração e operação de rodovias, colocando-a no mesmo nível de operadoras europeias. Esta nova realidade deve-se à entrada em operação do seu moderno Centro de Controle Operacional, localizado em Jundiaí, conectado, via fibra óptica, a todo o sistema rodoviário sob sua responsabilidade. Os sistemas operacionais implantados, dotados de tecnologia de ponta, permitem o monitoramento, gerenciamento, fiscalização de tráfego e comunicação com o usuário, em tempo real.

Passou o usuário a contar com uma gama de recursos tecnológicos que têm como objetivo a melhoria constante da segurança, do conforto e da fluidez do tráfego. O presente relatório, além de apresentar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício de 2000, versará também, sobre o trabalho que a AutoBAn vem desenvolvendo em direção à consecução da sua crença, empresarial, fundamentada na busca da excelência na prestação de serviços no deslocamento de pessoas e bens.

**1. Considerações Iniciais**  
No decorrer de 2000 uma série de eventos alterou e agregou valor à rotina operacional da AutoBAn, destacando-se a certificação conforme a ISO 9002 ocorrida em 11 de maio de 2000, conjuntamente com a entrada em operação do Centro de Controle Operacional e dos Sistemas de Monitoramento, Gerenciamento e Fiscalização de Tráfego. Seguraram-se as assinaturas, em junho, dos contratos de Financiamentos de Longo Prazo junto ao BID, IFC e BNDES, fundamentais na equação dos recursos para a execução do adensado e concentrado programa de investimentos que conta das obrigações da Concessionária para os primeiros quatro anos da Concessão, de acordo com o Termo de Contrato assinado em 11 de maio de 1998.

Em paralelo, intensificaram-se os trabalhos nas obras de ampliação, melhoramentos e conservação especial no sistema rodoviário, destacando-se, as obras do Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, com 77,8 km de extensão, entre Campinas e Cordeópolis e dos Dispositivos de Entrocamento do Rodanel com as Rodovias Anhangüera e Bandeirantes.

Cabe destacar a conclusão, no segundo trimestre do ano em análise, da primeira etapa do Programa de Conservação Rodoviária do Estado de São Paulo, com a assinatura dos contratos referentes aos lotes 6, 13 e 20 da Concessão, fato que vem a contribuir positivamente para consolidação do Programa conceitual. Desta forma, a malha rodoviária transferida para a exploração da iniciativa privada, no Estado de São Paulo, passou de 2.338 km anteriormente contratados e que compunham os 9 (nove) lotes iniciais, para 3.517 km, distribuídos em 12 lotes sob concessão.

**2. Desempenho do Negócio**  
**2.1. Resultados Alcançados**  
Os resultados operacionais contribuíram para a realização de uma receita de pedágio bruta de R\$ 273.317 mil (duzentos e setenta e três milhões, trezentos e dezesseis mil reais), representando uma média de 118 mil veículos pagando pedágio diariamente nas 3 (três) praças de pedágio sob administração da AutoBAn.

No total foi auferida uma receita bruta de R\$ 280.369 mil (duzentos e oitenta milhões e trezentos e sessenta e nove mil reais), incluindo as receitas de aluguel de espaço, uma evolução de 14,42% em relação ao exercício anterior. O resultado líquido foi de R\$ 1.822.345 mil (um milhão, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e cinco mil reais) após o pagamento de despesas operacionais e financeiras.

**2.2. Investimentos**  
Os investimentos em 2000, atingiram os R\$ 549.791 mil (quinhentos e quarenta e nove milhões, setecentos e noventa e um mil reais), com um acréscimo de R\$ 356.247 mil (trezentos e cinquenta e seis milhões e duzentos e quarenta e sete mil reais) ou 304% (trezentos e quatro por cento) acima do valor acumulado até 31/12/99.

Deste total, as obras do Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes e dos Dispositivos de Entrocamento das Rodovias Anhangüera e Bandeirantes participaram com 57% (cinquenta e sete por cento) do valor investido, enquanto que as obras de melhoramentos/modernizações, equipamentos e sistemas implantados representam 34% (trinta e quatro por cento), sendo o restante despendido em desapropriações. Como obras de melhoramentos e conservação do sistema rodoviário, já concluídas, citam-se a abertura ao tráfego da nova ponte sobre o rio Piracicaba, km 130 da Via Anhangüera - SP 330, a complementação do trevo de Campinas no km 82 da SP 330, a recuperação e alargamento de 15 pontes e viadutos, o reaparelhamento de 61% da malha rodoviária administrada pela AutoBAn, a construção de 4 Postos de Fiscalização e 3 Bases de Apoio ao Sistema de Atendimento ao Usuário, a implantação de 28,3 km de dispositivos de segurança em concreto, a construção de 12 novas passarelas, a implantação de 22,4 km de faixas adicionais, de segurança e vias marginais, e a implantação de sinalização horizontal, vertical e aérea ao longo do trecho rodoviário, a construção do novo Centro de Controle Operacional, a remodelação de 5 praças de pedágio e construção de uma praça no km 118 da SP 330, e as obras de estabilização e contenção de taludes e de drenagem de lavagens em 11 trechos de rodovias.

Foram também implantados 14 painéis de mensagens variáveis fixos, 2 painéis de mensagens variáveis portáteis, 32 câmeras de TV, 41 analisadores de tráfego, 40 Telefones de Emergência, 8 analisadores meteorológicos, 31 radares fixos e 3 portáteis e 238,6 km de cabos de fibra óptica.

**2.3. Pagamentos pela exploração do sistema rodoviário**  
Adicionalmente aos investimentos descritos, a AutoBAn transferiu ao Poder Concedente, representado pelo DER-SP, um total de R\$ 140.284 mil (Cento e quarenta milhões, duzentos e oitenta e quatro mil reais), referentes ao preço pela delegação da Concessão.

**2.4. Valores repassados aos Municípios**  
No presente exercício foi iniciado o recolhimento do I.S.S.Q.N. junto aos municípios atravessados pelas rodovias do Sistema Rodoviário, sob administração da AutoBAn e que abrigam postos de cobrança de pedágio.

Este tributo foi regulamentado pela Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 2000, sendo necessária para a sua plena aplicação, a regulamentação por parte de cada um dos municípios abrangidos pela malha rodoviária sob concessão.

**2.5. Resultados Operacionais**  
No presente exercício foi iniciado o recolhimento do I.S.S.Q.N. junto aos municípios atravessados pelas rodovias do Sistema Rodoviário, sob administração da AutoBAn e que abrigam postos de cobrança de pedágio.

**2.6. Resultados Operacionais**  
No presente exercício foi iniciado o recolhimento do I.S.S.Q.N. junto aos municípios atravessados pelas rodovias do Sistema Rodoviário, sob administração da AutoBAn e que abrigam postos de cobrança de pedágio.

**2.7. Resultados Operacionais**  
No presente exercício foi iniciado o recolhimento do I.S.S.Q.N. junto aos municípios atravessados pelas rodovias do Sistema Rodoviário, sob administração da AutoBAn e que abrigam postos de cobrança de pedágio.

**2.8. Resultados Operacionais**  
No presente exercício foi iniciado o recolhimento do I.S.S.Q.N. junto aos municípios atravessados pelas rodovias do Sistema Rodoviário, sob administração da AutoBAn e que abrigam postos de cobrança de pedágio.

**2.9. Resultados Operacionais**  
No presente exercício foi iniciado o recolhimento do I.S.S.Q.N. junto aos municípios atravessados pelas rodovias do Sistema Rodoviário, sob administração da AutoBAn e que abrigam postos de cobrança de pedágio.

suato operacional foi afetado pela incidência dos encargos financeiros líquidos de R\$ 215.758 mil (duzentos e quinze milhões e setecentos e cinquenta e oito mil reais), advindos das variações monetárias passivas sobre o ônus pela exploração da Concessão. Apesar deste resultado negativo, a capacidade da Concessionária em honrar seus compromissos, em nenhum momento foi prejudicada, considerando-se que essas obrigações são cobertas, mensalmente e de forma integral, pela geração de caixa advinda dos serviços prestados, dos financiamentos e aportes dos acionistas.

**3. Atendimento ao Usuário**  
No plano de atendimento ao usuário a evolução tem sido acelerada, sendo que se de um lado o número de atendimentos aos usuários é crescente, verifica-se uma diminuição no número de acidentes e de vítimas fatais. Os atendimentos nas rodovias atingiram 172 mil em 2000, crescendo 17,7% em relação ao exercício anterior. Os acidentes reduziram em 3,4%, comparando-se com o ano de 1999, enquanto que as fatalidades registraram uma queda de 7,8%. Os números são mais expressivos quando comparados com o ano de 1997, anterior à Concessão, ou seja, uma redução de 12,2% nos acidentes e 36,2% nas vítimas fatais.

Os usuários passaram a contar com um sistema de monitoramento de tráfego, via câmeras de TV, que cobre praticamente todo o sistema rodoviário atual, o que permite disponibilizar com uma maior rapidez e dentro do dimensionamento necessário, os recursos da Concessionária e da Polícia Militar Rodoviária - PMRB, para o atendimento nas várias situações que se registram diariamente.

Neste caso, os recursos de atendimento nas pistas colocam em contato direto com os usuários 177 colaboradores, divididos em 3 turnos de trabalhos, que contam com 8 veículos de resgate, 1 helicóptero, 14 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 12 veículos de inspeção de tráfego, 4 caminhões para várias funções e 40 automóveis de apoio ao tráfego na sua rotina operacional, aliado ao trabalho da PMRB (Polícia Militar Rodoviária), com seu contingente, e que conta com 40 viaturas disponibilizadas pela AutoBAn.

De outra feita, com a inauguração do Site AutoBAn, as imagens geradas pelo circuito de câmeras, bem como as informações sobre a evolução do tráfego nos vários trechos das rodovias e das condições meteorológicas estão acessíveis aos usuários, permitindo um planejamento da viagem, anteriormente à partida.

Também os usuários em trânsito recebem, via painéis de mensagens variáveis, as informações e recomendações sobre as condições do tráfego que irão encontrar ao longo da viagem.

Somados a esses recursos, o plantão 0720, em regime de 24 horas, o novo sistema de telefonia de emergência, em operação desde novembro de 2000, com pontos a cada km das rodovias administradas pela AutoBAn em Jundiaí, outros 36 colaboradores se revezam em turnos, disponibilizando informações e serviços aos usuários.

De outra feita, os usuários passaram a contar com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio, AVI - Automático Variável Identificação, que leva sua operacionalização comercial à luz do último trimestre do ano em análise, vindo a diminuir o tempo despendido na passagem pelas praças de pedágio.

**4. Colaboradores**  
Os resultados obtidos pela empresa ao longo destes três exercícios, sobretudo neste ano, devem-se ao trabalho baseado no espírito de equipe na prestação de serviços, que vem sendo construído e fortalecido dia a dia e na busca da melhoria contínua nos aspectos humanos e tecnológicos.

A AutoBAn teve em 2000, um ano voltado para a consolidação da Concessão, em seus vários aspectos, com um intenso movimento dos seus colaboradores na busca dos marcos estabelecidos no planejamento empresarial.

**5. Meio Ambiente**  
Vem sendo fortalecida a medida de controle ambiental, com a criação do EIA/RIMA que tem como objetivo a implantação do Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes e também, a implantação do Sistema Rodoviário de Integração de Transporte e Logística, com o objetivo de melhorar a eficiência do transporte de cargas e passageiros.

**6. Financiamento de Longo Prazo**  
Dentro do programa de financiamentos de longo prazo contratados pela AutoBAn junto ao BID/IFC/BNDES, foram recebidas as duas primeiras tranche que perfizeram um valor US\$ 105,07 milhões, correspondente na época a R\$ 193,82 milhões, liberados pelos organismos multilaterais internacionais e R\$ 143,09 milhões de origem nacional, o que totalizou R\$ 336,91 milhões.

Estes valores representam cerca de 65% do total de financiamentos de longo prazo contratados que somam, respectivamente, US\$ 161 milhões e R\$ 220 milhões. A partir da liberação da primeira tranche destes financiamentos, a AutoBAn quitou integralmente os seus compromissos de financiamentos de curto prazo, alocando os recursos que resultaram desta operação, na realização dos investimentos do exercício.

**7. Ação Social**  
A AutoBAn firmou parceria com a Fundação Gol de Letra, dirigida pelos ex-ataletas de futebol Rai e Leonardo, visando a divulgação, através do Site AutoBAn e Revista AutoBAn, do trabalho que vem sendo desenvolvido por esta entidade em atividades educacionais, para promoção da criança e do adolescente, com a proposta de despertar o prazer de aprender, na formação de futuros cidadãos.

**8. Perspectiva para 2001**  
De forma a atender o Acordo firmado entre a Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo e os representantes dos Transportadores de Cargas do Estado de São Paulo, foi assinado o Termo Aditivo e Modificativo nº 1 ao Contrato de Concessão 005/CR/98, que tem como objetivo a implantação da cobrança de pedágio nos dois sentidos de tráfego, para veículos pesados, no Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes sob administração da AutoBAn. Esta modalidade de cobrança será implantada, inicialmente, nas 4 (quatro) primeiras praças de pedágio deste Lote 1 de Concessão Rodoviária, sendo prevista para iniciar a operação em março de 2001.

Neste caso, a tarifa básica de pedágio, para os veículos pesados, será a metade do valor atual, que opera com a cobrança de pedágio em um único sentido, ou seja, da capital para o interior do estado.

De relevância, para o exercício 2001, destacam-se as conclusões das principais obras de ampliações das rodovias administradas pela AutoBAn, prevendo-se para o mês de maio a conclusão da primeira etapa e para dezembro da segunda etapa dos 78 km do Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, enquanto que os Dispositivos de Entrocamento do Rodanel com a Via Anhangüera e com a Rodovia dos Bandeirantes terão sua conclusão no segundo semestre deste mesmo ano.

Cabe ressaltar a expectativa da redução do número e da gravidade dos acidentes nas rodovias, tendo em vista as melhorias por excesso de velocidades, via radares fixos e móveis já instalados, a serem executadas por órgãos do governo do Estado de São Paulo, com início previsto para o primeiro trimestre de 2001.

**9. Controle Acionário**  
Não foram registradas durante o ano de 2000, alterações no controle acionário da AutoBAn.

**10. Agradecimentos**  
Apresentamos nossos agradecimentos aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, aos nossos colaboradores, pela determinação e empenho que tiveram de 2000 um ano especial em desenvolvimento e consolidação da Concessão, aos nossos usuários, fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida.

**11. Dividendos a Distribuir**  
A Concessionária, por condição contratual com o Poder Concedente, somente poderá distribuir dividendos a seus acionistas no exercício seguinte ao da entrada em operação total das ampliações principais (prolongamento da Rodovia Bandeirantes e outras), estimada para 2001, razão pela qual essa obrigação referente ao exercício de 1998 está classificada no exigível a longo prazo.

**12. CAPITAL**  
O capital social subscrito é representado por 175.000.000 ações ordinárias (150.416.025 ações ordinárias em 31 de dezembro de 1999), sem valor nominal. Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, deduzido da parcela constituída como reserva legal.

Em 10 de janeiro de 2001, o acionista majoritário fez aporte de capital na ordem de R\$ 12.172 e concedeu empréstimo subordinado (linha de crédito a longo prazo) no valor de R\$ 24.828.

**13. DIVIDENDOS A DISTRIBUIR**  
A Concessionária, por condição contratual com o Poder Concedente, somente poderá distribuir dividendos a seus acionistas no exercício seguinte ao da entrada em operação total das ampliações principais (prolongamento da Rodovia Bandeirantes e outras), estimada para 2001, razão pela qual essa obrigação referente ao exercício de 1998 está classificada no exigível a longo prazo.

**14. CAPITAL**  
O capital social subscrito é representado por 175.000.000 ações ordinárias (150.416.025 ações ordinárias em 31 de dezembro de 1999), sem valor nominal. Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, deduzido da parcela constituída como reserva legal.

Em 10 de janeiro de 2001, o acionista majoritário fez aporte de capital na ordem de R\$ 12.172 e concedeu empréstimo subordinado (linha de crédito a longo prazo) no valor de R\$ 24.828.

**15. DIVIDENDOS A DISTRIBUIR**  
A Concessionária, por condição contratual com o Poder Concedente, somente poderá distribuir dividendos a seus acionistas no exercício seguinte ao da entrada em operação total das ampliações principais (prolongamento da Rodovia Bandeirantes e outras), estimada para 2001, razão pela qual essa obrigação referente ao exercício de 1998 está classificada no exigível a longo prazo.

**16. CAPITAL**  
O capital social subscrito é representado por 175.000.000 ações ordinárias (150.416.025 ações ordinárias em 31 de dezembro de 1999), sem valor nominal. Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, deduzido da parcela constituída como reserva legal.

Em 10 de janeiro de 2001, o acionista majoritário fez aporte de capital na ordem de R\$ 12.172 e concedeu empréstimo subordinado (linha de crédito a longo prazo) no valor de R\$ 24.828.

**17. DIVIDENDOS A DISTRIBUIR**  
A Concessionária, por condição contratual com o Poder Concedente, somente poderá distribuir dividendos a seus acionistas no exercício seguinte ao da entrada em operação total das ampliações principais (prolongamento da Rodovia Bandeirantes e outras), estimada para 2001, razão pela qual essa obrigação referente ao exercício de 1998 está classificada no exigível a longo prazo.

**18. CAPITAL**  
O capital social subscrito é representado por 175.000.000 ações ordinárias (150.416.025 ações ordinárias em 31 de dezembro de 1999), sem valor nominal. Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, deduzido da parcela constituída como reserva legal.

Em 10 de janeiro de 2001, o acionista majoritário fez aporte de capital na ordem de R\$ 12.172 e concedeu empréstimo subordinado (linha de crédito a longo prazo) no valor de R\$ 24.828.

**6. Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999**  
(Expressa em milhares de reais)

	2000	1999
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Receita de pedágio	273.317	242.008
Receita financeira	7.052	3.008
Receita de aluguel de espaço	20.399	245.018
<b>DESGASTOS OPERACIONAIS</b>		
Despesa com pessoal	(110.454)	(89.817)
Despesa com materiais	(289.917)	(236.199)
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		
(194.572)	(180.328)	
<b>LUCRO BRUTO</b>		
78.243	65.871	
<b>DESGASTOS OPERACIONAIS</b>		
Despesa financeira	(12.695)	(9.350)
Despesa com pessoal	(215.758)	(202.019)
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		
(153.211)	(245.456)	
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		
12.251	21.933	
<b>IMPOSTO DE RENDA</b>		
37.202	68.709	
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		
(103.758)	(184.012)	
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>		
(0,65)	(3,02)	

**5. GARANTIAS E SEGUROS**  
A Concessionária, por força contratual, mantém regularmente e em condições as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais e de conservação ordinária do Sistema Rodoviário. Adicionalmente, a Concessionária mantém cobertura de seguros, necessárias e suficientes para garantir a efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades, inclusive seguros do tipo "Todos os Riscos", bem como material coberto por danos de todos os bens que integram a Concessão, de acordo com padrões internacionais para empreendimento desta natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projeto, maquinário e equipamentos, obras, danos patrimoniais, aviação de máquinas e perda de lucros.

**6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**  
A Companhia possui os seguintes empréstimos e financiamentos:

	2000	1999
<b>B.N.D.E.S.</b>		
T.A.P. + 5% a.a.	3.112	144.728
<b>B.I.D. (Parte A)</b>		
Libor + 4,825% a.a.	974	63.804
<b>B.I.D. (Parte B)</b>		
Libor + 4,25% a.a.	84.454	63.804
<b>I.F.C. (Parte A)</b>		
Libor + 4,825% a.a.	682	44.860
<b>I.F.C. (Parte B)</b>		
Libor + 4,25% a.a.	585	39.561
<b>COFACE</b>		
Libor + 0,75% a.a.	1.434	3.586
<b>Banco Itaú S/A</b>		
De 102 a 104,6% do CDI	59.023	4.578
<b>Total</b>	<b>7.636</b>	<b>353.762</b>

**Parcelas de Financiamentos Vencíveis a Longo Prazo:**

	2000	1999
<b>Ano de Vencimento</b>		
2001	RS	RS
2002	1.665	1.665
2003	40.677	1.248
2004	45.473	
2005	44.756	
2006	44.756	
2007	44.756	
2008	44.756	
2009	87.154	
<b>Total</b>	<b>353.762</b>	<b>4.578</b>

**Notas de agosto e setembro de 2000, a Concessionária finalizou as negociações e obtive parte dos financiamentos de longo prazo com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e IFC - International Finance Corporation, que permitirão a liquidação das obrigações de curto prazo e que também garantirão o financiamento de parte dos futuros investimentos contratuais.**

**7. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE**  
Referem-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DER pela aquisição da concessão:

	2000	1999
<b>Direito de Outorga (1)</b>		
Contratos sub-rogados (2)	99.768	1.688.405
Parcela variável - 3% da receita bruta (3)	2.196	43.478
<b>Total</b>	<b>102.802</b>	<b>1.688.405</b>

(1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor fixo, conforme segue:  
Valor fixo sendo pago em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de maio de 1998, reajustáveis pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante de obrigação foi determinado conforme segue:

	2000	1999
<b>Curto prazo</b>		
99.768	1.688.405	84.454
<b>Longo prazo</b>		
2.196	43.478	1.634.275
<b>Total</b>	<b>102.802</b>	<b>1.688.405</b>

(2) Provisão de R\$ 99.768 apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de dezembro de 2000 a dezembro de 2001. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio.

(3) A provisão correspondente às demais parcelas, no montante de R\$ 1.688.405, foi atualizada, com base na variação da IGP-M, desde o último reajuste de pedágio até 31 de dezembro de 2000.

- Os valores a pagar serão liquidados em 208 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 196 parcelas classificadas no exigível a longo prazo. A última parcela dos Direitos de Outorga será liquidada em 30 de abril de 2018.

(2) A Concessionária ficou sub-rogada, a partir da transferência do controle, em todos os direitos e obrigações do Contrato ou DERSA na que se refere aos Contratos de Prestação de Serviços Delegados constantes do Anexo 02 do Edital nº 007/CIC/97. O

**DIRETORIA**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Aos Acionistas e Administradores da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. Jundiaí - SP. 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., levantados em 31 de dezembro de 2000 e 1999, e respectivas demonstrações do resultado das operações e demonstrações do balanço de descoberto e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos nas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia.**

**Campanha, 5 de fevereiro de 2001**

**Helio Welchen**

**Contador**

**CRC nº 2 SP 011609-O-8**

**CRC nº 1 SP 130122-O-0**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Exercício 2002)

Senhores Acionistas,

O presente relatório apresenta as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2002. Discorre também, sobre o trabalho que a AutoBAN vem desenvolvendo dentro das suas concepções filosóficas, fundamentada na busca da excelência na prestação de serviços. No exercício de 2002 a AutoBAN destacou-se pela implantação da 2ª fase do Sistema de Cobrança Bidirecional para Veículos Comerciais - considerada mais justa por cobrar somente o valor de pedágio equivalente ao trecho percorrido por sentido.

**1. Desempenho Econômico-Financeiro - 1.1 - Resultados Alcançados - A Receita Bruta do exercício de 2002 totalizou R\$ 457.451 mil (quatrocentos e cinquenta e sete milhões quatrocentos e cinquenta e um mil reais) dos quais a receita de pedágio representou 98,4%, ou seja, R\$ 450.162 mil (quatrocentos e cinquenta milhões cento e sessenta e dois mil reais). Obteve-se um lucro bruto de R\$ 159.833 mil (cento e cinquenta e nove milhões oitocentos e trinta e três mil reais). O resultado antes do CS e IR foi afetado principalmente pelas incidências dos encargos financeiros líquidos de R\$ 274.944 (duzentos e setenta e quatro milhões novecentos e quarenta e quatro mil reais) oriundos da variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira. Apesar do prejuízo líquido, a capacidade da concessionária em honrar seus compromissos, em nenhum momento foi prejudicada, considerando-se que essas obrigações foram cobertas, mensalmente e de forma integral, pela geração de caixa advinda dos serviços prestados. 1.2 - Investimentos - Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2002 somam R\$ 971,7 milhões, sendo que 11,04% dos mesmos referem-se ao ano de 2002 (R\$ 108,0 milhões). Em 2002, inúmeras obras e melhorias foram realizadas no Sistema Anhangüera-Bandeirantes, sendo destacadas:**

- Execução dos viadutos do km 164 da SP 348 e reabertura do 2º trecho do Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes ao tráfego.
- Implantação das praças de pedágio bidirecionais para veículos comerciais no km 118 e km 158 da SP 348 e km 117 e km 152 da SP 330.
- Recuperação em 202 mil m² de pavimento.
- Recuperação estrutural de 75 pontes/viadutos.
- Construção de três novas passarelas.
- Alargamento e reforço da ponte sobre o Rio Piracicaba no km 130 da pista Norte da SP 330.
- Construção de viaduto no km 127 da SP 330 - Americana.
- Remodelação e melhorias do trevo no km 58 da SP 330 - Jundiá.
- Remodelação e melhorias do trevo no km 82 da SP 330 - Valinhos.
- Remodelação e ampliação do trevo do km 120 da SP 330 - Americana.
- Restauração e melhorias dos trevos no km 128 e km 154 e retorno operacional no km 139 da SP 330.
- Construção de 52 km de barreiras de concreto.
- Instalação/relocação de 1 km de defensas metálicas.
- Trechos de marginais entre o km 13 e o km 18 da SP 330, totalizando 900 m de extensão.
- Terceira faixa no km 130 SP 330.
- Sinalização horizontal (pintura de faixas) e vertical (placas) ao longo das duas rodovias.

• Obras de estabilização e contenção de taludes.

**1.3 - Pagamentos pela Exploração do Sistema Rodoviário** - Adicionalmente aos investimentos descritos, a AutoBAN pagou ao Poder Concedente, no exercício de 2002, um total de R\$ 125.396 mil (cento e vinte e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), referentes ao preço pela delegação da concessão. **1.4 - Valores Repassados aos Municípios** - Com base Lei Complementar 100, de 22/12/99, que incluiu na lista de serviços tributados pelo ISSQN, a exploração de rodovias me-

diantes cobrança de pedágio, foram recolhidos, durante o ano 2002, aos cofres dos municípios de Limeira, Cordeirópolis, Franco da Rocha, Jundiá, Nova Odessa, Campinas, Itupeva, Cajamar, Valinhos, Caieiras, Americana, Vinhedo, Osasco, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Louveira e São Paulo o montante de R\$ 21.992 mil (Vinte e um milhões e novecentos e noventa e dois mil reais).

**2. Redução de Acidentes** - No período anterior a AutoBAN, as estatísticas apontavam para a ocorrência de 471 acidentes por mês, em média. Em 2002, o índice mensal foi de 415 acidentes quase 12% inferior aos registrados em 1997. Os acidentes resultaram, em média, durante 2002 em 188 feridos por mês, contra 255 registrados em 1997, apontando para uma redução de 16%. O resultado mais expressivo foi a redução do número de mortes: média de 8 no ano de 2002, que representa 58,21% menos que em 1997, quando a média ficou em torno de 20 óbitos por mês. Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a AutoBAN continua realizando ações para a superação desses índices. Com o projeto "AutoBAN Educando para o Trânsito", cerca de 50 mil alunos da rede pública de 16 municípios situados ao longo do Sistema Anhangüera-Bandeirantes passaram a receber as primeiras aulas sobre trânsito e direção responsável.

**3. Atendimento ao Usuário** - O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes de viaturas em atuação durante 24 horas tem garantido constantemente a segurança de todos os usuários que trafegam pelas rodovias Anhangüera e Bandeirantes. Atendimentos efetuados em 2002:

- Resgate 73.390
- Inspeção de tráfego 13.312
- Guinchos leves e pesados 119.349
- Caminhões-pipa e de apreensão de animais 4.252
- Disque AutoBAN 0800 55 55 50 277.703
- Total 487.976

O sistema de monitoramento de tráfego, por meio de câmeras de TV que cobrem 73% do sistema rodoviário atual, aliado ao CCO (Centro de Controle Operacional), ao 0800 (Disque AutoBAN - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência a cada quilômetro das rodovias do Sistema (nos dois sentidos), e à intensa atuação da inspeção de tráfego apoiada pelas demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da concessionária e da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), no atendimento das várias situações registradas diariamente.

**4. Responsabilidade Social - 4.1 - Meio Ambiente** - Na área de Meio Ambiente, em 2002, a AutoBAN renovou as licenças de operação relativas ao Prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes. Além disso, foram entregues ao Museu de Monte Mor, as últimas 49 peças arqueológicas - totalizando 1.105 unidades - resgatadas dos sítios encontrados durante as obras neste trecho. No ano passado, também foi mantida a parceria com o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, no programa de educação ambiental, que visa a conscientização e mobilização da comunidade, nas questões relacionadas aos recursos hídricos e meio ambiente. **4.2 - Programas Sociais - VidaBAN** - O programa é voltado exclusivamente a motoristas de caminhão e seu principal objetivo é promover melhor qualidade de vida a esses profissionais, detectando eventuais problemas de saúde e encaminhando-os para tratamento. Os participantes podem fazer testes de acuidade visual, de dosagem de glicose e colesterol no sangue, percentual de gordura, avaliação cardíaca e avaliação física. Além dos exames médicos, são feitas palestras sobre AIDS, DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e explicados conceitos de direção defensiva e atendimento em primeiros socorros, visando a segurança dos profissionais. Do início do programa (junho/2001) até dezembro de 2002, o VidaBAN atendeu 2.805 caminhoneiros. **SorrisoBAN** - Oferecido gratuitamente, o projeto disponibiliza tratamento odontológico e especializado para caminhoneiros usuários (o Sem Parar, com o objetivo de proporcionar melhorias na qualidade de vida dos profissionais do volante e incentivar o uso do sistema de cobrança eletrônica. Os motoristas contam com serviços de prevenção, restauração, tratamento e cirurgia den-

tária, realizados por dentistas, em unidade móvel totalmente equipada. Foram atendidos, em média, 20 caminhoneiros por dia, de segunda a sexta-feira, das 06h às 18h, totalizando 2.608 motoristas, de março a dezembro de 2002. **Educando para o Trânsito** - Em 2002 a concessionária iniciou seu trabalho educativo com o projeto AutoBAN Educando para o Trânsito, visando a preservação da vida e a redução de acidentes. O curso é aplicado em parceria com as prefeituras de 16 municípios situados na área de influência do Sistema. Oferecendo aulas semanais, o projeto de educação para o trânsito envolve atualmente 246 escolas, 1.730 professores e cerca de 50 mil alunos da rede pública de Educação Infantil II e de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Nas aulas são transmitidos valores básicos de respeito às leis de trânsito, à vida, de cidadania, meio ambiente, entre outros. Os livros são interativos, proporcionando aos alunos, professores, pais e amigos observar as falhas cometidas no cotidiano, buscar soluções e refletir sobre as consequências de seus atos no trânsito e na própria vida. Assim, a abrangência do projeto contempla direta e indiretamente 200 mil pessoas. Para maior interatividade, foi criado o site www.autoeducando.com.br onde os interessados podem consultar as apostilas do projeto, interagir com jogos, vídeos e histórias educativas, além de participar de fóruns, chats e brincadeiras online.

**5. Reconhecimentos** - A concessionária, reconhecida por sua excelência em serviços, conquistou cinco prêmios de grande repercussão em 2002. Com o programa Passagem Premiada, a AutoBAN conquistou o prêmio Top de Marketing 2002, conferido anualmente pela ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. O prêmio representa o reconhecimento do talento das empresas, por meio de "cases" bem sucedidos. A concessionária concorreu com instituições tradicionais de todo o Brasil. A AutoBAN também foi contemplada com o 13º Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito, um dos mais expressivos do País, na área de segurança do tráfego. A concessionária destacou-se na categoria "Empresa", por seu Programa de Redução de Acidentes. A NTC - Associação Nacional do Transporte de Cargas concedeu à AutoBAN o "V Prêmio NTC Fornecedores do Transporte 2002", na categoria "Melhor Concessionária de Rodovias", criada em 2002. O prêmio é reconhecido pelo mercado como sério e ético, por ser realizado diretamente com os usuários dos bens e serviços deste segmento. A escolha da AutoBAN como melhor concessionária de rodovias do Brasil, comprova o amadurecimento da relação entre a empresa e os transportadores de cargas. Pelo terceiro ano consecutivo, a AutoBAN recebeu o Prêmio Top de Qualidade, conferido pelo Instituto de Estudos e Pesquisa da Qualidade. Desde o início de sua operação, o conjunto de serviços, obras, equipamentos e sistemas colocados à disposição de seus usuários confirma a vocação da AutoBAN de trabalhar para alcançar a excelência na prestação de serviço público. Para fechar o ano, a AutoBAN recebeu pela segunda vez o Prêmio Colaborador Ambiental de 2002, uma homenagem do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá à concessionária, pela participação no programa de conscientização e mobilização da comunidade, nas questões relacionadas aos recursos hídricos e meio ambiente. Além dos prêmios, uma pesquisa realizada pela CNT (Confederação Nacional dos Transportes), apontou a Via Anhangüera, ligação São Paulo-Uberaba, como a melhor do País. A AutoBAN é responsável por 147 quilômetros da rodovia, de São Paulo a Cordeirópolis, que corresponde a um terço da extensão total (cerca de 450 km). Na pesquisa, foram avaliados os itens: engenharia, sinalização e pavimento.

**6. Agradecimentos** - Apresentamos nossos agradecimentos a todos nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, através de seus órgãos reguladores e fiscalizadores, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida e à dedicação de todos os colaboradores desta empresa.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 (Expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2002	2001	PASSIVO	2002	2001
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	25.032	13.967	Fornecedores	12.760	24.076
Aplicações financeiras	30.604	4.274	Empréstimos	93.346	8.892
Contas a receber	15.875	8.418	Obrigações sociais e trabalhistas	2.033	1.900
Créditos fiscais	3.859	2.537	Impostos e contribuições a recolher	4.235	2.712
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	8.343		Provisão para encargos sociais e trabalhistas	2.686	2.412
Outras despesas antecipadas	2.621	1.491	Obrigações com o poder concedente	1.220	113.392
<b>Total do circulante</b>	<b>86.334</b>	<b>30.687</b>	Provisão para contingências	28.051	14.327
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			<b>Total do circulante</b>	<b>144.331</b>	<b>168.519</b>
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	119.567		<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.476	190.683	Empréstimos e financiamentos	622.260	534.270
Contas a receber	6.275	6.511	Empréstimos de empresas ligadas	108.277	82.376
Outros	433	348	Impostos e contribuições a recolher	48.801	
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>181.753</b>	<b>197.542</b>	Provisão para contingências	26.157	
<b>Permanente</b>			Dividendos a distribuir	1.583	1.511
Imobilizado - líquido	842.691	2.088.396	Obrigações com o poder concedente		1.749.897
			<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>807.078</b>	<b>2.367.711</b>
			<b>Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>		
			Capital subscrito	175.000	175.000
			Capital social a integralizar	(3.838)	(3.838)
			Capital social integralizado	171.162	171.162
			Reservas acumuladas	(11.793)	(390.845)
			<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>159.369</b>	<b>(219.683)</b>
			<b>Total do Passivo</b>	<b>1.110.778</b>	<b>2.316.425</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 (Expressa em milhares de reais - R\$)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2000:</b>	175.000	(16.010)	158.990	(282.688)	(123.688)
Integralização do capital conforme deliberação do Conselho de Administração em 10.10.01		12.172	12.172		12.172
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2001:</b>	175.000	(3.838)	171.162	(390.845)	(219.683)
Mudança de prática contábil, líquida dos efeitos tributários (nota 2)				465.179	465.179
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2002:</b>	175.000	(3.838)	171.162	(11.793)	159.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 (Expressas em milhares de reais - R\$; exceto lucro por ação - nota 3)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Concessionária tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 30 de abril de 2018, a exploração do Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP. A Concessionária iniciou as operações em 1 de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- recapetimento inicial do trecho entre Campinas e Limeira;
- construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124;
- construção de 47 km de vias marginais - no trecho entre São Paulo e Limeira;
- implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas - no trecho entre São Paulo e Limeira;
- execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba;
- implantação do trevo do Rododanel no km 21;
- recuperação da ponte do km 62.

- prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira;
- implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas;
- implantação do trevo do Rododanel no km 20.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão. A Concessionária, mesmo obtendo lucro bruto no exercício, teve seu desempenho comprometido principalmente pelas variações monetárias passivas calculadas sobre as obrigações com o Poder Concedente (em 2001) e os empréstimos em moeda estrangeira (em 2002 e 2001). Tal fato não afeta a capacidade da Concessionária em honrar seus compromissos e manter suas operações visto que parte significativa dessas obrigações vence a longo prazo e a Concessionária vem gerando caixa em suas operações, obtendo recursos de seu acionista e de financiamento de longo prazo junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e IFC - International Finance Corporation para financiar parte do programa de investimentos contratual, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

**2. MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL** - Em 14 de dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou em audiência pública minuta de deliberação sobre o pronunciamento a ser emitido pelo IERACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil propondo procedimentos contábeis para o registro de direito de outorga devido por concessionárias de serviços públicos, cuja edição definitiva ainda não ocorreu. A partir de 2002, a Concessionária, em conjunto com as demais empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, decidiu adotar a prática contábil proposta na referida minuta de deliberação. Os compromissos financeiros fixos assumidos com o Poder Concedente, que eram registrados como direito de outorga no ativo permanente, passaram a ser registrados diretamente ao resultado à medida que as receitas de exploração das rodovias estão sendo geradas. A administração entende que esta nova prática reflete de forma mais adequada sua situação patrimonial e os resultados de suas operações. Os principais efeitos dessa mudança de procedimento contábil nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002 são os seguintes:

Descrição da conta contábil	Grupo Contábil	Aumento/(Redução)
Direito de Outorga	Ativo Permanente	(1.162.911)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	Ativo Realizável a Longo Prazo	(327.132)
Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	Ativo Realizável a Longo Prazo	119.567
Valores a Pagar ao Poder Concedente	Passivo Circulante	(131.825)
Valores a Pagar ao Poder Concedente	Passivo Exigível a Longo Prazo	(2.049.342)
Impostos e Contribuições a Recolher	Passivo Exigível a Longo Prazo	48.801
Contrapartida dos efeitos da mudança de prática - exercícios anteriores	Patrimônio Líquido	465.179
Contrapartida dos efeitos da mudança de prática - exercício corrente	Prejuízo do Exercício (alocado nas rubricas de origem)	(278.896)

**3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS** - As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios contábeis: **3.1. Aplicações financeiras** - Estão registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **3.2. Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil e econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão. **3.3. Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% do excedente a R\$ 242. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base no saldo líquido das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social, considerando-se as alíquotas de 25% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. **3.4. Empréstimos** - São contabilizados ao valor original acrescido de atualização monetária, cambial e dos juros incorridos até a data do balanço. **3.5. Obrigações com o poder concedente** - São registradas em contrapartida ao resultado, à medida que as receitas de exploração das rodovias são geradas. **3.6. Receita de pedágio e acessórios** - É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários e da cobrança pelo uso da faixa de domínio. **3.7. Lucro (prejuízo) líquido por ação** - É calculado com base no número de ações integralizadas até a data do balanço.

**4. CONTAS A RECEBER** - Está representado principalmente por cupons de pedido a receber do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, valores a receber do pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes relativos a autoridades e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias que integram o sistema.

**5. PAGAMENTOS ANTECIPADOS RELACIONADOS À CONCESSÃO**

Curto Prazo 2.312

Longo Prazo 8.143

Total 119.567

127.910

Durante o primeiro ano da concessão, foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados a obrigações decorrentes de contratos subrogados e obrigações relacionadas à própria outorga. Em decorrência da mudança de prática contábil mencionada na nota explicativa nº 2, a partir de 2002 a Concessionária passou a registrar tais valores pagos antecipadamente no ativo. Essas despesas estão sendo amortizadas no mesmo prazo concedido para a concessão.

**6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS** - Em atendimento às disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 31/02, foram registrados créditos fiscais diferidos que se originam substancialmente de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, acrescidos de valores relativos às principais diferenças temporárias na sua formação. A composição está demonstrada da seguinte forma:

	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Impostos diferidos:</b>	<b>31.12.02</b>	<b>31.12.02</b>	<b>31.12.01</b>	<b>31.12.01</b>
Prejuízo fiscal/base negativa	(115.906)	(123.323)	(571.818)	(586.180)
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências	(54.208)	(32.456)		
Base de cálculo	(170.114)	(155.779)	(571.818)	(586.180)
Imposto diferido	42.463	14.015	143.823	48.060

**Fundamento e expectativa de prazo para realização** - Até 31 de dezembro de 2001 o ativo fiscal diferido foi reconhecido pela administração da Concessionária com base nas projeções de seus resultados, na origem dos prejuízos e na análise da situação das respectivas projeções para os exercícios futuros, comprovando a capacidade de geração de lucros suficientes para realização desses ativos diferidos. Foram contemplados nestas projeções alguns fatores relevantes, tais como estudo de tráfego, realizado por empresa especializada independente em junho de 2000, reajustes de tarifas anuais e o equilíbrio econômico-financeiro, garantidos contratualmente, e pressupostos de estabilidade, retorno e margens, bem como a validade e viabilidade das projeções de tráfego foram detalhadamente analisadas por empresa espe-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 (Expressa em milhares de reais - R\$)

	2002	2001
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receitas de pedágio	450.162	371.827
Receitas acessórias	7.289	14.717
	457.451	386.544
<b>Deduções da receita</b>		
Impostos e contribuições sobre a receita	(16.719)	(14.011)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>440.732</b>	<b>372.533</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(280.899)</b>	<b>(228.777)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>159.833</b>	<b>143.756</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas administrativas	(27.576)	(14.336)
Financeiras - líquidas	(274.944)	(288.236)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(142.687)</b>	<b>(158.816)</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>82</b>	
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(142.605)</b>	<b>(158.816)</b>
<b>Contribuição social diferida</b>	<b>14.015</b>	<b>12.677</b>
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>42.463</b>	<b>37.982</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(98.127)</b>	<b>(108.157)</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício por ação</b>	<b>(0,50)</b>	<b>(0,63)</b>

\* Exceto prejuízo líquido por ação que está expresso em reais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 (Expressa em milhares de reais - R\$)

Origens de recursos	2002	2001
<b>Das operações-</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(86.127)	(108.157)
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Impostos diferidos	(56.478)	(50.659)
Depreciações e amortizações	74.324	153.678
Variação monetária de obrigações com o poder concedente		173.319
Variação cambial sobre empréstimo de longo prazo	153.586	39.102
Encargos financeiros de longo prazo	7.841	52.843
Encargos financeiros de empresas ligadas	25.901	10.548
Baixa de imobilizado	55	264
Diminuição do realizável a longo prazo	1.151	
Transferência do realizável a longo prazo para o curto prazo	8.342	
Aumento do exigível a longo prazo	74.958	
<b>Total das origens provenientes das operações</b>	<b>203.563</b>	<b>270.938</b>
<b>Dos Acionistas-</b>		
Integralização de capital		12.172
Empréstimos de empresas ligadas		71.828
<b>De terceiros-</b>		
Captação de recursos de longo prazo		137.704
Efeito líquido da mudança de prática contábil, considerando-se os ajustes nos saldos iniciais	57.699	
<b>Total das origens</b>	<b>261.252</b>	<b>492.642</b>
<b>Aplicações de recursos</b>		
Aumento do realizável a longo prazo		6.620
Adição ao ativo imobilizado	107.980	314.736
Transferência do exigível a longo prazo para o curto prazo	73.438	161.304
<b>Total das aplicações</b>	<b>181.418</b>	<b>482.660</b>
<b>Redução da deficiência do capital circulante líquido</b>	<b>79.834</b>	<b>9.982</b>
<b>Representado por:</b>		
Aumento (diminuição) do ativo circulante	55.647	(118)
Diminuição do passivo circulante	24.187	10.100
<b>Redução da deficiência do capital circulante líquido</b>	<b>79.834</b>	<b>9.982</b>



	Taxas anuais de depre- ciação %	Custo	Depreciação e amori- zização acumulada	Imobilizado líquido	
				2002	2001
Sinalização horizontal, vertical e aérea	10 a 33	23.083	11.477	11.606	13.308
Veículos e equipamentos operacionais	40	4.930	4.140	790	806
Outros equipamentos de operação	10 a 20	21.952	4.896	17.056	16.663
Sistemas e subsistemas	5 a 20	70.422	10.300	60.122	48.232
Móveis, utensílios e instalações	10	2.110	663	1.447	1.486
Terrenos e outros	5	44.420	4.467	39.953	40.457
		920.000	129.038	790.970	756.998
Em andamento:					
Depósitos judiciais		51.643		51.643	51.091
Adiantamentos a fornecedores		78		78	1.000
Total do imobilizado		971.729	129.038	842.691	2.088.396

Até 31 de dezembro de 2001, a Concessionária reconheceu, no ativo Imobilizado, o Direito de Outorga da Concessão, com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada, segregando o valor global dos bens transferidos da concessão e o valor pago pela delegação dos serviços públicos. A partir de 2002, a Concessionária decidiu por alterar a prática contábil, deixando de reconhecer referido direito em suas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 2).

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - A Concessionária possui os seguintes empréstimos e financiamentos:

			2002	
	Encargos	Vencimentos até	Curto prazo	Longo prazo
<b>Moeda Nacional:</b>				
BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	10.236	95.750
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	4.095	38.300
Banco Sudameris				
Brasil S.A.	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	2.048	19.150
UNIBANCO S.A.	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	6.141	57.450
<b>Moeda Estrangeira:</b>				
BID (Parte A)	Líbor + 4,625% a.a.	Novembro/2011	17.525	131.108
BID (Parte B)	Líbor + 4,25% a.a.	Novmbr/2008	23.138	110.620
IFC (Parte A)	Líbor + 4,625% a.a.	Novembro/2011	12.267	91.775
IFC (Parte B)	Líbor + 4,25% a.a.	Novembro/2008	15.956	76.208
COFACE	Líbor + 0,75 a.a.	Maio/2004	1.940	1.899
Total Emoréstimos.			93.346	622.260

			2001	
	Encargos	Vencimentos até	Curto prazo	Longo prazo
<b>Moeda Nacional:</b>				
BNDES	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	2.086	99.943
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	837	39.977
Banco Sudameris				
Brasil S.A.	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	418	19.989
UNIBANCO S.A.	TJLP + 5% a.a.	Janeiro/2012	1.255	59.966
<b>Moeda Estrangeira:</b>				
BID (Parte A)	Líbor + 4,625% a.a.	Novembro/2011	834	96.863
BID (Parte B)	Líbor + 4,625% a.a.	Novembro/2008	709	87.177
IFC (Parte A)	Líbor + 4,625% a.a.	Novembro/2011	584	67.805
IFC (Parte B)	Líbor + 4,625% a.a.	Novembro/2008	488	60.055
COFACE	Líbor + 0,75 a.a.	Maio/2004	1.681	2.495
<b>Total Empréstimos</b>			<b>8.892</b>	<b>534.270</b>

Em 31 de dezembro as parcelas relativas ao principal dos empréstimos a longo prazo apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	2002	2001
2003		61.251
2004	93.185	68.795
2005	91.286	67.964
2006	91.286	67.964
2007	91.286	67.964
2008	91.286	67.963
Após 2008	163.931	132.369
Totais	622.260	534.270

A Concessionária, para cumprir as obrigações assumidas no Contrato de Concessão, é única e exclusiva responsável pela obtenção de financiamentos. Dessa forma, devido ao grande volume de investimentos necessários para o cumprimento dessas obrigações, seus financiamentos foram estruturados no modelo de "project finance". Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas da controladora. Vinculados à obtenção dos empréstimos e financiamentos junto à IEC - International Finance Corporation, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Concessionária também assumiu, entre outros, as seguintes obrigações: - Constituir hipoteca para os bens imóveis adquiridos na concessão; - Manter seguro sobre seus ativos; - Não obter novos empréstimos com terceiros, sem que haja prévia autorização dos financiadores, em caso de captação de valores superiores a US\$ 5.000.000; - Não vender todos os seus ativos ou parte substancial dos mesmos; - Não declarar ou pagar aos sócios dividendos ou efetuar qualquer tipo de distribuição se não atingir índices financeiros exigidos no contrato sobre termos comuns; - Efetuar depósito trimestral equivalente a US\$ 3.520.000 na conta garantia de aplicações financeiras até o limite de US\$ 35.200.000 ou prestar outra garantia de valor equivalente; - Não efetuar qualquer distribuição de lucros, exceto aqueles exigidos por lei ou acordo de funcionamento; - Não alienar qualquer propriedade, receita ou outro ativo, exceto em situações mencionadas no contrato; - Não incorrer em gastos que não estejam relacionados ao projeto cujo valor seja superior a US\$ 2.000.000; - Não efetuar leasing para adquirir bens cujo valor pago seja superior a US\$ 2.500.000 no exercício social; e - Na existência de recursos financeiros, a Concessionária poderá aplicar em fundos de liquidez imediata, não podendo assim emprestar, fazer adiantamentos ou outros tipos de investimentos.

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - A Concessionária possui processos em andamento, de natureza fiscal, cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial. Baseada na expectativa da Administração, suportada pela opi-

nião de seus assessores legais, a Concessionária não espera perdas significativas decorrentes da conclusão de parte substancial desses processos. Contudo, para fazer face à expectativa de perdas em alguns dos casos, a Concessionária constituiu provisão para contingências, a qual totaliza R\$ 54.208 em 31 de dezembro de 2002. Tal valor encontra-se registrado conforme as expectativas de desfecho dos assuntos discutidos, baseadas na opinião dos assessores legais da Concessionária, e é composto por: - R\$ 28.051 (R\$ 14.362 em 2001), registrado no passivo circulante, referente ao não recolhimento, amparado em mandado de segurança, do adicional de 1% da Cofins e 0,65% de PIS sobre as receitas operacionais e 3% da Cofins sobre a receita financeira, acrescido dos respectivos encargos moratórios; e - R\$ 26.157, registrado no exigível a longo prazo, referente aos encargos moratórios calculados sobre o imposto de renda e contribuição social a pagar originados a partir da mudança de prática contábil (nota explicativa nº 2).

10. EMPRÉSTIMOS DE EMPRESAS LIGADAS - Nos contratos de financiamento de longo prazo firmados com instituições financeiras está definido que as necessidades adicionais de financiamento, provocadas por deficiência na geração de caixa e após atingir o valor estabelecido para integralização de capital, sejam suportadas pelos acionistas e empresas ligadas através de empréstimo subordinado. O montante devido está sujeito a juros anuais de 12% e atualização monetária calculada anualmente com base na variação do IGP-M. O pagamento da totalidade dessa dívida ficará subordinado, em termos de direito de pagamento e liquidação, a todas as obrigações da linha de crédito de longo prazo. Os saldos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte recolhido pela Concessionária, estão representados por:

	2002	2001
Companhia de Concessões Rodoviárias	108.277	34.600
Camargo Correa S.A.		11.858
Construtora Andrade Gutierrez S.A.		11.858
Odebrecht Serviço de Infraestrutura S.A.		8.605
Serveng-Civilian S.A. - Empresas Associadas de Engenharia		2.115
Servix Engenharia S.A.		1.482
Via Engenharia S.A.		
Total	108.277	82.376

Em 7 de março de 2002, a controladora Companhia de Concessões Rodoviárias celebrou, com as empresas ligadas, contrato de assunção de dívida, tornando-se por conseguinte o único credor do empréstimo subordinado junto à Concessionária.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As transações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	2002	2001
Custos dos serviços prestados	6.853	403
Manutenção e aquisições de imobilizado	56.017	
Saldo de fornecedores	14.534	
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	5.663	
Consórcio Construban	5.663	
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	77.404	403
Companhia de Concessões Rodoviárias		
Total	5.663	403

	2002	2001
Custos dos serviços prestados	4.669	14.634
Manutenção e aquisições de imobilizado	324.470	
Saldo de fornecedores	4.669	14.634
Consórcio Construban		
Companhia de Concessões Rodoviárias		
Total	4.669	14.634

12. DIVIDENDOS A DISTRIBUIR - A Concessionária, por condição contratual com o Poder Concedente e com as instituições financiadoras, somente poderá distribuir dividendos a seus acionistas no exercício seguinte ao da entrada em operação total das ampliações principais (prolongamento da Rodovia Bandeirantes e outras), bem como quando forem atingidos os índices contratuais de cobertura estabelecidos no contrato de financiamento de longo prazo, estimados a partir de 2004, razão pela qual essa obrigação referente ao exercício de 1998 está classificada no exigível a longo prazo.

13. CAPITAL - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 é representado por 175.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal. Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, deduzido da parcela constituída com reserva legal.

14. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS - No final de 1998, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS, o qual deverá ser recolhido a partir de regulamentação por parte dos governos municipais. A Concessionária está negociando com o Poder Concedente para obter o reembolso financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio.

15. COMPROMISSOS VINCULADOS À CONCESSÃO

Compromissos com o Poder Concedente: O principal compromisso vinculado à concessão refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DFR pela aquisição da concessão:

	2002	2001
Curto prazo		
Longo prazo		
Parcela variável- 3% da receita bruta (1)	1.220	1.353
Contratos sub-rogados (2)	2.196	2.196
Direito de outorga (3)	129.630	110.449
Total	133.046	113.998

(1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia 11 do mês subsequente. (2) A Concessionária ficou sub-rogada, a partir da transferência do controle, em todos os direitos e obrigações do Contratante ou DERSA no que se refere aos Contratos de Prestação de Serviços Delegados constantes do Anexo 02 do Edital nº 007/CIC/97. O saldo das parcelas referentes a esses contratos foi reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi efetivamente aplicado à tarifa de pedágio. A última parcela dessa obrigação venceu em outubro de 2000 e não foi totalmente liquidada, pois a Concessionária está negociando esse montante diretamente com o credor. (3) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor fixo, sendo pago em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de maio de 1998, reajustáveis pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Até 31 de

dezembro de 2001, esses valores se encontravam registrados nas demonstrações financeiras da Concessionária sob a rubrica de "Obrigações com o Poder Concedente", no curto e longo prazos. A partir de 2002, em função da mudança de prática contábil comentada na nota explicativa nº 2, os valores referentes aos itens (2) e (3) deixaram de ser registrados nas demonstrações financeiras. O valor referente ao item (1) continua sendo registrado sob a rubrica de "Obrigações com o Poder Concedente", no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2002, os compromissos da Concessionária relacionados ao direito de outorga estão distribuídos da seguinte forma:

Exercício	Valor
2003	129.630
2004	142.977
2005	142.977
2006	142.977
2007	142.977
2008	142.977
Após 2008	1.334.457
Total	2.178.972

Compromissos relativos a obras: Além dos compromissos relativos à delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes (concessão), a Concessionária possui compromissos vinculados a obras de ampliação, conservação e melhoramentos das rodovias. Em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, os desembolsos com investimentos para atender os compromissos futuros estão estimados em R\$ 498.242 (quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e dois mil) e R\$ 550.603 (quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e três mil reais), respectivamente.

16. GARANTIAS E SEGUROS - A Concessionária, por força contratual, mantém regularizações e atualizações as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais e de conservação ordinária do Sistema Rodoviário. Adicionalmente, a Concessionária mantém coberturas de seguros, necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "Todos os Riscos" para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com padrões internacionais para empreendimento desta natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projeto, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - Em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, os valores contábeis, tais como aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 8), referente aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os meses de novembro e dezembro de 2002, com o objetivo de se proteger contra efeitos da desvalorização cambial sobre parte de seus passivos financeiros denominados em dólares, a Concessionária efetuou, junto a instituições financeiras, operações de "swap" vinculadas à variação cambial do dólar. O montante original dos contratos em aberto, em 31 de dezembro de 2002, é de R\$ 144.560. A diferença entre o montante a receber dos bancos e a pagar para os bancos, conforme o caso, foi registrada no ativo ou passivo circulante, e na demonstração de resultado em receitas ou despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2002, o efeito líquido contábil desta diferença representa um ativo de R\$ 374, cujo valor de mercado estimado corresponde, nesta mesma data, a R\$ 2.724.

18. DISCUSSÃO SOBRE MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL - Conforme descrito na nota explicativa nº 3, encontra-se em processo de discussão deliberada da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já submetida à audiência pública, a qual, se aprovada, definirá a prática contábil única relacionada com o registro do direito de outorga. Caso a definição seja por prática diversa da ora adotada, os ajustes serão efetuados futuramente.

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA "MÉTODO INDIRETO" PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

	2002	2001
Prejuízo líquido do período	(86.127)	(108.157)
Ajustes para reconciliação do prejuízo líquido:		
Variação monetária de obrigações com o poder concedente		1/3.319
Depreciações e amortizações	74.324	153.678
Variação cambial sobre empréstimos	164.864	39.102
Encargos financeiros de empresas ligadas	25.901	10.548
Encargos financeiros sobre empréstimos	60.266	52.843
Impostos diferidos	(56.478)	(50.659)
Baixa do ativo imobilizado	55	264
(Aumento)/diminuição de ativos		
Contas a receber	(7.457)	(9.323)
Impostos a recuperar	(1.322)	(1.759)
Outros ativos	8.362	(719)
Aumento/(diminuição) de passivos		
Fornecedores	(11.320)	(31.742)
Sócios e encargos sociais	263	1.065
Impostos e contribuições a recolher e provisão para contingências	26.864	8.125
Outros	(133)	
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	198.082	236.585
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Ação ao imobilizado	(107.980)	(314.736)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras		
Empréstimos tomados		137.704
Pagamento de empréstimos	(52.707)	(47.885)
Captações (dívida subordinada)		71.828
Integralização de capital		12.172
Pagamento ao poder concedente		(100.967)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(52.707)	72.852
Fluxo de caixa total	37.395	(5.299)
Saldo inicial de caixa	18.241	23.540
Saldo final de caixa	55.636	18.241
Fluxo de caixa total	37.395	(5.299)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DIRETORIA

João Roppa - Diretor Presidente

Roberto Siriani de Oliveira - Diretor de Operações

Contador - Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129.452/O-3

#### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. Jundiá - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., levantados em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância da complexidade, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a

avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As informações suplementares demonstradas no anexo I referentes à demonstração do fluxo de caixa "método indireto" são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de au-

ditores mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras, a Sociedade procedeu à mudança de prática contábil referente ao registro do direito de outorga da concessão.

Cinco dias, 24 de janeiro de 2003

De Cite Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Atores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Heio Wellicchen

Contador

CRC nº 1 SP 130122/O-0

Deloitte  
Touche  
Tohmatsu

#### ASTRA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ nº 50.949.528/0001-80

CONVOCAÇÃO

Estão convocados os senhores acionistas da Astra S/A, Indústria e Comércio, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de maio de 2003, às 14:00 horas, na sede social, localizada na Rua Celso de Figueiredo, nº 59, Jundiá, Estado de São Paulo, a fim de tratar das seguintes matérias: a) Exatidão, descrição e valor as contas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002; b) Distribuição de dividendos e juros sobre o patrimônio líquido; c) Deliberação sobre a desintegração do lucro líquido do exercício; d) Fica-



**Relatório da Administração (Exercício 2003)**

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003. Discorre também, sobre o trabalho que a AutoBan vem desenvolvendo dentro das suas concepções filosóficas de buscar desafios e superar limites. No exercício de 2003 a AutoBan destacou-se pela consolidação de seu modelo operacional, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, do conforto e da fluidez do tráfego do Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

**1. Desempenho Econômico-Financeiro: 1.1 - Resultados Alcançados:** A Receita Bruta do exercício de 2003 totalizou R\$ 534,0 milhões, obtendo-se um lucro bruto de R\$ 190,1 milhões. O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 134,2 milhões) foi alcançado pelo grande desempenho na gestão de custos operacionais e principalmente pela valorização do real frente ao dólar, provocando uma variação cambial positiva sobre empréstimos em moeda estrangeira.

**1.2 - Investimentos:** Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2003 somam R\$ 1.039 milhões, tendo sido realizadas em 2003 inúmeras obras e melhorias no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, sendo destacadas:  
• Implantação da 4ª faixa do km 14 ao km 16 da SP-348; • Implantação de 4 passarelas nos km 23, 124 e 45 da SP-330 e km 63 da SP-300; • Ampliação e reforma do trevo do km 119 da SP-330; • Marginais entre os km 105 e 110 da SP-330; • Recuperação do pavimento das rodovias; • Implantação da base da PMFV no km 129 da SP-348; • Implantação do trevo do km 107 da SP-330; • Recuperação de diversas obras de arte especiais; • Ampliação e reforma do trevo do km 142 da SP-330; • Implantação de área de descanso no km 56 da SP-348; • Ampliação e reforma do trevo de Sumaré km 114 da SP-330; • Duplicação da Rodovia SP-300, entre o km 64+800 e o km 64+600; • Construção de viaduto no km 127 da SP-330 em Americana; • Sinalização horizontal (pintura de faixas), vertical e aérea (placas) ao longo do Sistema; • Obras de estabilização e contenção de taludes.

**1.3 - Pagamentos pela Exploração do Sistema Rodoviário:** Adicionalmente aos investimentos descritos, a AutoBan pagou ao Poder Concedente, no exercício de 2003, um total de R\$ 145,7 milhões referentes ao preço pela delegação da Concessão. **1.4 - Valores Repassados aos Municípios:** Com base na Lei Complementar 100, de 22/12/99, que incluiu na lista de serviços tributados pelo ISSQN, a exploração de rodovias mediante cobrança de pedágio, foram recolhidos, durante o ano 2003, aos cofres dos municípios de Limeira, Cordéopolis, Franca da Rocha, Jundiaí, Nova Odessa, Campinas, Itupeva, Cajamar, Valinhos, Caieiras, Americana, Vinhedo, Osasco, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Louveira e São Paulo o montante de R\$ 25,8 milhões. **2. Redução de Acidentes:** No período anterior a AutoBan, as estatísticas apontavam para a ocorrência de 471 acidentes por mês, em média. Em 2003, o índice mensal foi

de 373 acidentes quase 21% inferior aos registrados em 1997. Os acidentes resultaram, em média, durante 2003 uma redução de 22%. O resultado mais expressivo foi a redução do número de mortes no ano de 2003, representando 57,1% menos que em 1997. Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a AutoBan continua realizando ações para a superação desses índices. Com o programa de educação para o trânsito, cerca de 50 mil alunos da rede pública de 14 municípios situados ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes receberam as primeiras noções sobre trânsito e direção responsável. **3. Atendimento ao Usuário:** O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes e viaturas em atuação durante 24 horas tem garantido constantemente a segurança de todos os usuários que trafegam pelas rodovias Anhanguera e Bandeirantes.

Atendimentos efetuados em 2003:	
• Inspeção de tráfego	74.719
• Resgate	11.347
• Guinchos leves e pesados	98.725
• Caminhões-pipa e de apreensão de animais	3.697
• Disque AutoBan 0800 55 55 50	257.290
• Ouidoria	11.116
<b>Total</b>	<b>456.894</b>

O sistema de monitoramento de tráfego, por meio de câmeras de TV que cobrem 73% do sistema rodoviário atual, aliado ao CCO (Centro de Controle Operacional), ao OBDU (Disque AutoBan - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência e cada quilômetro das rodovias do Sistema (nos dois sentidos), e a intensa atuação da inspeção de tráfego apoiada pelas demais equipes e parceiros, permite ativar com maior rapidez os recursos da concessionária e da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), no atendimento das várias situações registradas diariamente. **4. Responsabilidade Social: 4.1 - Meio Ambiente:** Em 2003 foi mantida a parceria com o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. • Finalista do prêmio "Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social" - Certificação concedida pela Fundação Banco do Brasil pelo programa de educação para o trânsito. • Pesquisa Rodoviária CNT/2003 considerou as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes entre as consideradas excelentes. • Ideal Standard - Homenagem concedida pela Ideal Standard Brasil pelo excelente trabalho da AutoBan em prol da Comunidade de Jundiaí. • Amiga Digital - Título concedido pelo Comitê para Popularização da Informática, pela doação de monitores e impressoras para o Projeto "Instituto Digital". • 6º Prêmio NTC Fornecedores do Transporte - Reconhecida novamente como um dos 3 melhores fornecedores de produtos e serviços para o transporte rodoviário em 2003. **6. Agradecimentos:** Apresentamos nossos agradecimentos a todos nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, através de seus órgãos reguladores e fiscalizadores, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida e à dedicação de todos os colaboradores desta empresa. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais Levantados em 31/12/2003 e de 2002 (Expressos em milhares de reais - R\$)		
Ativo	2003	2002
<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	13.945	25.032
Aplicações financeiras	60.463	30.604
Contas a receber	2.917	15.875
Crédito com pessoas ligadas	18.641	-
Impostos a recuperar	3.001	3.859
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	8.343	8.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.762	-
Despesas antecipadas e outros	4.289	2.621
<b>Total do circulante</b>	<b>127.361</b>	<b>66.334</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	111.224	119.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.218	56.478
Contas a receber	4.266	5.275
Outros	956	433
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>146.664</b>	<b>181.753</b>
<b>Permanente</b>		
Imobilizado - líquido	824.280	842.691
<b>Total</b>	<b>1.098.305</b>	<b>1.110.778</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002 (Expressas em milhares de reais - R\$)					
	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2001</b>	175.000	(3.838)	171.162	-	(390.845)
Ajuste de exercícios anteriores (nota explicativa nº 2)	-	-	-	-	465.179
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(86.127)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2002</b>	175.000	(3.838)	171.162	-	(11.793)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	89.245	89.245
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.873	(3.873)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b>	175.000	(3.838)	171.162	3.873	73.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002 (Expressas em milhares de reais - R\$)					
Origens de recursos	2003	2002	Aplicações de recursos	2003	2002
<b>Das operações:</b>			<b>Pagamento de mútuo - imposto de renda retido na fonte</b>	<b>4.682</b>	<b>6.475</b>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	89.245	(86.127)	<b>Total das aplicações</b>	<b>155.850</b>	<b>187.893</b>
Despesas (receitas) que não afetam capital circulante:			<b>Redução da deficiência do capital</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.496	(56.478)	circulante líquido	56.976	79.834
Depreciação e amortização	86.242	74.324	<b>Representada por</b>		
Variação cambial de empréstimos a longo prazo	(75.340)	153.586	Ativo circulante:		
Juros de longo prazo	9.753	7.841	No fim do exercício	127.361	86.334
Encargos financeiros de empresas ligadas	23.335	25.901	No início do exercício	86.334	30.687
Baixa do ativo imobilizado	1.068	55	Aumento do ativo circulante	41.027	55.647
<b>Total das operações</b>	<b>144.801</b>	<b>119.102</b>	<b>Passivo circulante:</b>		
<b>Recursos de outras fontes:</b>			No fim do exercício	128.382	144.331
Diminuição do realizável a longo prazo	486	1.151	No início do exercício	144.331	168.516
Transferência do realizável a longo prazo para o curto prazo	24.105	8.342	Redução do passivo circulante	(15.949)	(24.167)
Aumento do exigível a longo prazo	43.434	81.433	<b>Redução da deficiência do capital</b>		
Efeito líquido da mudança de prática contábil considerando-se os ajustes nos saldos iniciais	-	57.699	circulante líquido	56.976	79.834
<b>Total das origens</b>	<b>212.826</b>	<b>267.727</b>			
<b>Aplicações de recursos</b>					
Aumento do ativo imobilizado	68.899	107.980			
Transferências do exigível a longo prazo para o circulante	82.269	73.438			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

dos profissionais. Os motoristas contam com serviços de prevenção, restauração, tratamento e cirurgia dentária, realizados por dentistas, em unidade móvel totalmente equipada. Foram atendidos, em média, 20 caminhoneiros por dia, de segunda a sexta-feira, das 06h às 18h, totalizando 4.100 motoristas, desde o início de março a dezembro de 2003. **Educação para o Trânsito - Em 2003 a concessionária deu prosseguimento aos trabalhos educativos com o programa educação para o trânsito, visando a preservação da vida e a redução de acidentes. O programa é aplicado em parceria com as prefeituras de 14 municípios situados na área de influência do Sistema. Ocorrendo aulas semanais, o programa de educação para o trânsito envolve atualmente 209 escolas, 1.701 professores e cerca de 50 mil alunos da rede pública de 3ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. Nas aulas são transmitidos valores básicos de respeito às leis de trânsito, preservação da vida, auto-estima, cidadania, preservação do meio ambiente, entre outros. Os livros são interativos, proporcionando aos alunos, professores, pais e amigos observar as falhas cometidas no cotidiano, buscar soluções e refletir sobre as consequências de seus atos no trânsito e na própria vida. Assim, a abrangência do projeto contempla indiretamente cerca de 250 mil pessoas. **5. Reconhecimentos:** A concessionária, por sua excelência em serviços, conquistou vários reconhecimentos de grande repercussão em 2003, entre eles: "Autorização para uso pela concessionária do Selo "Empresa que Educa" - concedida pelo SENAC - SP pelo aproveitamento de jovens aprendizes. "Melhor Operadora do Ano" no segmento rodoviário. Eleita pela Revista "O Empreiteiro". "Top Social 2003" - Concedido pela ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) pelo programa de educação para o trânsito. "Top de Ecologia 2003" - Concedido pela ADVB pelo programa de recuperação florestal realizado no prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes. "Colaborador Ambiental de 2003" - Concedido pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. "Finalista do prêmio "Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social" - Certificação concedida pela Fundação Banco do Brasil pelo programa de educação para o trânsito. "Pesquisa Rodoviária CNT/2003 considerou as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes entre as consideradas excelentes. "Ideal Standard - Homenagem concedida pela Ideal Standard Brasil pelo excelente trabalho da AutoBan em prol da Comunidade de Jundiaí. "Amiga Digital - Título concedido pelo Comitê para Popularização da Informática, pela doação de monitores e impressoras para o Projeto "Instituto Digital". "6º Prêmio NTC Fornecedores do Transporte - Reconhecida novamente como um dos 3 melhores fornecedores de produtos e serviços para o transporte rodoviário em 2003. **6. Agradecimentos:** Apresentamos nossos agradecimentos a todos nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo, através de seus órgãos reguladores e fiscalizadores, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida e à dedicação de todos os colaboradores desta empresa. **A Diretoria****

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 (Expressas em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)			
	2003	2002	
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>534.037</b>	<b>457.451</b>	
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>(23.509)</b>	<b>(16.719)</b>	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>510.528</b>	<b>440.732</b>	
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Depreciação	(66.242)	(74.324)	
Serviços	(10.578)	(11.046)	
Custo da outorga	(154.393)	(133.605)	
Outros	(69.168)	(61.924)	
	(320.381)	(280.899)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>190.147</b>	<b>159.833</b>	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas	(19.466)	(27.576)	
Despesas financeiras: Variação cambial	-	(165.816)	
Juros	(93.962)	(108.233)	
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(6.790)	(6.021)	
Resultado com operação de "hedge"	(32.273)	-	
Receitas financeiras: Variação cambial	84.836	-	
Resultado com operação de "hedge"	-	374	
Juros e outras receitas financeiras	11.608	2.752	
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>134.100</b>	<b>(142.687)</b>	
<b>Resultado não operacional</b>	<b>140</b>	<b>82</b>	
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>134.240</b>	<b>(142.605)</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social - correntes</b>	<b>(34.497)</b>	<b>(56.478)</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social - diferidos</b>	<b>(10.496)</b>	<b>-</b>	
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>89.245</b>	<b>(86.127)</b>	
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação - R\$</b>	<b>0,52</b>	<b>(0,50)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto Operacional -** A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 30 de abril de 2018, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP. A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:  
- **Na Rodovia Anhanguera:** - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas no trecho entre São Paulo e Limeira - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba - Implantação do trevo do Rododanel no km 21 - Recuperação da ponte do km 62 - **Na Rodovia Bandeirantes:** - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas - Implantação do trevo do Rododanel no km 20. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. A ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, autorizou o reajuste da base tarifária quilométrica de pedágio, aplicando o IGP-M em duas etapas, sendo 75% do índice a partir de 1º de julho de 2003 e o restante, a partir de 1º de janeiro de 2004. Ficou estabelecido que eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente desta decisão, será analisado nos termos contratuais vigentes. **2. Mudança de Prática Contábil -** Em 14 de dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM colocou em audiência pública minuta de deliberação sobre o pronunciamento a ser emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil propondo procedimentos contábeis para o registro de direito de outorga devido por concessionárias de serviços públicos, cuja opção definitiva ainda não ocorreu. Em 2002, a Administração, com a presença da CVM decidiu adotar a prática contábil proposta na referida minuta de deliberação por entender que esta melhor refletia o resultado de suas operações e a sua situação patrimonial. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os efeitos de mudança de prática contábil são registrados diretamente no patrimônio líquido, sem nenhum efeito no resultado do exercício. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Práticas Contábeis -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consoante os seguintes principais critérios contábeis: a) Aplicações financeiras: Consistem em aplicações financeiras a investimento de alta liquidez e são demonstradas pelo valor original acrescido do rendimento auferido até a data do balanço. b) Imobilizado: O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados no

continua ->

resultado, quando incorridos. Os bens alocados a projetos específicos são contabilizados como obras em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão dos bens. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 7. c) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social incluem os efeitos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e societários. O reconhecimento desses créditos está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis no futuro. d) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos incluem juros e atualização monetária e cambial incorridos até a data do balanço. e) **Obrigação com o poder concedente:** É registrada em contrapartida ao resultado, à medida que as receitas de exploração das rodovias são geradas. f) **Provisão para contingência:** A provisão para contingência está registrada pelo valor das perdas prováveis com base na opinião da Administração e de seus consultores legais sobre o total de ações pendentes na data do balanço. g) **Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. h) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas em que são efetivadas, e os correspondentes saldos em aberto são ajustados à taxa de câmbio vigente na data do balanço. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do período quando realizadas ou até a data do balanço. i) **Receita operacional bruta:** A receita operacional é reconhecida quando da utilização da rodovia. 4. **Contas a receber:** Está representado principalmente por valores a receber de pedágio eletrônico. As faturas a receber de clientes relativas à publicidade e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias que integram o sistema.

#### 5. Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão

	2003	2002
	R\$	R\$
Curto prazo	8.343	8.343
Longo prazo	111.224	119.567
<b>Total</b>	<b>119.567</b>	<b>127.910</b>

Durante o primeiro ano da concessão, foram efetuados pagamentos antecipados ao poder concedente, basicamente relacionados a obrigações decorrentes de contratos subrogados e obrigações relacionadas à própria outorga. Em decorrência da mudança de prática contábil mencionada na nota explicativa nº 2, a partir do exercício de 2002 a Companhia passou a registrar tais valores pagos antecipadamente no ativo. Essas despesas estão sendo amortizadas no mesmo prazo definido para a concessão.

6. **Imposto de Renda e Contribuição Social - a) Alíquotas:** As alíquotas vigentes para os exercícios são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social, perfazendo 34%. b) **Reconciliação dos impostos:** O imposto de renda e a contribuição social líquidos diferidos estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	2003	2002
	R\$	R\$
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	134.240	(142.605)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Benefício (despesa) de imposto de renda calculado à alíquota vigente	(45.842)	48.485
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Constituição de imposto de renda sobre diferenças temporárias	-	4.883
Outros	847	3.110
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(44.995)	56.478

Os principais itens das contas de imposto de renda e contribuição social diferidos são:

	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	31/12/03	31/12/03	31/12/02	31/12/02
Prejuízo fiscal/base negativa	(115.987)	(123.404)	(115.906)	(123.323)
Compensação	44.572	44.416	-	-
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências	(67.644)	(45.892)	(54.208)	(32.456)
Base de cálculo	(139.059)	(124.880)	(170.114)	(155.779)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido	34.741	11.239	42.463	14.015
Curto prazo	11.910	3.852	-	-
Longo prazo	22.831	7.387	42.463	14.015
<b>Total</b>	<b>34.741</b>	<b>11.239</b>	<b>42.463</b>	<b>14.015</b>

c) **Expectativa de Realização dos impostos diferidos:** O registro dos créditos tributários está baseado em projeções de resultados para os próximos exercícios e na avaliação da efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas dos lucros tributáveis no futuro. As declarações relativas à perspectiva dos negócios, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Companhia constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas estão sujeitas a alterações decorrentes dos mercados, do desempenho econômico geral do Brasil, de índices econômico-financeiros, da indústria e dos mercados internacionais, estando, portanto, sujeitas a mudanças. d) **Exigível a longo prazo:** O saldo da provisão para imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 48.801, é decorrente da mudança de critério contábil relacionada ao registro da outorga. 7. **Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Imobilizado líquido
		R\$	R\$	2003 2002
Em operação:				
Obras de arte e barreiras de concreto	5 e 6,82	226.501	30.537	195.964 197.258
Edificações, terraplenagens e drenagens	5 e 6,82	215.868	29.843	186.025 192.576
Pavimento e recalques	12,5	291.249	86.720	204.529 210.622
Projetos e levantamentos topográficos	5 e 6,82	48.858	6.809	40.049 39.515
Serviços preliminares	5 e 6,82	23.445	3.077	20.368 20.025
Sinalização horizontal, vertical e aérea	10 a 33	24.731	16.149	8.582 11.606
Veículos e equipamentos operacionais	40	5.008	4.628	380 790
Outros equipamentos de operação	5 a 20	22.137	7.110	15.027 17.056
Sistemas e subsistemas	5 a 20	76.204	15.655	60.549 60.122
Móveis, utensílios e instalações	10	1.851	667	1.184 1.447
Terranos e outros	5 e 6,82	102.465	13.565	88.900 89.953
		1.036.317	214.760	821.557 790.970
Em andamento:				
Depósitos judiciais		2.137		2.137 51.643
Adiantamentos a fornecedores		586		586 78
<b>Total de imobilizado</b>		<b>1.039.040</b>	<b>214.760</b>	<b>824.280 842.691</b>

#### 8. Empréstimos e Financiamentos

Os valores devidos, em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, estão assim compostos:

	Taxa de juros	Pagamentos até	Curto prazo	2003	2002
			R\$	R\$	R\$
<b>Moeda Nacional</b>					
BNDES	TJLP + 5% a.a.	Jan/2012	12.937	88.318	10.236
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 5% a.a.	Jan/2012	5.175	35.328	4.095
Banco Sudameris Brasil S.A.	TJLP + 5% a.a.	Jan/2012	2.587	17.664	2.048
Unibanco S.A.	TJLP + 5% a.a.	Jan/2012	7.763	52.991	6.141
			28.462	194.301	22.520
<b>Moeda estrangeira - US\$:</b>					
BID (Parte A)	LIBOR + 4,625% a.a.	Nov/2011	14.225	93.806	17.525
BID (Parte B)	LIBOR + 4,25% a.a.	Nov/2008	18.742	72.365	23.138
IFC (Parte A)	LIBOR + 4,625% a.a.	Nov/2011	9.957	65.664	12.257
IFC (Parte B)	LIBOR + 4,25% a.a.	Nov/2008	12.911	49.851	15.566
COFACE	LIBOR + 0,75% a.a.	Mai/2004	1.037	-	1.940
			56.872	281.686	70.826
<b>Total</b>			<b>85.334</b>	<b>475.987</b>	<b>93.346</b>

Em 31 de dezembro, os pagamentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo estavam assim distribuídos:

	2003
2005	80.766
2006	80.766
2007	80.766
2008	80.766
2009	50.212
Após 2009	102.711
<b>Total</b>	<b>475.987</b>

Em virtude do grande porte de seus projetos, a Companhia vem estruturando seus financiamentos no modelo de "project finance", com garantias reduzidas (também chamadas de regresso limitado) da Companhia e dos acionistas. As garantias dos financiamentos, após o "financial completion", são baseadas nas receitas da Companhia, de caução de suas ações, na cessão das indenizações de seguros e em eventuais indenizações por parte do poder concedente. O direito de regresso só é aplicado no caso de encampação da concessão por parte do poder concedente por inadimplência no cumprimento das obrigações contratuais. Nesse caso, os patrocinadores do projeto (certos acionistas da Companhia) estão obrigados a suportar eventual diferença entre a indenização recebida do poder concedente e o saldo do financiamento. A Companhia mutuária está sujeita às seguintes exigências de garantia e cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o "International Finance Corporation - IFC", o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Caução em primeiro grau sobre as receitas futuras. - Não constituir ônus para nenhum bem adquirido na concessão. - Fazer seguro de todos os seus ativos. - Não obter novos empréstimos de terceiros sem a anuência do financiador. - Não vender os seus ativos ou parte substancial destes. - Após constituído o montante de US\$ 25.820.000 em conta reserva, manter a partir de dezembro de 2002 o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária

#### 10. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

As transações do exercício e os saldos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 estão compostos por:

	Despesas administrativas	Despesas financeiras	Transações	Saldos
	R\$	R\$	R\$	R\$
Companhia de Concessões Rodoviárias	-	23.335	-	-
Actua Serviços Compartilhados S.C. Ltda.	3.931	-	-	-
Actua Assessoria S.C. Ltda.	9.363	-	-	-
Engeleng Cont. Engenharia S.C. Ltda.	-	-	5.456	3.085
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	-	-	10.398
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	235
Serveng - Civilisan S.A.	-	-	-	-
Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	-
Camargo Corrêa Transportes S.A.	-	-	-	-
OSI Serviços de Infra-Estrutura S.A.	-	-	-	-
SVE Participações Ltda.	-	-	-	-
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	-	-	-	238
<b>Total 2003</b>	<b>13.294</b>	<b>23.335</b>	<b>5.456</b>	<b>13.698</b>
<b>Total 2002</b>	<b>-</b>	<b>25.901</b>	<b>5.663</b>	<b>77.404</b>

(\*) Essa operação de mútuo foi gerada tendo em vista o previsto nos contratos de financiamento de longo prazo firmados com instituições financeiras nas quais estão definidas que as necessidades adicionais de financiamento provocadas por deficiência na geração de caixa e após atingir o valor estabelecido para integralização de capital, sejam suportadas pelos acionistas e empresas ligadas através de empréstimo subordinado. O montante devido está sujeito a juros anuais de 12% e atualização monetária calculada anualmente com base na variação do índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. O pagamento da totalidade dessa dívida ficará subordinado, em termos de direito de pagamento e liquidação, a todas as obrigações da linha de crédito de longo prazo. Os saldos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 estão apresentados líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF recolhido pela Companhia. 11. **Dividendos** - A Companhia, por condição contratual com o poder concedente e com as instituições financeiras, somente poderá distribuir dividendos a seus acionistas no exercício seguinte ao da entrada em operação total das ampliações principais (prolongamento da Rodovia Bandeirantes e outras), bem como quando forem atingidos os índices contratuais de cobertura estabelecidos no contrato de financiamento de longo prazo, estimados a partir de 2004. Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, deduzido da parcela constituída como reserva legal. O saldo de lucros acumulados, em 31 de dezembro de 2003, deverá ter sua destinação definida e aprovada por ocasião da assembleia geral ordinária.

12. **Capital** - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 é representado por 175.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal. 13. **Imposto Sobre Serviços - ISS** - No final de 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS, o qual deverá ser recolhido a partir de regulamentação por parte dos governos municipais. A Companhia está negociando com o poder concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. 14. **Compromissos Vinculados à Concessão - a) Compromisso com o poder concedente:** a. 1) **Decorrente do direito de outorga fixo:** Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao poder concedente. Esse compromisso, em 31 de dezembro de 2003, montante em R\$ 2.226.560 (a valor presente R\$ 1.596.264) e R\$ 2.178.972 em 31 de dezembro de 2002 (a valor presente R\$ 1.525.253, a ser pago em parcelas mensais e iguais durante o período remanescente da concessão, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. Esse compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2003, está assim distribuído:

	R\$
2004	154.186
2005	155.428
2006	155.428
2007	155.428
2008	155.428
2009	155.428
Após 2009	1.295.234
<b>Total</b>	<b>2.226.560</b>

Prática contábil adotada pela concessionária é a de não registrar o imobilizado transferido na concessão, entretanto, é mantido contabilmente auxiliar com a segregação dos valores do imobilizado transferidos do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo e amortização acumulada). Essa segregação foi efetuada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada e, está demonstrada conforme segue:

para o mesmo valor. - Não vender nenhum imobilizado, receita ou outro ativo, exceto em circunstâncias previstas no contrato. - Não declarar ou pagar dividendos aos acionistas nem efetuar qualquer outro tipo de distribuição se os índices financeiros exigidos no contrato sobre termos comuns não forem atingidos. - Não incorrer em despesas acima de US\$ 2.000.000 que não sejam relativas ao projeto. - Não assumir contratos de leasing para a compra de ativos com pagamentos acima de US\$ 2.500.000 por ano. - Investir seus recursos financeiros apenas em fundos de aplicações financeiras e não emprestar nem adiantar recursos ou assumir outros tipos de investimentos. 9. **Provisão para Contingências** - A Companhia está questionando o pagamento de certos impostos e contribuições. As perdas prováveis, registradas como passivo com base em opinião dos consultores legais da Companhia, estão resumidas a seguir:

	2003	2002
	R\$	R\$
<b>Curto Prazo</b>		
PIS	-	10.643
COFINS	-	17.408
	-	28.051
<b>Longo Prazo</b>		
PIS	12.317	-
COFINS	19.826	-
Correção Selic IR e CS	35.401	26.157
	67.644	26.157

A partir de 2003 essa provisão passou a ser registrada integralmente no exigível a longo prazo, pois a Administração da Companhia e seus consultores legais entendem que ela não será exigida no próximo exercício. Com base na opinião de seus consultores legais, a Administração acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas que eventualmente ocorram, e que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Companhia.

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Amortização acumulada	Imobilizado líquido
		R\$	R\$	2003 2002
Imobilizado transferido:				
Serviços iniciais	5	22.069	6.253	15.816 16.919
Terraplanagem	5,56	130.233	41.032	89.201 96.442
Pavimentação	14,29	197.770	160.148	37.622 65.883
Obras de arte correntes	8,33	39.924	39.924	-
Obras de arte especiais	8,33	255.934	120.812	135.122 156.444
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-
Obras complementares	6,25	7.228	2.560	4.668 5.120
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	4.915	3.758 4.626
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-
Delegação dos serviços públicos	5	1.035.143	293.924	741.219 792.978
		1.721.802	459.102	1.027.406 1.136.410

a.2) **Decorrente do direito de outorga variável:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Esse compromisso em 31 de dezembro de 2003 montante em R\$ 1.581 (R\$ 1.220 em 2002). a.3) **Pagamentos** - No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2003 foi pago ao poder concedente o montante de R\$ 145.700 (R\$ 130.029 referente a direito de outorga fixo e R\$ 15.680 variável) e em 31 de dezembro de 2002 R\$ 125.396 (R\$ 111.539 de direito de outorga fixo e R\$ 13.857 variável). b) **Compromissos relativos às concessões:** Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias. A valores de 31 de dezembro de 2003, esses compromissos estavam estimados em R\$ 634.423 (R\$ 496.242 em 2002), a serem realizados até o final do prazo da concessão. 15. **Garantia e Seguros** - A Companhia, por força contratual, mantém regularização e atualizações as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais e de conservação ordinária do sistema rodoviário. Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de seguros, necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e extensa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com padrões internacionais para empreendimento desta natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projeto, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. 16. **Instrumentos Financeiros** - a) **Exposição a riscos cambiais:** A Companhia financia parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano. O saldo em 31 de dezembro de 2003 é R\$ 338.558 e R\$ 482.436 em 31 de dezembro de 2002 (nota explicativa nº 8). Desse valor, R\$ 189.078 (R\$ 377.512 em 2002) estão expostos a variações das taxas de câmbio. A Companhia efetuou operações de proteção ("hedge") sobre as parcelas dos empréstimos tomados com o IFC e o BID a vencer em 2003, 2004 e 2005. A parcela protegida é de R\$ 149.480 em 31 de dezembro de 2003 e R\$ 104.924 em 31 de dezembro de 2002.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Exposição a riscos de taxas de juros** - A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da "London Interbank Offered Rate - LIBOR" relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos e da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP relativa a empréstimos em reais. **c) Concentração de risco de crédito** - Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. **d) Valor de mercado de instrumentos financeiros** - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil R\$	Valor de mercado R\$	Valor contábil R\$	Valor de mercado R\$
Caixa e bancos .....	13.945	13.945	25.032	25.032
Aplicações financeiras .....	60.463	60.463	30.604	30.604
Empréstimos e financiamentos (incluindo os de curto prazo) .....	561.321	-	715.606	-
Contas a pagar - operações de "hedge" .....	15.707	8.620	240	240
Obrigações com o poder concedente .....	1.561	-	1.220	-
Mútuo com parte relacionada .....	126.930	126.930	108.277	108.277

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos, e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Caixa e bancos e aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. • Empréstimos, financiamentos - Conforme descrito na nota explicativa nº 8, esses empréstimos são relativos a operações de "project finance" para os quais não foi determinado o valor de mercado, pois não há disponibilidade de operação com parâmetros e características similares no mercado. • Operações de "hedge" - O método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço. • Mútuo com parte relacionada - O método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço, e o valor de mercado aproxima-se do valor contábil reportado no balanço. **17. Discussão sobre Mudança de Prática Contábil** - Conforme descrito na nota explicativa nº 2, encontra-se em processo de discussão minuta da deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já submetida a audiência pública, a qual, se aprovada, definirá como prática contábil única, aquela ora adotada pela Companhia. Caso a definição seja por prática contábil diversa da minuta acima mencionada e adotada pela Companhia, os ajustes serão efetuados futuramente.

## 18. Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002

	2003 R\$	2002 R\$
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício .....	89.245	(86.127)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	10.498	(56.478)
Depreciação e amortização .....	86.242	74.324
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos .....	(87.149)	164.884
Juros sobre mútuos com partes relacionadas de curto e longo prazos .....	23.335	32.376
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos .....	57.197	60.286
Resultado com operação de "hedge" .....	32.273	(374)
Baixa do ativo imobilizado .....	1.068	55
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber e créditos com pessoas ligadas .....	(6.261)	(7.457)
Impostos a recuperar .....	858	(1.322)
Despesas antecipadas e outras .....	7.739	8.976
Fornecedores .....	(1.364)	(11.320)
Obrigações sociais e trabalhistas .....	(664)	263
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social .....	4.298	26.864
Outras contas a pagar - circulante e exigível a longo prazo .....	15.563	(373)
Fluxo de caixa de operações de investimentos:	<u>232.878</u>	<u>204.557</u>
Aquisição de ativo imobilizado .....	(68.899)	(107.980)
Caixa aplicado nas atividades de investimento .....	(68.899)	(107.980)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:		
Liquidação de operação de "hedge" .....	(16.192)	-
Liquidação de mútuo .....	-	-
Imposto de renda retido na fonte .....	(4.682)	(6.475)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo:		
Pagamentos .....	(124.333)	(52.707)
Caixa aplicado nas atividades financeiras .....	(145.207)	(59.182)
Aumento de caixa e bancos e aplicações financeiras .....	18.772	37.395
Caixa e bancos e aplicações financeiras no início do exercício .....	55.636	18.241
Caixa e bancos e aplicações financeiras - no fim do exercício .....	<u>74.408</u>	<u>55.636</u>
Divulgação suplementar às informações do fluxo de caixa: Caixa pago durante o exercício:		
Juros .....	50.748	52.706
Imposto de renda e contribuição social .....	28.462	-

## Diretoria

Ítalo Roppa - Diretor Presidente

Roberto Siriani de Oliveira - Diretor de Operações

Hélio Aurélio da Silva - Contador - CRC nº 1SP129452/O-3

## Parecer dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes,

das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Adicionalmente, examinamos as demonstrações do fluxo de caixa, incluídas na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e

de 2002, as quais estão apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de janeiro de 2004.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Helio Wellichen  
Contador - CRC nº 1 SP 130122/O-0

**Deloitte.**

**ANEXO 2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS  
RELATIVAS AO PERÍODO DE 1995 A 2003 – NOVA DUTRA.**

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1996. Colocamos-nos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 28 de Fevereiro de 1997. A DIRETORIA.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996 E DE 1995**  
 (Expressos em milhares de reais)

	1996	1995		1996	1995
	R\$	R\$		R\$	R\$
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	4.700	1	Empréstimos e financiamentos	35.689	
Aplicações financeiras	5.190	887	Fornecedores	8.022	1
Outras contas a receber	891	1.158	Fornecedores de serviço	2.944	166
Impostos a recuperar		2	Impostos a pagar	5.585	25
Despesas antecipadas	395	3	Outras contas a pagar	2.295	58
Total do circulante	11.176	2.051	Venda antecipada de cupons	1.185	
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			Provisão para férias e 13º salário	648	28
Aquisição de linha de comunicação	55		Encargos sociais	529	136
<b>PERMANENTE</b>			Dividendos propostos a pagar	254	
Imobilizado	113.677	28	Empresa controladora		77
Diferido	30.480	1.121	Total do circulante	57.151	491
Total do permanente	144.157	1.149	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
			Empréstimos e financiamentos	71.416	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>155.388</b>	<b>3.200</b>	Capital social	26.000	2.600
			Reservas de capital	1	109
			Reserva de lucros	59	
			Lucros acumulados	761	
			Total do patrimônio líquido	26.821	2.709
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>155.388</b>	<b>3.200</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996 E DE 1995**  
 (Expressas em milhares de reais)

	Capital social	Correção monetária do capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Integralização inicial de capital	600	-	-	-	-	600
Aumento de capital	2.000	-	-	-	-	2.000
Correção monetária	-	109	-	-	-	109
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995</b>	<b>2.600</b>	<b>109</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.709</b>
Aumento de capital com correção monetária	108	(108)	-	-	-	-
Aumento de capital	23.292	-	-	-	-	23.292
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.074	1.074
Distribuição de lucro líquido:						
Reservas	-	-	54	5	(59)	(5)
Dividendos	-	-	-	-	(254)	(254)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996</b>	<b>26.000</b>	<b>1</b>	<b>54</b>	<b>5</b>	<b>761</b>	<b>26.821</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996 E DE 1995**
**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia foi constituída em 2 de outubro de 1995, com o objetivo social exclusivo de realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 25 anos, a exploração da Rodovia BR-116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, incluindo a recuperação, monitoração, melhoramento, manutenção, conservação e operação, mediante cobrança de pedágio. De acordo com cláusula contratual, no período de 1º de março de 1996 a 31 de julho de 1996 a Companhia teve a responsabilidade pelas operações e efetuou obras de manutenção da rodovia, sem fazer jus à arrecadação do pedágio. A partir de 1º de agosto de 1996 a Companhia iniciou a exploração comercial da rodovia passando a perceber a renda do pedágio.

**2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS**

**Aplicações financeiras** - Estão registradas ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear com base no tempo de vida útil dos bens. **Diferido** - Representa os gastos pré-operacionais e as despesas com os trabalhos iniciais de recuperação e operação da rodovia durante o período que precedeu a exploração comercial com a cobrança de pedágio. Está avaliado ao custo original e é amortizado em cinco anos, a partir da data do início da cobrança de pedágio. **Empréstimos e financiamentos** - São contabilizados ao valor original acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até a data do balanço. **Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas em que são contabilizadas, e os saldos em aberto são ajustados à taxa de câmbio vigente na data do balanço. **Lucro líquido por ação** - É calculado com base na quantidade de ações existente na data do levantamento do balanço.

**3. IMOBILIZADO**

	1996	1995
	R\$ mil	R\$ mil
<b>Benfeitorias</b>		
na rodovia	4% a 50%	97.781
Instalações		(9.923)
técnicas	20% a 30%	7.519
Edifícios	4%	4.595
Outros		2.952
<b>Imobilizações em andamento</b>		
	11.575	11.575
<b>Total</b>	<b>124.422</b>	<b>113.677</b>

**4. DIFERIDO**

	1996	1995
	R\$ mil	R\$ mil
<b>Gastos pré-operacionais</b>		
Despesas com trabalhos iniciais de recuperação e operação	10.707	(894)
<b>Total</b>	<b>33.242</b>	<b>(2.762)</b>

**5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	1996	1995
	R\$ mil	R\$ mil
<b>Empréstimos para capital de giro</b>		
Moeda nacional:		
BCN - Banco de Crédito Nacional	US\$ 16,5% a.a.	5.128
BNDES	TJLP 5,5% a.a.	74.242
Nova Dutra Ltda.	IGP-DI 1% a.m.	8.676
Moeda estrangeira:		
Banco Safra - Unigual	US\$ 10,75% a.a.	10.697
Banco Safra - Bahamas	US\$ 10,75% a.a.	5.294
<b>Total</b>	<b>104.037</b>	
<b>Financiamentos</b>		
Moeda estrangeira - Credit Lyonnais	US\$ 9,84% a.a.	3.068
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>107.105</b>	
(-) parcelas vencíveis a curto prazo	(35.689)	
<b>Parcelas a longo prazo</b>	<b>71.416</b>	

Os empréstimos possuem como garantia notas promissórias, cartas de garantia e alienação fiduciária.

**6. IMPOSTOS A PAGAR**

A Companhia vem provisionando o ISS sobre a receita de pedágio de acordo com o previsto no Programa de Exploração da Rodovia. Porém, ainda não efetuou o seu recolhimento por existir controvérsia legal sobre sua exigibilidade e, principalmente, sobre a definição dos municípios que teriam direito de receber e em que proporção. Em 31.12.96, o saldo dessa provisão monta em R\$ 4.140 mil.

**7. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contratou, para operar a rodovia, o COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, formado pelos seus acionistas. As transações e os correspondentes saldos da Companhia com

**DIRETORIA**

EVANDRO CELSO BRITO SARUBBY

Dir. Presidente

FABIO ANDRADE CORRÊA

Dir. Adm. Financeiro

OMAR DE CASTRO RIBEIRO JR.

Dir. Operações

RENATO ALVES VALE

Dir. Obras

ANTONIO CARLOS S. TORRES

Contador

TC-CRC 1BA6410/S-O'S\* SP-2698

CPF 055548535.87

**PARER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A tendo examinado as Contas da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações das Mutações do

Patrimônio Líquido, as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de

1996, são de opinião que as mesmas merecem aprovação dos acionistas.

**PAULO DE TARSO DE CAMARGO OPICE - Presidente**

**PARER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A. São Paulo - SP. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A., levantados em 31 de dezembro de 1995 e de 1996, e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos nas mesmas datas e do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 1996, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos

de acordo com as normas de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A. em 31 de dezembro de 1995 e de 1996, as mutações de seu patrimônio líquido

e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos nas mesmas datas e do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 1996, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária. Tais princípios não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários, requerido pelos Princípios Fundamentais de Contabilidade que, para fins de informação, estão divulgados na nota explicativa nº 8.

São Paulo, 31 de janeiro de 1997

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítores Independentes

CRC nº 2 SP 011609.O-8

José Roberto P. Carneiro

Contador

CRC nº 1 SP 109470-D-6



**NOTAS EXPLICATIVAS DE INTRODUÇÃO AO BALANÇO**

O ano de 1998 permitiu que a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A - Nova Dutra pudesse comprovar, na prática, a filosofia que orientou o Governo Federal na implantação do Sistema de concessão rodoviária: a iniciativa privada em condições e está preparada para prestar um serviço público. A análise do Balanço Anual da empresa demonstra que a eficiência de uma administração coerente consegue resultados expressivos. A recuperação da rodovia, as melhorias implementadas, os equipamentos de tecnologia moderna e a prestação

de serviços aos usuários, ao longo dos 402 km que unem os mais importantes centros do país, da mesma forma têm sido reconhecidos e confirmados por pesquisas. Alguns números merecem ser destacados do balanço e das outras atividades da empresa durante o ano de 1998. Investimentos (Obras e Equipamentos) R\$ 213 milhões. Aporte de capital dos Acionistas R\$ 42,9 milhões. Impostos do Exercício R\$ 15,2 milhões. Despesas Financeiras R\$ 45,8 milhões. Gastos em Operação e Manutenção R\$ 128,4 milhões. Lucro Líquido R\$ 29,8 milhões.

Empregos diretos gerados 1.165  
Atendimentos feitos na rodovia  
Guincho Leve 38.441  
Guincho Pesado 14.153  
Serviço Médico 15.708  
Pesquisa realizada entre nov/dez de 1998  
Os serviços prestados pela Nova Dutra foram classificados de bom a ótimo por 92% dos entrevistados (caminhoneiros, motoristas de ônibus, motoristas particulares, passageiros de ônibus etc). No final de 1997, esse percentual era de 87 entre os entrevistados.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E DE 1997 - (Expressos em milhares de reais)**

	1998 R\$	1997 R\$
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	9.736	8.217
Aplicações financeiras	15.820	38.658
Outros créditos	220	777
Impostos a compensar	2.217	-
Despesas antecipadas	2.309	-
Total do circulante	30.302	47.652
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Aplicações financeiras - conta garantia	15.414	4.483
Outros	1.599	-
Total do realizável a longo prazo	17.013	4.483
<b>PERMANENTE</b>		
Investimentos	90	-
Imobilizado	398.213	226.914
Diferido	17.064	24.607
Total do permanente	415.367	251.521
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>462.705</b>	<b>303.713</b>

	1998 R\$	1997 R\$
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	28.307	35.963
Fornecedores	-	-
Partes relacionadas	13.924	7.504
Provisão p/imposto de renda e contribuição social	-	4.187
Obrigações fiscais	3.594	1.385
Outras contas a pagar	5.999	7.175
Provisão para férias e encargos	570	620
Salários e encargos sociais	389	449
Total do circulante	52.783	65.273
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Juros sobre o capital próprio	12.514	3.699
Empréstimos e financiamentos	257.789	156.812
Total do exigível a longo prazo	270.303	160.511
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	99.975	57.075
Reservas de lucros	2.180	1.147
Lucros acumulados	37.464	19.707
Total do patrimônio líquido	139.619	77.929
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>462.705</b>	<b>303.713</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E DE 1997 (Valores expressos em milhares de reais)**

1. **Contexto Operacional** - A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR-116 RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio. A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão: "operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996; construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ) e de São José dos Campos (SP), com início no segundo semestre de 1997; implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalado no segundo semestre de 1997; duplicação das pistas na Serra das Araras em meados de 2000; entrega da rodovia em condições de tráfego no final da concessão. Em 31 de dezembro de 1998, os investimentos para atender os compromissos futuros estão estimados em R\$ 535.000. 2. **Principais Critérios Contábeis** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária. **Aplicações financeiras** - São demonstradas pelo valor de aplicação acrescido do rendimento auferido até a data do balanço. **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear com base na expectativa de vida útil dos bens. **Diferido** - Representa os custos pré-operacionais, as despesas com os trabalhos iniciais de recuperação da pista e as despesas com operação da rodovia durante o período que precedeu a cobrança de pedágio. Esta avaliação ao custo original e é amortizada em cinco anos a partir da data do início da cobrança de pedágio. **Empréstimos e financiamentos** - São contabilizados ao valor original acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até a data do balanço. **Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas em que são contabilizadas, e os correspondentes saldos em aberto são ajustados à taxa de câmbio vigente na data do balanço. **Receita de pedágio** - É reconhecida quando da utilização da rodovia. **Juros sobre o capital próprio** - Os juros sobre capital próprio, para fins contábeis, são demonstrados como apropriação do lucro do exercício. **Lucro líquido por ação** - É calculado com base na quantidade de ações existente na data do levantamento do balanço. 3. **Aplicação Financeira - Conta Garantia** - Refere-se a aplicação financeira vinculada ao conjunto de garantias prestadas sobre os empréstimos obtidos junto ao International Finance Corporation - IFC e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. 4. **IMOBILIZADO**

4. IMOBILIZADO		1998		1997	
	Taxas anuais de deprec.	Custo	Deprec. amort. acumu.	Liqui- do	Liqui- do
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Benefetórias na rodovia:					
Recup. inic. das pistas, acost., acres. estradas	50%	39.405	39.405		12.34
Elementos proteç. e seg.:					
Barreiras de concreto	4%	37.964	2.540	35.424	30.74
Defensas metálicas	14%	19.416	4.832	14.534	12.80
Sinalização					
vertical/horizontal	20% e 67%	27.161	11.035	16.126	7.87
Outros	10% a 25%	7.254	999	6.255	1.62
Paviment. betuminosa	12,5%	79.390	9.130	70.260	25.76
Obras de arte espec.	4% a 25%	35.795	3.781	32.014	8.68
Teraplenos e estrutura de contenção	4%	68.144	2.685	65.459	25.90
Drenagens e obra de arte corrente	4%	48.730	2.453	46.277	20.69
Outras benfeitorias	4% a 25%	25.592	2.285	23.307	10.95
Instalações técnicas	5,33% a 20%	388.851	79.195	309.656	157.44
Edifícios	4% a 4,35%	65.255	4.491	60.764	19.55
Outros	10% a 33%	12.280	1.149	13.149	9.27
Sist. proces. de dados	20%	1.802	435	1.367	
Adiant. a fornecedores		139		139	14.31
Imobiliz. em andamento					
Total		485.415	87.202	398.213	228.99
5. DIFERIDO		1998		1997	
	Custo	Amort. acumu.	Liqui- do	Liqui- do	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Sist. proces. de dados (1)	29.490	14.254	15.236	21.13	94
Gastos pré-operacionais					
Desp. com trabalhos iniciais de recuperação e operação	3.516	1.688	1.828	2.53	
Total	33.006	15.942	17.064	24.66	
(1). Saldo reclassificado para o ativo imobilizado em 1998					

**PARER DO AUDITOR INDEPENDENTE** - Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, São Paulo - SP. - 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, levantados em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos nasquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E DE 1997 (Expressas em milhares de reais)**

	Capital	Cor. monet. capital	Res. legal	Res. estat.	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS 31.12.96</b>	26.000	1	54	5	761	26.821
Aumento de capital	30.821	(1)	(54)	(5)	(761)	30.000
Capitalização de dividendos	254	-	-	-	-	254
Lucro líquido exercic.	-	-	-	-	24.553	24.553
Dest. lucro líquido:						
Reservas	-	-	1.043	104	(1.147)	-
Juros s/cap. próprio	-	-	-	-	(3.699)	(3.699)
<b>SALDOS 31.12.97</b>	57.075	-	1.043	104	19.707	77.929
Aumento de capital	42.900	-	-	-	42.900	42.900
Lucro líquido do exercic.	-	-	-	-	29.814	29.814
Dest. lucro líquido:						
Reservas	-	-	939	94	(1.033)	-
Juros s/cap. próprio	-	-	-	-	(11.024)	(11.024)
<b>SALDO 31.12.98</b>	99.975	-	1.982	199	37.464	139.619

6. **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**: Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

	Indexador	Juros	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
			R\$	R\$	R\$	R\$
<b>Empréstimos</b>						
pré-pago de giro						
Moeda estrang.	US\$	de 9,2% a 11,3% a.a.	-	-	17.510	-
Moeda nacional	TJLP	5,5% a.a.	18.844	118.558	14.274	90.968
Moeda estrang.	US\$	Libor + de 1 a 4% a.a.	9.463	139.231	4.179	65.644
<b>Total</b>			<b>28.307</b>	<b>257.789</b>	<b>35.963</b>	<b>159.812</b>

Em 31 de dezembro de 1998, a dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

Anos	2001	2002	A partir de 2003	Total
R\$	41.374	34.765	146.885	257.789

Os empréstimos estão garantidos por: aval dos acionistas, R\$ 21.582; aval do Banco BCN S/A, R\$ 5.394; e caução de 49,95% do total das ações ordinárias (15.850.605 ações) e 100% das ações preferenciais (63.465.913). Vinculados à obtenção dos empréstimos e financiamentos junto à IFC - International Finance Corporation e ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Companhia também assumiu outros principais compromissos de caráter financeiro e econômico, tais como: - caução em 1º Grau sobre as receitas futuras; - constituir hipoteca para todos os bens móveis adquiridos na concessão; - fazer seguro de todos os seus ativos; - não obter novos empréstimos com terceiros; - não poderá vender todos os seus ativos ou parte substancial dos mesmos; - não poderá declarar ou pagar aos sócios, dividendos ou qualquer tipo de distribuição se não atingir índices financeiros exigidos no Contrato Sobre Termos Comuns; - efetuar depósito trimestral equivalente a US\$ 2.000 na conta garantia de aplicações financeiras até o limite de US\$ 36.000. 7. **Partes Relacionadas** - A Companhia contrata serviços de seus acionistas diretamente ou através de consórcio. As transações do exercício e os correspondentes saldos em 31 de dezembro são os seguintes:

	1998 R\$	1997 R\$
<b>Saldos</b>	<b>31.12.98 R\$</b>	<b>31.12.97 R\$</b>
<b>Fornecedores de serviços:</b>		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	1.043	904
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	2.769	266
COPER-Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	6.215	5.256
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	2.807	459
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	1.039	622
<b>Total</b>	<b>13.924</b>	<b>7.504</b>
<b>Transações ocorridas nos exercícios:</b>		
<b>Imobilizado:</b>		
Prestação de serviços:		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	45.378	18.383
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	32.343	21.803
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	37.289	23.517
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	43.096	29.403
<b>Total</b>	<b>158.106</b>	<b>84.106</b>

**Custo dos serviços prestados:**  
COPER-Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra 69.614 61.580  
Os valores e a remuneração dessas transações foram estabelecidos com base em condições normais de mercado, tendo, como parâmetro, os valo-

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E DE 1997 - (Expressas em milhares de reais)**

	1998 R\$	1997 R\$
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	29.814	24.553
Desp. (receitas) que não afetam o capital circ.: Depreciação e amortização	48.776	40.992
Enc. sobre empréstimos e financ. de l. prazo	14.269	5.300
Receitas financeiras de longo prazo	(1.686)	-
Receita de ativo imobilizado	436	-
<b>Total das operações</b>	<b>91.609</b>	<b>70.845</b>
De acionistas:		
Integralização de capital social	42.900	30.000
Capitalização de dividendos	-	254
Aumento dos juros s/ o capital próprio a l. prazo	8.815	3.699
<b>Total das origens</b>	<b>143.324</b>	<b>104.848</b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		
Aumento do realizável a longo prazo	10.810	4.485
No ativo permanente:		
Aumento de investimentos	90	-
Aumento do ativo imobilizado	212.968	147.497
Aumento do ativo disponível	1.024	3.699
Juros sobre capital próprio	11.024	3.699
Transf. de emprést. financ. l. prazo p passivo circ.	23.358	20.392
<b>Total das aplicações</b>	<b>259.274</b>	<b>179.927</b>
<b>RED. (AUM.) NA DEFICIÊNCIA DE CAP. CIRC.</b>	<b>(4.860)</b>	<b>(28.354)</b>
<b>REPRESENTADO POR:</b>		
Aumento (diminuição) no ativo circulante	(17.350)	36.476
Aumento (diminuição) no passivo circulante	(12.490)	8.122
<b>RED. (AUM.) NA DEFICIÊNCIA DE CAP. CIRC.</b>	<b>(4.860)</b>	<b>(28.354)</b>

res orçados quando da preparação do plano para exploração da rodovia, requerido no processo de concessão pública. 8. **Juros sobre Capital Próprio** - Representam a remuneração do capital próprio para o período de janeiro a dezembro de 1997 e de 1998, calculada com base na variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) do mesmo período. Estes valores, líquidos do respectivo imposto de renda, estão classificados no exigível a longo prazo, pois sua liquidação financeira, por exigência de contrato de financiamento, ocorrerá posteriormente a um ano. 9. **Capital** - O capital social é representado por 95.198.876 ações (em 1997 - 54.341.732), todas nominativas, sem valor nominal e inconvertíveis, sendo 31.732.963 ações ordinárias (em 1997 - 18.113.914) e 63.465.913 ações preferenciais (em 1997 - 36.227.818). As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social em caso de dissolução da Companhia. O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimo anual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela lei das Sociedades por ações. Em cumprimento à orientação da IFC - International Finance Corporation e de acordo com o estabelecido no Contrato Sobre Termos Comuns, assinado entre a Companhia, o BNDES e a entidade financeira, a administração não está propondo a distribuição dos dividendos. 10. **Eventos Subsequentes** - Como é de conhecimento público, no final da 1ª quinzena de janeiro de 1999 o Banco Central do Brasil alterou a política cambial extinguindo a denominada banda cambial pela qual administrativa a margem de flutuação do real em relação ao dólar norte-americano, deixando ao mercado a livre negociação da taxa de câmbio. Como consequência dessa mudança, o real acumulou, no mês de janeiro de 1999, uma desvalorização superior a 39% em relação ao dólar norte-americano comparada à cotação de 31 de dezembro de 1998. Neste momento ainda não é possível determinar se a cotação do dólar permanecerá nesse patamar e quais as consequências sobre as operações e a situação patrimonial futura da Companhia.

**DIRETORIA** - Evandro Celso Brito Sarubby - Dir. Presidente; Fabio Andrade Correa - Dir. Adm. Financeiro; Omar de Castro Ribeiro Jr. - Dir. Operações; Leonardo Couto Vianna - Dir. Obras; Rosângela Pereira da Silva - Contadora - 1SP193078/0-6 - CPF 087.279.748-12

**PARER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Os membros do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A tendo examinado as Contas da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, todas referentes ao exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1998, são de opinião que as mesmas merecem aprovação dos acionistas.

**Luciano Peres de Figueiredo - Presidente**

contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequada e fielmente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, o resultado da suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos nasquelas datas, de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária. São Paulo, 5 de fevereiro de 1999. DELOITTE TOUCHE TOMHATSU - Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8; José Roberto Carneiro - Contador - CRC nº 1 SP 109447/O-6



**Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.**

CNPJ/MF nº 00.861.626/0001-92

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Sentença Administrativa: Submetido à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício compreendido entre 01/01/2002 e 31/12/2002. Os gastos da NovaDutra na Rodovia nos primeiros anos foram de R\$ 1,6 bilhões, dos quais R\$ 792 milhões em obras e equipamentos, e R\$ 826 milhões em custos operacionais. Além desses valores, pagamos R\$ 544 milhões referentes a financiamentos e R\$ 114,8 milhões em impostos. Somente no exercício de 2002 foram

pagos R\$ 17,4 milhões apenas em ISSQN, o que representa incentivo fundamental para a infraestrutura das 26 cidades cortadas pela Rodovia. Neste ano foi implementada inovação em termos de meios eletrônicos de pagamento, através da parceria estabelecida pela Concessionária com a VISA, permitindo a empresa operar a cobrança da pedágio por cartão de crédito. Por fim, cabe destacar o resultado da pesquisa de opinião realizada no final de

2002, revelando que 51% dos usuários consideram entre boa e ótima os serviços prestados pela Concessionária. Os colaboradores e o corpo gerencial da NovaDutra agradecem ao voto de confiança, sabedores de que o alto índice de satisfação também representa maior responsabilidade na manutenção e superação das expectativas. Nosso desafio continua sendo prestar serviços cada vez melhores. A Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001**  
(Expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2002	2001
R\$	R\$	R\$
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	21.917	16.140
Aplicações financeiras	12.204	12.442
Contas a receber	6.335	1.535
Impostos a recuperar	3.920	54
Despesas antecipadas e outros ativos	468	573
Total do circulante	46.570	29.753
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.558	7.351
Contas a receber	7.113	3.625
Seguros a apurar	180	516
Outros	335	145
Total do realizável a longo prazo	24.186	11.637
<b>PERMANENTE</b>		
Imobilizado	497.126	519.296
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>566.162</b>	<b>560.686</b>

PASSIVO	2002	2001
R\$	R\$	R\$
<b>CIRCULANTE</b>		
Emprestimos e financiamentos	114.462	85.715
Fornecedores	361	36
Fornecedores - partes relacionadas	12.171	9.853
Impostos e contribuições a reter	4.283	5.380
Outras contas a pagar	6.224	7.657
Provisão para contingências	13.923	-
Obrigações sociais e trabalhistas	2.924	3.105
Total do circulante	154.288	112.766
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Emprestimos e financiamentos	208.748	242.345
Multas com partes relacionadas	17.653	-
Juros sobre o capital próprio	35.390	31.849
Provisão para contingências	-	6.155
Total do exigível a longo prazo	262.891	280.359
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	152.237	137.385
Reservas de lucros	-	4.381
Lucros (prejuízos) acumulados	(3.144)	25.777
Total do patrimônio líquido	149.093	167.543
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>566.162</b>	<b>560.686</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001**  
(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto os juros sobre o capital próprio por ação, expressos em reais)

	Capital social	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000</b>					
Aumento de capital	7.410	-	-	-	7.410
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.559	17.559
Distribuição do lucro:					
Reservas	-	878	88	(666)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,10 por ação)	-	-	-	(12.599)	(12.599)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001</b>	<b>137.385</b>	<b>3.983</b>	<b>398</b>	<b>25.777</b>	<b>167.543</b>
Aumento de capital	14.852	-	-	(14.852)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,04 por ação)	-	-	-	(5.343)	(5.343)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.107)	(13.107)
Compensação do prejuízo acumulado	-	(3.983)	(398)	4.381	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002</b>	<b>152.237</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.144)</b>	<b>149.093</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 29 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/BR-116, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio.  
A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:  
• Operação da rodovia e execução de obras iniciais da recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996.  
• Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997.  
• Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, finalizados no segundo semestre de 1997.  
• Duplicação das pistas na Serra das Araras em meados de 2000.  
• Entrega da rodovia em condições de tráfego no final da concessão.  
Em 31 de dezembro de 2002, para atender aos compromissos futuros, os investimentos estão estimados em R\$ 446,879.  
**2. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS**  
**a) Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras consistem em aplicações financeiras e investimentos de alta liquidez e são demonstradas pelo valor original menos os rendimentos auferidos até a data do balanço. b) Imobilizado - O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados em despesa quando incorridos. Os bens alocados a projetos específicos são contabilizados como obras em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideráveis compatíveis com a vida útil a longo prazo de concessão das obras. c) Provisão para lucros - A Companhia provê as provisões para lucros e prejuízos relativos aos períodos de lucros acumulados. d) Imposto de renda e contribuição social - O resultado do imposto de renda e da contribuição social inclui os efeitos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os lucros fiscais e contábeis e e) Empréstimos e financiamentos de longo prazo - Os empréstimos e financiamentos de longo prazo incluem juros e atualizações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. f) Provisão para contingências - A provisão para contingências está registrada pelo valor das perdas prováveis, baseado na opinião da administração e de seus consultores legais sobre o total de ações pendentes na data do balanço. g) Lucro (prejuízo) líquido e juros sobre o capital próprio por ação - O lucro (prejuízo) líquido e os juros sobre o capital próprio por ação são calculados com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do balanço. h) Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, às taxas de câmbio vigentes na data

em que são efetuadas, e os correspondentes saldos em aberto são ajustados à taxa de câmbio vigente na data do balanço. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando realizadas ou até a data do balanço. i) Receita operacional bruta - As receitas operacionais são reconhecidas quando da utilização da rodovia.

**3. IMOBILIZADO**

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
		R\$	R\$	R\$	R\$
<b>Benefícios na rodovia:</b>					
Recuperação inicial das pistas, acostamentos, acessos e estradas	50	38.405	(38.405)	-	-
Elementos de proteção e segurança:					
Barreiras de concreto	4 a 4,35	43.749	(9.557)	34.192	35.647
Defensas metálicas	4 a 4,35	21.849	(18.841)	4.808	7.718
Sinalização vertical e horizontal	20 a 27	41.193	(36.585)	4.608	7.429
Outros	10 a 25	12.344	(9.318)	3.026	4.878
Fornecimento betuminoso e de concreto	4,35 a 12,5	104.529	(75.806)	89.923	99.976
Obras de arte especiais	4 a 25	72.309	(15.184)	57.122	51.281
Terminais e estruturas de contenção	4 a 4,35	130.424	(21.988)	108.436	109.991
Dragagens e obra de arte corante	4 a 1,35	88.463	(19.099)	70.573	72.056
Outras melhorias	4 a 25	42.871	(11.205)	31.255	33.317
Instalações técnicas	5,35 a 20	68.896	(27.959)	60.937	63.927
Edifícios	4 a 4,35	25.063	(4.610)	20.453	21.172
Outros	10 a 33	10.163	(8.120)	10.043	10.571
Software	20	3.310	(2.636)	682	1.146
Adiantamentos a fornecedores	-	31	-	31	113
Imobilizações em andamento	-	1.407	-	1.407	878
<b>Total</b>		<b>751.911</b>	<b>(204.785)</b>	<b>497.126</b>	<b>519.296</b>

**4. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO**  
Os empréstimos e financiamentos de longo prazo estão assim representados:

	Moeda	Indexador	Juros
			T.J.P. - 5,5% a.a.
<b>CRÉDITOS</b>			
BNDES (1)	Moeda nacional	-	29.329
IFC (1)	Moeda estrangeira	US\$	73.937
Cred. Lyonnaise (2)	Moeda estrangeira	US\$	11.993
			114.462

	2002	2001
	R\$	R\$
<b>Saldo:</b>		
Emprestimo e financiamento de longo prazo	114.462	85.715
Provisão para contingências	-	6.155
<b>Total</b>	<b>114.462</b>	<b>91.870</b>

(1) Vinculados à obtenção dos empréstimos e financiamentos de longo prazo pela International Finance Corporation (IFC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia assumiu, entre outros, os seguintes compromissos com o IFC e BNDES:  
• Liquidação de 40% do total das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais;  
• Cessão em primeiro grau das ações ordinárias;  
• Contribuição de 40% sobre qualquer taxa adquirida na concessão;  
• Substituição de ações sobre os juros fiscais;  
• Não alteração de votos em assembleias gerais;  
• Manutenção de todos os votos sobre o voto múltiplo de 100;  
• Não emissão de novas ações ou títulos de dívida no período de 10 anos após a conclusão da concessão;  
• Pagamento mínimo obrigatório de US\$ 2.000.000 por ano para a IFC e de US\$ 1.000.000 para o BNDES.

(2) O capital social e o patrimônio líquido da Lyonnaise S.A. foram constituídos por 329.060 ações ordinárias e 329.060 ações preferenciais, sendo 41.258.773 ações ordinárias e 41.258.773 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem prioridade na distribuição de dividendos e na recompra do capital e, delimitado o período de 10 anos após a conclusão da concessão, o valor de mercado das ações ordinárias e o valor de mercado das ações preferenciais são calculados com base na data do balanço. O capital social e o patrimônio líquido da Lyonnaise S.A. foram constituídos por 329.060 ações ordinárias e 329.060 ações preferenciais, sendo 41.258.773 ações ordinárias e 41.258.773 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem prioridade na distribuição de dividendos e na recompra do capital e, delimitado o período de 10 anos após a conclusão da concessão, o valor de mercado das ações ordinárias e o valor de mercado das ações preferenciais são calculados com base na data do balanço.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001**  
(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reais)

	2002	2001
	R\$	R\$
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Receitas de pedágio	353.779	314.398
Outras receitas	12.430	11.676
<b>Total</b>	<b>366.215</b>	<b>326.074</b>
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>		
Impostos incidentes sobre as receitas	(32.167)	(27.299)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>334.048</b>	<b>298.775</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		
Depreciação e amortização	(54.900)	(57.380)
Serviços de terceiros	(130.783)	(102.078)
Outros	(14.221)	(13.831)
<b>Total</b>	<b>(199.904)</b>	<b>(173.289)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>134.144</b>	<b>125.486</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		
Despesas administrativas	(36.234)	(32.798)
Despesas financeiras	(84.455)	(41.175)
Variação cambial	(38.738)	(44.559)
Juros e outras despesas financeiras	-	-
Receitas financeiras	755	-
Resultado com operações de "swap"	1.059	3.583
Juros e outras receitas financeiras	(157.616)	(114.949)
<b>Total</b>	<b>(22.472)</b>	<b>20.835</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>111.672</b>	<b>104.651</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(22.322)	20.803
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	9.207	(915)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>89.350</b>	<b>17.559</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>(0,11)</b>	<b>0,14</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001**  
(Expressas em milhares de reais - R\$)

	2002	2001
	R\$	R\$
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>		
Das operações:		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(13.107)	17.559
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.207)	915
Depreciação e amortização	55.583	59.017
Variação cambial de empréstimos a longo prazo	55.617	22.475
Outros encargos sobre empréstimos e financiamentos de longo prazo e multas com partes relacionadas	6.074	3.733
Provisão para contingências a longo prazo	244	3.283
Fluxo do ativo imobilizado	244	232
<b>Total das operações</b>	<b>95.480</b>	<b>115.997</b>
De atividades:		
Multas com partes relacionadas a longo prazo	14.640	-
De transações:		
Transferências do ativo realizável a longo prazo para o circulante	-	26.154
Aumento no exigível a longo prazo	-	2.902
<b>Total das operações</b>	<b>110.120</b>	<b>146.953</b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		
Aumento do ativo imobilizado	33.661	74.813
Aumento do realizável a longo prazo	3.342	-
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	602	1.689
Transferências do exigível a longo prazo para o passivo circulante	98.580	83.589
<b>Total das aplicações</b>	<b>136.185</b>	<b>160.771</b>
<b>AUMENTO NA DEFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE</b>	<b>(26.385)</b>	<b>(13.608)</b>
<b>REPRESENTADO POR:</b>		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	44.870	29.753
No início do exercício	29.753	31.357
<b>Aumento (diminuição) do ativo circulante</b>	<b>15.117</b>	<b>(1.604)</b>
Passivo circulante:		
No fim do exercício	154.288	112.786
No início do exercício	112.786	100.582
<b>Aumento do passivo circulante</b>	<b>41.502</b>	<b>12.204</b>
<b>AUMENTO NA DEFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE</b>	<b>(26.385)</b>	<b>(13.608)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**5. CAPITAL**  
O capital social e o patrimônio líquido da NovaDutra S.A. foram constituídos por 329.060 ações ordinárias e 329.060 ações preferenciais, sendo 41.258.773 ações ordinárias e 41.258.773 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem prioridade na distribuição de dividendos e na recompra do capital e, delimitado o período de 10 anos após a conclusão da concessão, o valor de mercado das ações ordinárias e o valor de mercado das ações preferenciais são calculados com base na data do balanço. O capital social e o patrimônio líquido da NovaDutra S.A. foram constituídos por 329.060 ações ordinárias e 329.060 ações preferenciais, sendo 41.258.773 ações ordinárias e 41.258.773 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem prioridade na distribuição de dividendos e na recompra do capital e, delimitado o período de 10 anos após a conclusão da concessão, o valor de mercado das ações ordinárias e o valor de mercado das ações preferenciais são calculados com base na data do balanço.

Depósito trimestral equivalente a US\$ 2.000.000 em conta garantida até o limite de US\$ 30.000.000, ou o correspondente ao valor do serviço da dívida senão com vencimento nos próximos seis meses, ou cartas de fiança nos mesmos montantes. O montante de fianças bancárias em 31 de dezembro de 2002 é de US\$ 17.000.000.

(2) Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas da controladora, no montante de R\$ 17.958, e avais bancários no montante de R\$ 1.959.

Em 31 de dezembro de 2002, a dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

	R\$
2004	105.034
2005	43.069
2006	32.596
2007	13.741
2008	13.741
Total	208.748

#### 5. PARTES RELACIONADAS

As transações dos exercícios e os correspondentes saldos em 31 de dezembro são os seguintes:

	2002	2001
	R\$	R\$
<b>Saldos:</b>		
<b>Créditos (contas a receber):</b>		
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.	-	1
Construtora	-	73
	-	74
<b>Fornecedores - partes relacionadas:</b>		
Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	7	10
Serveng Civilian S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	169
COPEL - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	12.164	8.160
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	1.514
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	12.171	9.603
<b>Mutuos com partes relacionadas (1):</b>		
Companhia de Concessões Rodoviárias	17.958	-

Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.  
Serveng Civilian S.A. - Empresas Associadas de Engenharia  
Construtora Andrade Gutierrez S.A.  
Construtora Norberto Odebrecht S.A.

185	11.765
1.964	18.553
-	1.872
1.330	35.819

Serviços de operação e manutenção (2):  
COPEL - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra

130.146	87.125
---------	--------

(1) Os mutuos são remunerados pela variação do IGP-M mais juros de 12% ao ano.  
(2) Os valores e a remuneração dessas transações foram estabelecidos com base nos valores orçados quando da preparação do plano para exploração da rodovia, incluindo no processo de concorrência pública, e suas alterações subsequentes.

#### 6. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Representam a remuneração do capital próprio para os exercícios de 1997, 1998, 2000, 2001 e 2002, calculada com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Esses valores, líquidos do respectivo imposto de renda, estão classificados no exígível a longo prazo, pois sua liquidação financeira, por exigência de contrato de financiamento, ocorrerá após o final do próximo exercício.

#### 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia utiliza empréstimos de financiamento de longo prazo para financiar os projetos de melhorias. Parte dos empréstimos de longo prazo é vinculada ao dólar norte-americano equivalente, em 31 de dezembro de 2002, a R\$ 217.060 (2001 - R\$ 198.703) (nota explicativa nº 4), a qual está exposta a variações desfavoráveis nas taxas de câmbio. A Companhia efetuou, em 2002, operação de "hedge" sobre as parcelas dos empréstimos tomados da IFC a vencer em 2003 e 2004.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionada às variações: (1) da Libor relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, e (2) da TJLP relativo a empréstimos em reais.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e outras contas a receber.

d) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

#### 9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está questionando o pagamento sobre a majoração de 1% na alíquota da Cofins, como também o pagamento da PIS e da Cofins sobre outras receitas. A Companhia decidiu provisionar os valores em discussão, no montante de R\$ 13.923 (2001 - R\$ 6.165) em virtude da incerteza sobre o sucesso do questionamento. Diante da incerteza do sucesso da causa, não sendo possível estipular a data em que o processo se encerrará, em 2002 a Companhia decidiu reclassificar o montante total provisionado no exígível a longo prazo para o circulante.

#### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) **Alíquotas** - As alíquotas vigentes para os períodos são de 25% para o imposto de renda e 8% para a contribuição social, perfazendo 34%. b) **Reconciliação dos impostos** - A recolta do imposto de renda e contribuição social está reconciliada com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	2002	2001
	R\$	R\$
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(22.322)	20.803
Alíquota vigente do imposto	34%	34%
Benefícios (despesas) do imposto conforme alíquota vigente	7.586	(7.073)
Exclusões (adições) permanentes:		
Despesas dedutíveis	(202)	(456)
Juros sobre o capital próprio	1.817	4.284
Outros	11	43
Imposto no resultado	9.215	(3.244)

Os principais itens das contas de imposto de renda diferido são:

	2002	2001
	Imposto de renda	Contribuição social
	R\$	R\$
Prejuízo fiscal base negativa	35.891	42.676
Diferenças temporárias:		
Provisões diversas	13.922	3.201
Base para diferimento	49.813	45.877
Imposto diferido	12.429	4.129
	5.562	1.889

continua



continuação



empresa do grupo



## Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

CNPJ/MF nº 00.861.526/0001-92

## 11. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

	2002 R\$	2001 R\$
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(13.107)	17.559
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.207)	615
Depreciação e amortização	55.589	58.017
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	84.340	41.090
Receitas do ativo permanente	244	232
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Conta reserva	-	31.440
Contas a receber	(8.288)	(445)
Impostos a recuperar	(3.672)	1.939
Despesas antecipadas e outras	421	(83)
Outros ativos realizáveis a longo prazo	(180)	(3.276)
Fornecedores	265	(52)
Contas a pagar a partes relacionadas	2.278	389
Obrigações sociais e trabalhistas	(181)	207
Imposto de renda e contribuição social	(437)	437
Impostos a contribuições a receber	(660)	(1.575)
Outras contas a pagar - circulante e exigível a longo prazo	6.325	7.068
Juros sobre empréstimos e financiamentos e mútuo com partes relacionadas - curto e longo prazos	6.336	1.983
Caixa oriundo de atividades operacionais	120.456	155.475
<b>Fluxo de caixa de operações de investimentos:</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(33.651)	(75.917)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:</b>		
Empréstimos e financiamentos - curto e longo prazos:		
Pagamentos	(94.103)	(77.872)
Mútuo com parte relacionada	14.040	-
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	(802)	(1.889)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(80.265)	(79.761)
Aumento (diminuição) de caixa e bancos	6.530	(203)
Caixa e aplicação financeira - no início do exercício	27.591	27.794
Caixa e aplicação financeira - no fim do exercício	34.121	27.591
<b>Divulgação suplementar de informações de fluxo de caixa:</b>		
Caixa pago durante o ano referente a:		
Juros	25.914	37.815
Imposto de renda e contribuição social	3.872	-

## DIRETORIA

Flávio Medrano de Almada - Diretor-Presidente  
Omar de Castro Ribeiro Junior - Diretor de Operações

Hélio Aurélio da Silva - Cont. CRC 1SP129452/O-3

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da  
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.  
São Paulo-SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., levantados em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras da auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em teste, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Adicionalmente, examinamos as demonstrações dos fluxos de caixa incluídas na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, as quais estão apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais. Essas demonstrações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de janeiro de 2003

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC nº 1 SP 109447/O-6

**Deloitte  
Touche  
Tohmatsu**

CNPJ nº 00.861.526/0001-92

**pagas.** 5. **Financiamento de Longo Prazo:** Em 2003 foram pagas R\$ 123 milhões de juros mais amortização, relativos aos financiamentos de longo prazo contraiados junto ao BNDES, IFCC e Credi Luviziani. 6. **Acordo de Cooperação:** Em 2003 a NovotDutra assinou um Acordo de Cooperação com Entidades Representantes dos Transportadores e de Caminhoneiros que visa estudar dentre outros assuntos, a busca por justa tarifação, novos sistemas de cobrança da pedágio e segurança de motoristas, veículos e cargas. 7. **Reconhecimento:** Em 2003 a NovotDutra conquistou o prêmio de melhor concessão de rodovias do país, atribuído pela NTC (Associação Nacional de Transportadores e Cargas) e tem os seguintes associados: o Corpo Gerencial da NovotDutra, o Conselho de Administração, os colaboradores que o nosso desafio continua sendo prestar serviços cada vez melhores.

PASSIVO	2003 R\$	2002 R\$
<b>Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	116.479	114.462
Fornecedores	9.137	301
Fornecedores - partes relacionadas	15.275	12.171
Impostos e contribuições a recolher	3.785	4.283
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.259	-
Contas a pagar - operações de "hedge"	12.632	-
Outras contas a pagar	5.118	6.224
Obrigações sociais e trabalhistas	690	2.934
Provisão para contingências	-	13.923
<b>Total do circulante</b>	<b>165.957</b>	<b>154.288</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Empréstimos e financiamentos	96.028	208.748
Mutuo com parte relacionada	14.095	17.663
Juros sobre o capital próprio	36.390	36.390
Provisão para contingências	16.044	-
Contas a pagar - operações de "hedge"	513	-
Total do exigível a longo prazo	<b>163.070</b>	<b>262.801</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	158.392	152.237
Reservas de lucros	2.273	-
Lucros (prejuízos) acumulados	40.783	13.144
Total do patrimônio líquido	<b>201.538</b>	<b>149.083</b>
<b>Total</b>	<b>201.538</b>	<b>566.182</b>

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
	Reserva Legal	Reserva Estatutária				
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2001</b>	<b>137.385</b>	<b>3.983</b>	<b>398</b>	<b>25.777</b>	<b>167.543</b>	
Aumento de capital	14.852	-	-	(14.852)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,04 por ação)	-	-	-	(5.343)	(5.343)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.107)	(13.107)	-
Compensação do prejuízo acumulado	-	(3.983)	(398)	4.381	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2002</b>	<b>152.237</b>	-	-	<b>(3.144)</b>	<b>149.093</b>	
Aumento de capital	6.145	-	-	-	6.145	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	48.360	48.360	-
Constituição de reserva legal	-	2.157	-	(2.157)	-	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	216	-	(216)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2003</b>	<b>158.382</b>	<b>2.157</b>	<b>216</b>	<b>40.783</b>	<b>201.538</b>	

1. **Contexto Operacional:** A Companhia tem como objeto social exclusão, ou seja o regime de concessão até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ-SP, trecho Rio de Janeiro – São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio. A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão: "Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996." e "Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ) e São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciado no segundo semestre de 1997." e "Instituição do regime de controle de pedágio, com o primeiro contrato de concessão instituído no segundo semestre de 1999." e "Duplicação dos pilares na Serra das Araras em novembro de 2009." e "Entrega da rodovia em condições de tráfego no final da concessão, em 31 de dezembro de 2003, para atender aos compromissos futuros, os investimentos estão esgotados em R\$ 488.967 (R\$ 448.976 em 2002). 2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância aos seguintes principais critérios contábeis: a) **Aplicações Bancárias:** As aplicações financeiras consistem em aplicações bancárias e investimentos de alta liquidez, avaliados a custo de aquisição menos a provisão para perda de valor, sendo avaliados até a data do balanço; b) **Imobilizado:** O imobilizado é depreciado ao custo da aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os custos com manutenção e reparos são debitados no resultado, quando incorridos. Os bens essenciais a produção

específicos são contabilizados como **plano em andamento**. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas das contabilizações com a vida útil ou prazo de concessão dos bens. 3. **c) Imposto de renda e contribuição social diferido** - O imposto de renda e a contribuição social incluem os efeitos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bem como negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e societários. O reconhecimento desses diferidos está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis no futuro. **d) Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos incluem juros e atualização monetária e cambial incorridos até a data do balanço. **e) Provisão para contingências** - A provisão para contingências está registrada pelo valor das perdas prováveis, baseado na opinião da administração e de seus consultores legais sobre o total de ações pendentes na data do balanço. **f) Lucro (prejuízo) líquido e juros sobre o capital próprio por ação** - O lucro (prejuízo) líquido e os juros sobre o capital próprio são calculados com base na quantidade das ações em circulação existentes na data do balanço. **g) Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas em que são efetuadas, e os correspondentes saldos em dólares são ajustados à taxa de câmbio vigente na data do balanço. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando realizadas ou até a data do balanço. **h) Receita operacional bruta** - A receita operacional é reconhecida quando da utilização da produção.

2003			2002
Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
R\$	R\$	R\$	R\$
39.406	(39.406)		
45.517	(11.552)	34.015	34.180
21.687	(19.240)	2.447	2.107
42.017	(39.190)	3.427	4.606
12.447	(10.660)	2.587	3.026
178.688	(86.426)	82.262	89.023
78.276	(78.276)	59.775	57.122
137.726	(28.006)	109.630	128.458
88.957	(19.828)	69.129	70.573
48.733	(12.222)	36.531	31.785
695.033	(998.253)	388.780	403.573
94.476	(34.949)	59.527	60.937
28.159	(5.795)	20.394	23.453
19.298	(3.401)	18.377	10.043
3.383	(3.921)	362	692
—	—	517	31
1.393	—	1.393	1.401
840.819	(349.469)	491.250	487.126

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Indexador</u>
BNDES (1) e (2)	Moeda nacional	-
JFC (1) e (2)	Moeda estrangeira	US\$
Crédit Lyonnais (2)	Moeda estrangeira	US\$
Banco Santander (*)	Moeda estrangeira	US\$

[1] Foi estimado "single" com base em 114% da verificação de CEN.

[illegible]

	2003	2002
	R\$	R\$
<b>Receita Operacional Bruta</b>		
Receitas de produção	394.573	353.779
Outras receitas	5.002	12.43
Total	399.575	366.215
<b>Deduções das Receitas</b>		
Impostos incidentes sobre as receitas	(34.822)	(32.167)
Receita operacional líquida	364.753	334.048
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>		
Depreciação e amortização	(54.834)	(54.900)
Serviços de terceiros	(170.716)	(159.763)
Outros	(7.472)	(4.221)
Total	(233.122)	(198.904)
<b>Lucro Bruto</b>	131.631	135.144
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Despesas administrativas	(39.050)	(38.234)
<b>Despesas Financeiras:</b>		
Variação cambial	—	(84.455)
Resultado com operações de "hedge"	(23.053)	—
Juros e outras despesas financeiras	(33.265)	(39.732)
<b>Receitas Financeiras:</b>		
Resultado com operações de "hedge"	—	755
Variação cambial	32.147	—
Juros e outras receitas financeiras	1.080	1.056
Total	(62.152)	(157.616)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>	69.479	(22.472)
<b>Resultado não Operacional</b>	252	150
<b>Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	69.731	(22.322)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	(17.839)	8
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	(5.592)	9.207
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	46.300	(13.117)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação - R\$</b>	0,36	(0,11)

	2003	2002
	R\$	R\$
<b>Origens de Recursos</b>		
<b>Das operações:</b>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	48.309	(13.107)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.592	(9.207)
Depreciação e amortização	55.951	55.569
Variação cambial de empréstimos a longo prazo	(17.987)	55.667
Juros de longo prazo - empréstimos	3.265	3.251
Encargos financeiros de empresas ligadas	3.225	3.778
Baixa do ativo imobilizado	447	244
<b>Total das operações</b>	<b>96.213</b>	<b>95.215</b>
<b>Das acionistas -</b>		
Múltiplo com partes relacionadas a longo prazo	-	14.540
Aumento de capital	6.145	-
<b>De terceiros:</b>		
Aumento do nível a longo prazo	16.957	-
Outorga de realizável a longo prazo	3.501	-
Transferência de imposto de renda e contribuição social diferidos do longo prazo para o circulante	7.355	-
<b>Total das origens</b>	<b>129.771</b>	<b>110.855</b>

<b>Aplicações de Recursos</b>		
Aumento do ativo imobilizado	50.042	33.661
Aumento do passível a longo prazo	-	3.342
Imposto de renda sobre juros sobre o capital próprio	-	832
Transferências do integral a longo prazo para o passivo circulante	97.998	99.580
<b>Liquidação do mútuo:</b>		
Imposto de renda retido na fonte	648	755
Transferência para aumento de capital	8.145	-
<b>Total das aplicações</b>	<b>154.833</b>	<b>137.240</b>
<b>Aumento na Deficiência de Capital Circulante Líquido</b>	<b>(25.062)</b>	<b>(25.385)</b>
<b>Representado por:</b>		
Ativo circulante:		
No fim do exercício	31.377	44.870
No início do exercício	44.870	29.753
Aumento (diminuição) do ativo circulante	(13.493)	15.117
Passivo circulante:		
No fim do exercício	165.857	154.299
No início do exercício	154.299	117.780
Aumento do passivo circulante	11.559	41.502
<b>Aumento na Deficiência de Capital Circulante Líquido</b>	<b>(25.062)</b>	<b>(25.385)</b>

• **Não constituição de dívidas sobre quaisquer bens, receitas ou outros ativos da Companhia;** • **Manutenção de seguro sobre os seus ativos;** • **Não obtenção de novos empréstimos, sem anuência dos financiadores;** • **Não venda de todos os seus ativos ou parte substancial destes;** • **Não declaração ou pagamento aos acionistas de dividendos ou de qualquer tipo de distribuição de lucro se não foram obtidos lucros financeiros definidos no Contrato sobre Títulos Comuns;** • **Manter em conta garantida o correspondente ao valor do serviço da dívida anual com vencimento nos próximos seis meses, ou cartas de fiança nos mesmos montantes. O vencimento das fianças pendentes em 31 de dezembro de 2003 é de US\$ 17.000.000 ("F").** Em 15 de novembro de 2003, a Companhia obteve empréstimo com o Banco Santander no montante de R\$ 20.000 mil. A atuação coordenada pelo IFC e pelo BNDES para obtenção desse empréstimo está sendo formalizada por essas instituições. ("F") Os empréstimos estão garantidos por ações dos sócios da controladora. Em 31 de dezembro de 2003, a dívida de longo prazo está sujeita a prazo para ser paga nos seguintes anos:

	R\$
2005	42.294
2006	71.093
2007	71.280
2008	15.230
Total	<u>99.026</u>

5. Parcelas Retencionadas: As transações ocorridas no exercício e a correspondente dívidas em 31 de dezembro são as seguintes:

→ continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Saldos:	2003	2002	mercado de instrumentos financeiros - Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:	Os principais itens das contas de imposto de renda diferido são:
	R\$	R\$		
<b>Contas a receber - partes relacionadas:</b>				
Companhia de Concessões Rodoviárias	70	92		
Actua Assessoria S/C Ltda.	45	-		
Actua Serviços Compartilhados S/C Ltda.	6	-		
AutoBan	238	-		
Ponto S.A.	15	-		
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	3.586	-		
	3.970	92		
<b>Fornecedores - partes relacionadas:</b>				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	7		
Engellog Serviços de Engenharia S/C Ltda.	365	-		
COPEP - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	13.578	12.164		
Actua Serviços Compartilhados S/C Ltda.	417	-		
Actua Assessoria S/C Ltda.	1.109	-		
	15.757	12.171		
<b>Mútuos com parte relacionada (1):</b>				
Companhia de Concessões Rodoviárias	14.095	17.693		
Juros sobre o capital próprio:				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	3.129	3.129		
Serveng-Clivisan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	3.128	3.128		
Consultoria Andrade Gutierrez S.A.	3.128	3.128		
OSI Serviços de Infra-estrutura S.A.	3.129	3.129		
Companhia de Concessões Rodoviárias	23.875	23.875		
	36.390	36.390		
<b>Transações ocorridas no exercício:</b>				
<b>Prestação de serviços:</b>				
Construção de bens do ativo imobilizado:				
Engellog Serviços de Engenharia S/C Ltda.	1.103	-		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (2)	-	81		
Serveng-Clivisan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (2)	-	185		
Consultoria Andrade Gutierrez S.A. (2)	1.103	1.054		
	1.103	1.320		
<b>Despesas administrativas:</b>				
Actua Serviços Compartilhados S/C Ltda.	4.594	-		
Actua Assessoria S/C Ltda.	12.219	-		
	16.813	-		
<b>Custo dos serviços:</b>				
Engellog Centro de Engenharia S/C Ltda.	5.104	-		
<b>Serviços de operação e manutenção (2):</b>				
COPEP - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	152.300	130.148		
<b>Despesas financeiras com partes relacionadas:</b>				
Companhia de Concessões Rodoviárias	3.225	3.778		
(1) Os mútuos são remunerados pela variação do IGP-M mais juros de 12% ao ano. (2) Os valores e a remuneração dessas transações foram estabelecidos com base nos valores acordados quando da preparação do plano para exploração da rodovia, requeiro no processo de concorrência pública, e suas alterações subsequentes. <b>6. Juros sobre o Capital Próprio:</b> Representam a remuneração do capital próprio para os exercícios de 1997, 1998, 2000, 2001 e 2002, calculada com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Esses valores, líquidos do respectivo imposto de renda, estão classificados no exígível a longo prazo, pois sua liquidação financeira, por exigência da carteira de financiamento, só poderá ocorrer a partir de 2005. <b>7. Instrumentos Financeiros:</b> a) <b>Exposição a riscos cambiais:</b> A Companhia financia parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira, vinculados ao dólar norte-americano. O saldo em 31 de dezembro de 2003 é R\$ 131.356 e R\$ 217.060 em 31 de dezembro de 2002 (nota explicativa nº 4). Desse valor, R\$ 59.778 (R\$ 90.680 em 2002) estão expostos a variações das taxas de câmbio. A Companhia efetuou operações de proteção ("hedge") sobre as parcelas dos empréstimos tomados com o IFC a vencer em 2003, 2004 e parte em 2005. A parcela protegida é de R\$ 71.589 em 31 de dezembro de 2003 e R\$ 126.400 em 31 de dezembro de 2002. b) <b>Exposição a riscos de taxas de juros:</b> A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do "London Interbank Offered Rate - Libor" relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, e da "Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP" relativa a empréstimos em reais. c) <b>Concentração de risco de crédito:</b> Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitem a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. d) <b>Valor de</b>				

Oleitoria: Flávio Medrano de Almeida - Diretor Presidente

Omar de Castro Ribeiro Junior - Diretor de Operações

Hélio Aurélio da Silva - Contador - CRC nº 1SP129452/O-3

Parceiros dos Auditores Independentes

As Ações e Administradores da  
**Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. - São Paulo - SP**  
 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos nas datas citadas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre esses demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras da auditoria e compreendem: a) o planejamento das atividades, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos

registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos nas datas citadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Adicionalmente, examinamos as demonstrações dos fluxos de caixa incluídas na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras,

referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, as quais estão apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas demonstrações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2, e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todas as aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto. São Paulo, 26 de janeiro de 2004.  
**Deloitte Touche Tomatsu - Auditores Independentes**  
 CRC nº 2SP01608/O-9  
 Hélio Welken  
 Contador  
 CRC nº 1SP130122/O-0

Deloitte.

**Manasa Madeireira Nacional S/A**  
 Companhia Aberta - CNPJ: 06.400.009/0001-11  
**MANASA** Ata da Assembleia Geral de Devedores em 02/02/2004  
 Data, Hora e Local: 02 de Fevereiro de 2004, às 11:30 horas, na sede social da companhia, na Rua Haddock Lobo nº 578-2º andar, c. 22-São Paulo-SP. **Presença:** Devedores representando por 100% (cem por cento) dos debêntures em circulação, bem como Agente Fiduciário dos Devedores através de seu representante legal, conforme se verifica pelas assinaturas apostas ao final desta ata. **Convocação:** Editais publicados nos jornais "O Dia" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo" nos dias 17, 20 e 21 de janeiro de 2004. **Direção dos trabalhos:** - Marinho Rodnei Souza Vichechek-Presidente, e Pedro Lauro de Camargo-Secretário. **Ordem do Dia:** 1) Deliberação sobre a prorrogação do prazo de vencimento dos debêntures; 2) Assuntos gerais. **Deliberações:** a) prorrogar por 1 (um) ano o prazo de vencimento dos debêntures, inclusive correção monetária e juros incorridos, que passará a ser, portanto, em 01/02/2005; b) retirar todas as demais cláusulas e condições de escritura dos debêntures não alteradas nesta Assembleia que são mantidas integralmente, ficando a Sociedade autorizada a proceder as alterações necessárias na respectiva escritura. Para todos os efeitos decorrentes da decisão desta Assembleia, o valor das debêntures em 01/02/2004 será composto da seguinte forma: Valor nominal de 01/02/2003: R\$ 6.991.032; Composição Monetária IGP-M no período de 01/02/2003 a 01/02/2004: R\$ 6.992.085; Juros no período de 01/02/2003 a 01/02/2004: R\$ 1.264.512. **P.R.** (em 01/02/2004): R\$ 11.849.429. As deliberações foram tomadas pelo voto unânime dos debêntures presentes. Encerramos. Não há mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada com a leitura da presente Ata, que após lida e achada de acordo, segue assinada pelo presente. São Paulo, 02 de Fevereiro de 2004, a) Marinho Rodnei Souza Vichechek-Presidente da mesa, a) Pedro Lauro de Camargo-Secretário, a) Maria Stella de Carvalho Lecomte, representante pela ex-procuradora Raquel Sarinho, conforme procuração, a) Felipe Coimbra Alci André-Slyr Gerente de Valores e Câmbio Ltda.-Agente Fiduciário. Conforme com original lavrado em livro próprio. Pedro Lauro de Camargo-Secretário da Assembleia. Joozeph 69.999.734-7 em 02/02/2004. Roberto Menezes Filho-Sec.Geral

**COMERCIO E INDUSTRIAS  
 BRASILEIRAS COINBRA S.A.**  
 CNPJ nº 47.087.525/0001-00 - NIRE 35.3.0010451-0  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
 REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2004**  
 Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02 de fevereiro de 2004, lavrada em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 139 da Lei nº 6.404/76. 1. **Data, Hora e Local:** 02 de fevereiro de 2004, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 12º ao 14º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Presença:** Ações representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Ações, dispensada a publicação do Edital de Convocação, de acordo com o art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 3. **Mesa:** Presidente: Kenneth Carson Gold, Secretário: Fernando Engloberg de Moraes. 4. **Ordem do Dia:** Deliberação sobre a exoneração de membro do Conselho de Administração. 5. **Deliberação:** Deliberado por unanimidade pela exoneração de Sr. Stephen Bromfield Gold, a partir desta data, do cargo de Convidado da Companhia, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária de 10/07/03, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 22/07/03, arquivada, unilateralmente, 7. **Assinaturas:** Kenneth Carson Gold - Presidente da Assembleia, Fernando Engloberg de Moraes - Secretário da Assembleia, Ações: Louis Dreyfus Trading & Processing Limited (p.p. Reinoldo Roberto Sampa e Fernando Engloberg de Moraes), Guiliana Patricia L. M. de Camaral (p.p. Reinoldo Roberto Sampa e Flávia Renata F. de Camaral), Kenneth Carson Gold, Henri Philippe Reichstalt, e Aurélio de Almeida Prado Cidade. A presente ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Fernando Engloberg de Moraes - Secretário da Assembleia. JUCESP nº 75.778/04-9 em 11/02/2004. Roberto Menezes Filho - Sec.Geral

**Financieira Alfa S.A. - Crédito,  
 Financiamento e Investimentos**  
 Sociedade Anônima de Capital Aberto  
 C.N.P.J. nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35.3.0004818-1  
**Edital de Convocação**  
 São convidados os acionistas a reunirem-se no dia 16 de março próximo futuro, com início às 09:30 horas, na sede social, na Alameda Santos, 486 - 4º andar, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:  
**EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
 1. exame, discussão e votação do relatório da administração e das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes;  
 2. destinação do lucro líquido do exercício, e ratificação da distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao 1º e 2º semestres de 2003;  
 3. fixação da participação dos administradores;  
 4. fixação do montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria.  
**EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
 Tendo conhecimento da Proposta da Diretoria, com pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para:  
 1. elevação do capital social em reais R\$ 13.000.000,00, em emissão de ações mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reserva para Aumento de Capital", a correspondente reforma estatutária;  
 2. deliberação sobre a opção de utilização da faculdade prevista no Art. 10-A da Resolução nº 2031, de 26/05/2003 do Banco Central do Brasil, para que o Comitê de Auditoria do Banco Alfa S.A. exerça suas atribuições também em relação a esta Sociedade.  
 São Paulo, 18 de fevereiro de 2004  
 Augusto Esteves de Lima Junior  
 Presidente do Conselho de Administração, em exercício (18.20.21)

MARIA CLAUDIA MOURA BORGES FPP, CNPJ 03.372.619/0001-25, aqui público que recebeu a Licença Provisória nº 04006343 e a

A empresa Revolvegroup Marquês Paves Lima & Co, torna público que recebeu da CEFIS a Licença Provisória nº 04006343, para atividade de

DURVAL DE OLIVEIRA KANGUEI NETO - ME, torna público que recebeu da CEFIS a Licença Provisória nº 4.0001133 e requereu a



**ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS  
RELATIVAS AO PERÍODO DE 1998 A 2003 – RODONORTE.**



# Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

CNPJ 02.221.531/0001-30

## Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às diversas disposições legais e institucionais, vimos submeter a apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1999.

Colocamos-nos à disposição de Vossas Senhorias para qualquer esclarecimento que se fizerem necessários.

Ponta Grossa, 20/03/00

**Geraldo Vilin Prado**  
Diretor Presidente  
**Dácio Fabbri**  
Diretor Financeiro-Administrativo  
**Francisco Geraldo Garmek Madalosso**  
Diretor de Operações  
**José Carlos Zanella de Queiroz**  
Diretor de Engenharia

### Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S/A, apreciando o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Empresa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1999, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e o Relatório Anual da Administração, e, tendo em vista que no exame das Demonstrações Contábeis foram consideradas as Notas Explicativas ao Balanço e a Legislação específica e, ainda, com base no exame dos Pareceres da Auditoria Independente, é de opinião que as Demonstrações apresentadas refletem, adequadamente, em seus aspectos relevantes, a Posição Patrimonial e Financeira da Sociedade.

TITULARES		SUPLENTE
NOME	CARGO	NOME
MANOEL ALTON SOARES DOS REIS	PRESIDENTE	JASON FIGUEIREDO PASSOS
JOÃO FRANCISCO BITTENCOURT	VICE-PRESIDENTE	JOSÉ MÁRIO CASTILHO
LUCIANO PERES DE FIGUEIREDO	CONSELHEIRO	RICARDO COUTINHO SENA
PAULO DE TARSO DE CAMARGO ÔPICE	CONSELHEIRO	RICARDO BISORDI DE OLIVEIRA LIMA

## Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - em reais

Ativo	1999	1998	Passivo	1999	1998
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	817.333	878.825	Fornecedores		
Aplicações financeiras	8.448.138	6.528.547	Empresas acionistas e ligadas	1.044.555	26.568.182
Despesas pagas antecipadamente	1.044.888	1.920.559	Outras	1.551.813	1.940.573
Impostos a recuperar	1.339.593	123.871	Emprestimos e financiamentos	135.690.736	85.106.819
Outras contas a receber	52.483	224.952	Salários e encargos sociais	1.136.471	901.896
	<b>9.702.435</b>	<b>9.676.554</b>	Impostos e contribuições a recolher	219.586	131.343
			Prêmios de seguros a pagar	1.033.125	1.809.545
			Demais contas a pagar	280.422	188.130
				<b>140.956.508</b>	<b>116.646.488</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>Exigível a longo prazo</b>		
Depósitos judiciais	270.828		Contas a pagar a empresa ligada	2.710.614	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.425.990	2.425.990			
	<b>2.696.818</b>	<b>2.425.990</b>			
<b>Permanente</b>					
Imobilizado	88.636.396	97.306.944			
Diferido	8.533.193	12.270.185			
	<b>96.169.589</b>	<b>109.577.129</b>			
<b>Passivo a descoberto (patrimônio líquido)</b>					
Capital social	(49.478.139)	(10.478.131)			
Prejuízos acumulados	84.578.419	5.444.946			
	<b>35.098.280</b>	<b>(5.033.185)</b>			
<b>Total do ativo</b>	<b>143.667.122</b>	<b>116.646.488</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>143.667.122</b>	<b>116.646.488</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado - em reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de 1999	Período de 190 dias findo em 31 de dezembro de 1998
<b>Receita bruta de serviços</b>		
Receita tarifária	59.192.825	33.436.438
Deduções, principalmente PIS e COFINS	(2.156.727)	(900.351)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>57.036.098</b>	<b>32.536.087</b>
Custo dos serviços prestados	(38.244.122)	(23.020.248)
<b>Lucro bruto</b>	<b>20.791.976</b>	<b>9.515.839</b>
<b>Recursos (despesas) operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(12.294.534)	(7.974.428)
Despesas financeiras	(92.357.795)	(10.133.806)
Receitas financeiras	4.494.831	718.338
	<b>(100.157.498)</b>	<b>(17.391.896)</b>
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(79.365.722)</b>	<b>(7.876.057)</b>
Receitas não operacionais, líquidas	234.249	5.121
<b>Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda diferidos</b>	<b>(79.131.473)</b>	<b>(7.870.936)</b>
Contribuição social	629.875	
Imposto de renda	1.786.315	
<b>Prejuízo do exercício/período</b>	<b>(79.131.473)</b>	<b>(5.444.946)</b>
<b>Prejuízo por lote de mil ações do capital integralizado</b>	<b>(79,96)</b>	<b>(25,99)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do passivo a descoberto patrimônio líquido - em reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	
<b>Em 1º de janeiro de 1999</b>	<b>9.672.000</b>	<b>(848.107)</b>	<b>9.023.893</b>
<b>Integralizações de capital:</b>			
em 25 de fevereiro		848.107	848.107
em 23 de setembro	98.009		98.009
em 22 de dezembro	707.122		707.122
Prejuízo do período		(5.444.946)	(5.444.946)
<b>Em 31 de dezembro de 1999</b>	<b>10.478.139</b>	<b>(5.444.946)</b>	<b>5.033.193</b>
<b>Integralizações de capital:</b>			
em 17 de setembro	9.000.000		9.000.000
em 27 de setembro	30.000.000		30.000.000
Prejuízo do exercício		(79.131.473)	(79.131.473)
<b>Em 31 de dezembro de 1999</b>	<b>49.478.139</b>	<b>(84.578.419)</b>	<b>(35.098.280)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das origens e aplicações de recursos Exercícios findos em 31 de dezembro - em reais

	1999	1998
<b>Origens dos recursos</b>		
Nas operações sociais		
Prejuízo do exercício/período	(79.131.473)	(5.444.946)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.425.990)
Depreciação e amortização	17.260.727	9.659.512
Baixa de Adiantamento para imobilização	2.195.514	
Valor residual do ativo permanente baixado	65.785	
	<b>(58.609.447)</b>	<b>1.788.576</b>
<b>Do Estado</b>		
Integralizações de capital	38.000.008	1.454.238
<b>De terceiros</b>		
Ingresso de recursos no exigível a longo prazo	2.710.614	
	<b>41.710.622</b>	<b>1.454.238</b>
<b>Total dos recursos obtidos</b>	<b>(17.898.825)</b>	<b>3.242.814</b>
<b>Aplicações de recursos</b>		
No ativo a longo prazo		
D. judiciais	270.828	
No ativo permanente		
Imobilizado	6.114.486	100.783.001
Diferido		12.681.893
	<b>6.385.314</b>	<b>113.464.894</b>
<b>Redução no capital circulante</b>	<b>(24.284.139)</b>	<b>(110.222.080)</b>
<b>Verificações no capital circulante</b>		
Ativo circulante		
No fim do exercício	9.702.435	9.676.554
No início do exercício	9.676.554	8.090.729
	<b>25.881</b>	<b>1.585.825</b>
<b>Passivo circulante</b>		
No fim do exercício	140.956.508	116.646.488
No início do exercício	116.646.488	4.838.583
	<b>24.310.020</b>	<b>111.807.905</b>
<b>Redução no capital circulante</b>	<b>(24.284.139)</b>	<b>(110.222.080)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Parecer dos Auditores Independentes

22 de março de 2000

Aos Administradores e Acionistas  
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

1- Examinamos os balanços patrimoniais da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 e as correspondentes demonstrações das mutações do passivo a descoberto/patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas e da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 1999 e do período de 190 dias findo em 31 de dezembro de 1998, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controle internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3- Em 31 de dezembro de 1998, a companhia contabilizou o prejuízo fiscal diferido no exercício de R\$ 2.425.990, decorrente do prejuízo fiscal de R\$ 2.425.990 da renda e da base negativa para cálculo da contribuição social. Entretanto, em face dos prejuízos da companhia desde a sua constituição e pela incerteza quanto à sua rentabilidade futura, entendemos não ter sido procedente o seu registro contábil naquela data.

4- Somos de parecer que, exceto pelo efeito mencionado no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. em 31 de dezembro de 1999 e de 1998, as mutações do passivo a descoberto/patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas e o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 1999 e do período de 190 dias findo em 31 de dezembro de 1998, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

5- Em 22 de março de 2.000, a companhia firmou "termo aditivo ao contrato de concessão" com o Governo do Estado do Paraná, para ratificar o contrato de concessão descrito na nota explicativa 1, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro estipulado no contrato de concessão original e definir que qualquer alteração unilateral do contrato de concessão somente poderá ser efetivada com prévia autorização da União.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2 SP000160/O-5 Sº PR

Eduardo Corrêa  
Sócio  
Contador CRC 1R/027760/O-8 Sº PR

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 1999 e de 1998 - em Reais

### 1 Contexto operacional

A companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do Lote nº 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de cerca de 560 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive a prestação de serviços de socorro médico, serviços de guincho e rebouque de veículos, serviços de informação ao usuário e divulgação dos trabalhos através de publicações periódicas e informativos; organização e promoção de eventos educacionais e culturais e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, que poderá ser prorrogado. É vedado à companhia praticar qualquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização do Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná - DER/PR. Além do compromisso de investimentos durante o prazo de concessão, no montante de R\$ 1.126.363 mil, em moeda de poder aquisitivo de janeiro de 1997, não houve contrapartida financeira pela concessão.

O Lote nº 5 é constituído: (i) pela Rodovia BR-376, no trecho entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) pela Rodovia BR-277, no trecho entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) pela Rodovia PR-151, entre Jaguaquã e Ponta Grossa e (iv) pelos seguintes trechos rodoviários de acesso a estas rodovias: a) PR-092 entre o entroncamento com a PR-151 (A) e o entroncamento com a PR-151 (B), com 7,2 km de extensão; b) PR-151 entre o entroncamento com a PR-239 e o entroncamento com a PR-092, com 33,12 km de extensão; c) PR-239 entre o rio

Itararé e a PR-151 (Sengão/PR), com 12,29 km de extensão; d) PR-813 entre a BR-376 e Furnas, com 1,37 km de extensão; e) PR-340 entre Ortigueira e o entroncamento com a PR-376, com 1,7 km de extensão; e f) PR-090 entre o entroncamento com a PR-151 (B) e o entroncamento com a PR-153, com 25 km de extensão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de janeiro. Em razão da peculiaridade do serviço prestado, é facultada, após prévia autorização do DER/PR, a exploração de outras fontes de receitas, sejam elas diretas ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e/ou, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso.

O regime jurídico do contrato de concessão confere ao DER/PR a prerrogativa de fiscalizar a execução e, garantida a prévia defesa da concessionária, aplicar sanções pela sua inexecução parcial ou total. Poderá, ainda, intervir na concessão, por decreto do Governador do Estado, para assegurar o cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais aplicáveis. Nestes casos, a concessionária tem assegurado o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas.





# Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

## CNPJ 02.221.531/0001-30

A concessão de exploração de rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterão ao DER/PR todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios dela decorrentes. Neste caso, o DER/PR indenizará a concessionária, após as avaliações e levantamentos necessários, dos gastos vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.

A concessionária destinará, a partir do início do contrato, R\$ 115 mil mensais para cobrir as despesas do DER/PR e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER com a fiscalização da concessão, reajustáveis anualmente nas mesmas datas e percentuais dos reajustes da tarifa do pedágio. Também destinará R\$ 50 mil mensais para aperfeiçoamento da polícia rodoviária, a partir do início da cobrança do pedágio, reajustados nas mesmas condições.

Em 20 de julho de 1998, em ato unilateral, através da Portaria DER/PR nº 377/98, a tarifa cobrada a título de pedágio foi reduzida, em média, 50% em relação ao valor inicialmente cobrado pela companhia. Em 13 de agosto de 1998, a companhia, em conjunto com as demais concessionárias de rodovias do Estado do Paraná, ajuizou ação ordinária (com pedido de antecipação de tutela) na 1ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, requerendo a anulação das mudanças realizadas no contrato de concessão das rodovias. Foi concedido que: (i) as concessionárias podem limitar a execução dos serviços de manutenção e conservação das rodovias, os investimentos e obras na proporção em que o fluxo de caixa permitir e segundo prioridades que deverão ser estabelecidas em comum acordo entre as concessionárias e o governo, com a anuência da União e (ii) as taxas de fiscalização e aparelhamento da polícia rodoviária sejam reduzidas no mesmo percentual da tarifa de pedágio.

Em 17 de dezembro de 1999, a 1ª Vara da Justiça Federal em Curitiba decidiu pela tutela antecipatória concedendo o direito ao retorno das tarifas aos valores anteriores ao ato unilateral do governo do Estado do Paraná, além da atualização monetária estabelecida no edital de concessão. Em janeiro de 2000, o Tribunal Regional Federal de Porto Alegre concedeu efeito suspensivo da tutela antecipatória. Os assessores jurídicos da companhia interpuseram agravo regimental sobre o efeito suspensivo. Em 22 de março de 2000, a companhia e o Governo do Estado do Paraná, com a anuência da União, através do DNER, firmaram acordos nos autos do processo, encerrando a pendência judicial.

Fruído esse acordo, foi assinado Termo Aditivo pelo qual foi anulada a redução da tarifa de pedágio decretada unilateralmente pelo Governo do Estado do Paraná, foi o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estipulado no contrato de concessão original e a definição que qualquer alteração unilateral do contrato de concessão somente poderá ser efetivada com prévia autorização da União.

A companhia conta com o apoio de seus acionistas para assegurar os recursos necessários ao seu capital de giro no período inicial de operação, representado pelas garantias concedidas aos empréstimos obtidos pela companhia, conforme mencionado na nota explicativa 7.

### 2 Principais diretrizes contábeis

#### (a) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações brasileiras. A companhia encontra-se em fase de pré-operação até 24 de junho de 1998 e os gastos incorridos nesta fase foram acumulados no ativo diferido e começaram a ser amortizados a partir do início da cobrança do pedágio, ocorrida nesta data.

#### (b) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. As despesas pagas antecipadamente são apresentadas ao custo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem aos créditos imprescritíveis produzidos pelo prejuízo apurado no período de 190 dias findo em 31 de dezembro de 1998, calculado com base nas alíquotas vigentes, a ser compensado com lucros tributáveis futuros. A administração decidiu não contabilizar os créditos tributários de R\$ 24.995.800 produzidos pelo prejuízo apurado no exercício de 1999.

#### (c) Permanente

O imobilizado e o diferido estão demonstrados pelos valores de custo, combinado com os seguintes aspectos:

a) depreciação do imobilizado é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 4, de acordo com a estimativa de vida útil econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão. A depreciação dos "trabalhos iniciais" é computada com base na vida útil econômica estimada pela empresa Engenfo-Engenharia e Aerolevantamentos S.A. em laudo específico e

b) amortização do diferido é registrada em 5 anos, a partir do início da cobrança de pedágio.

#### (d) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes juros incorridos.

### 3 Aplicações Financeiras

	1998	1999
Fundo de investimento	2.582.653	
LFT	2.188.423	4.512.806
CDR, com remuneração de CDI	1.509.304	
RDB, pré-fixado	151.741	1.141.483
Outros	18.117	874.278
	<u>6.448.138</u>	<u>6.528.547</u>

CDR - Certificado de Depósito Bancário  
CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro  
LFT - Letra Financeira do Tesouro  
RDB - Recibo de Depósito Bancário

### 4 Imobilizado

	1998	1999	Taxa anual de depre- ciação (%)		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
Obras executadas	94.897.382	(19.138.593)	75.758.789	87.370.081	4,18 a 50
Tratamento ambiental	1.290.592	(89.548)	1.201.044	1.153.335	4,18 a 12,50
Equipamentos e informática	7.235.407	(1.787.509)	5.447.898	5.782.173	20
Software	1.389.593	(339.249)	1.050.344	1.185.599	10 a 20
Máquinas e equipamentos	2.281.958	(485.289)	1.796.669	1.198.884	20
Veículos	643.832	(87.703)	556.129	482.721	10
Móveis e utensílios	839.088	(16.427)	822.661	198.081	10
Obras em andamento	181.058		181.058		
Outros	108.538.714	(21.902.318)	86.636.396	87.308.944	

As obras executadas incluem R\$ 53.830.351 de "trabalhos iniciais" executados que referem-se às obras emergenciais recuperação do pavimento asfáltico e da base da rodovia, recuperação dos acostamentos, limpeza da faixa de domínio, recuperação das obras de arte (pontes, viadutos e outras), construção de 3ª faixa em pontos críticos, sinalização horizontal e vertical, entre outros - para melhoria geral das rodovias principais necessárias para o começo da cobrança de pedágio, além dos gastos com a construção das praças de pedágio, edificações de apoio e restauração de rodovias.

### 5 Diferido

	1998	1999
Estudos e projetos preliminares	1.753.200	1.753.200
Despesas (receitas) pré-operacionais	3.127.948	3.127.948
Pessoal	4.388.170	4.388.170
Gerais e administrativas	1.120.808	1.120.808
Seguros	4.248.395	4.248.395
Despesas financeiras	(1.055.068)	(1.055.068)
Receitas financeiras	13.579.351	13.579.351
	<u>(4.046.158)</u>	<u>(1.309.168)</u>
(-) Amortização acumulada	9.533.193	12.270.185

### 6 Operações com partes relacionadas - sociedades acionistas e ligadas

Em 31 de dezembro de 1998

	Ativo	Passivo	Resultado
	Imobilizado	Diferido	Resultado
	Obras executadas	Estudos e projetos preliminares	Resultado
Sociedades acionistas			
Camargo Correa Transportes S.A.	291.987		122.208
Caixa S.A. - Engenharia e Empreendimentos	876.000		87.185
Construtora Andrade Gutierrez S.A.			
Construtora Castello de Porto Alegre S.A.	291.987		
Sociedades ligadas			
Camargo Correa S.A.	876.000		
Construtora Camargo Correa S.A.	78.573.743	710.782	727.977
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	876.000		
J. Mucelli Ltda.	478.992		
Mucelli Construtora de Obras Ltda.			
Odebrecht Serviços de Infra-estrutura S.A.			
	<u>79.282.088</u>	<u>710.782</u>	<u>1.044.555</u>
			<u>2.710.814</u>
			<u>843.890</u>
			<u>882.114</u>

Em 31 de dezembro de 1999

	Ativo	Passivo	Resultado
	Imobilizado	Diferido	Resultado
	Obras executadas	Estudos e projetos preliminares	Resultado
Sociedades acionistas			
Camargo Correa Transportes S.A.	291.987		23.316
Caixa S.A. - Engenharia e Empreendimentos	876.000		23.316
Construtora Andrade Gutierrez S.A.			
Construtora Castello de Porto Alegre S.A.	291.987		
Sociedades ligadas			
Camargo Correa S.A.	876.000		
Construtora Camargo Correa S.A.	78.573.743	710.782	28.496.234
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	876.000		
J. Mucelli Ltda.	478.992		
Mucelli Construtora de Infra-estrutura S.A.			
	<u>82.428.136</u>	<u>710.782</u>	<u>28.524.550</u>
			<u>28.524.550</u>
			<u>228.818</u>

Os valores contratuais com as sociedades acionistas e ligadas para execução de obras executadas correspondem àqueles previstos no contrato de concessão, aprovados previamente pelo DER/PR.

A administração da companhia está discutindo com a sociedade ligada Consórcio Construtor Via Norte - CCVN os seguintes valores:

• Parcela de R\$ 3.164.071 paga pela execução de obras iniciais que, segundo a Rodonorte, foi superior às benfeitorias realizadas. Em 31 de dezembro de 1999, o valor residual contábil dessas obras, de R\$ 2.195.514, foi cobrado do ativo imobilizado e a parcela paga atualizada monetariamente com a variação do certificado de depósito interfinanceiro - CDI totalizando R\$ 5.111.370, foi deduzida do saldo a pagar à CCVN por outros serviços prestados. A diferença entre a redução da conta a pagar e o valor residual das benfeitorias foi refletida no resultado do exercício.

• Glosa de obra realizada no montante de R\$ 1.036.509, para o qual a companhia possui avaliação técnica que desqualifica o trabalho realizado pela CCVN. A administração da companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que é provável a possibilidade de êxito na questão e deduziu o correspondente valor do saldo a pagar à CCVN.

### 7 Empréstimos e financiamentos

	Encargos originais	Encargos atuais mediante Swap	Vencimento	1999	1998
Importação de bens					
Banco BBA Creditanstalt S.A.	Variação cambial + juros de 9,818% a.a.		Abril e julho de 1999		4.380.139
Capital de giro					
Banco BBA Creditanstalt S.A.	Variação cambial + juros de 12,1% a.a.	100% de variação do CDI + 3,75% a.a.	Julho de 2000	24.929.876	
Banco Bradesco S.A.	Variação cambial + juros antecipados de 11,38%		Março de 1999		83.400.300
Banco Bradesco S.A.	100,3% da variação do CDI		Setembro de 2000	20.145.358	
Banco Real S.A.	28,9% a.a.	105% de variação do CDI	Setembro de 2000	20.129.422	
Banco Real S.A.	Variação cambial + juros de 13% a.a.	123,65% de variação do CDI	Março de 2000	38.982.527	
Banco Santander Brasil S.A.	Variação cambial + juros de 14% a.a.	100% de variação do CDI + 4% a.a.	Setembro de 2000	9.733.871	
Dresner Bank Brasil S.A.	28% a.a.	100% de variação do CDI + 3,7% a.a.	Setembro de 2000	28.620.062	
				<u>136.821.114</u>	<u>87.790.439</u>
				<u>(930.378)</u>	<u>(2.673.820)</u>
				<u>135.890.736</u>	<u>85.116.619</u>

Encargos financeiros pré-fixados a apropriar

A variação cambial é computada pela cotação do real em relação ao dólar norte-americano.

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão apresentados considerando os encargos da troca de taxa (SWAP), quando contratado.

Os encargos financeiros a apropriar referem-se a tributos incidentes nas operações de captação e a juros pagos antecipadamente descontados na data da liberação do empréstimo e são apropriados linearmente ao resultado do exercício, até a data do seu vencimento.

Como garantia dos contratos acima foram oferecidos avais dos acionistas e empresas ligadas.

### 8 Capital social

O capital autorizado da companhia é de R\$ 112.636.000. O capital social subscrito e integralizado está representado por 989.562.797 (1998 - 209.582.616) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 328.854.285 (1998 - 69.854.205) ações ordinárias e 659.708.532 (1998 - 139.708.411) ações preferenciais.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em assembleia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto na assembleia geral, contudo gozam de: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo de 1% sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito e integralizado pelo número de ações emitidas à data da decisão da distribuição e b) prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de dissolução da companhia.

O capital integralizado deverá corresponder, em 31 de dezembro de cada ano e até o término do contrato de concessão, a pelo menos 10% do total dos investimentos realizados pela concessionária em períodos anteriores e a realizar no exercício subsequente.

Aos titulares de ações será atribuído um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária vigente.

### 9 Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 1999, atendendo às disposições contratuais, a companhia mantém cobertura de seguros nos montantes de (i) R\$ 118.867.346 (1998 - R\$ 246.705.044), denominada seguro garantia, dado em caução ao DER/PR, calculado na base de 5% do valor estimado da arrecadação bruta e destinado a cobrir eventuais não pagamentos de multas que forem aplicadas à concessionária pela inexecução total ou parcial das obras vinculadas a concessão nos prazos previstos e (ii) de R\$ 708.868.000 (1998 - R\$ 749.089.000), denominada risco geral, destinado a cobertura de danos materiais, responsabilidade civil e lucros cessantes. O prêmio total anual dessas apólices é de R\$ 1.029.293 (1998 - R\$ 2.038.025).

A despesa com o prêmio total é apropriada em 12 meses e o saldo a apropriar, no total de R\$ 986.896 (1998 - R\$ 1.850.043), está apresentado sob a rubrica "despesas pagas adiantamento", no ativo circulante e o saldo a pagar, de R\$ 1.033.125 (1998 - R\$ 1.809.545) está apresentado sob a rubrica "prêmios de seguros", no passivo circulante.

### 10 Instrumentos financeiros

A companhia contratou operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir riscos com as flutuações nas taxas de juros e/ou nas taxas de câmbio, conforme apresentado na nota explicativa 7.

O valor contábil das aplicações financeiras equivale aproximadamente ao seu valor de mercado.

### 11 Fluxo de caixa

	1998	1999
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	59.192.825	33.439.438
Impostos recolhidos sobre a receita de vendas	(2.088.431)	(719.999)
Pagamentos de gastos operacionais	(17.247.831)	(11.880.841)
Formações	(12.108.442)	(5.587.056)
Salários e encargos	(1.200.563)	(880.676)
Demais pagamentos	28.587.698	14.387.564
Caixa líquido das atividades operacionais	28.587.698	14.387.564
Atividades de financiamento		
Perfis relacionados	13.815.156	78.978.221
Captações	(12.314.778)	(55.217.720)
Pagamentos		
Tarjetas	283.982.582	102.578.238
Captações	(284.698.811)	(28.003.822)
Pagamentos	1.073.127	783.405
Rendimentos de aplicação financeira	7.545.809	1.454.238
Integralização de capital		
Caixa líquido das atividades de financiamento	120.699.113	100.968.094
Atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	(8.114.488)	(100.783.001)
Aplicações no diferido		(12.881.893)
Caixa líquido das atividades de investimento	(8.114.488)	(113.664.894)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(41.901)	1.457.228
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.407.372	5.950.144
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	7.265.471	7.407.372
Reconciliação do resultado com o caixa líquido das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício/ período	(79.131.473)	(5.444.948)
Renda de reconciliação		
Despesas gerais e administrativas	17.280.727	72.881
Depreciação e amortização	87.863.184	8.859.512
Despesas financeiras, líquidas	(234.249)	(5.121)
Receitas não operacionais, líquidas		
Imposto de renda e contribuição social	23.758.182	(2.423.990)
Variações patrimoniais		
Formações	(388.980)	1.885.759
Salários	234.375	887.710
Impostos	88.243	126.035
Despesa antecipada	875.871	208.478
Caixa líquido das atividades operacionais	28.587.698	14.387.564

Geraldo Villin Prado  
Diretor Presidente

Dácio Fabbri  
Diretor Financeiro e Administrativo

Francisco Geraldo Gernek Madalosso  
Diretor de Operações

José Carlos Zanella de Queiroz  
Diretor de Engenharia

Luiz Henrique Casarri  
Contador - CRC/SP 132.135/T-6



## Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 e parecer dos auditores independentes

### Relatório da Administração

A administração da Rodonorte apresenta relatório das principais atividades no exercício de 2000, em conjunto com Demonstrações Contábeis elaboradas pela legislação societária e anexos, as quais consideramos importantes para mostrar o desempenho da nossa Companhia, para a sociedade, parceiros, investidores e clientes.

O maior destaque do ano 2000 foi o acordo assinado com o Governo do Estado, em março, que pôs fim à pendência judicial que se arrastava desde julho de 1998, quando, através de Ato Unilateral, o Governo reduziu as tarifas em 50%. Com esse acordo, foi restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro do projeto, através da recomposição das tarifas originais e revisão do programa de investimentos o qual foi ratificado com o reajuste da tarifa, conforme previsto no contrato, na data prevista, em dezembro de 2000.

### CENÁRIO

A Concessão de Rodovias já se tornou um importante segmento empresarial no Brasil que movimenta bilhões de Reais entre investimentos, custos operacionais e pagamento de tributos e geração de empregos. Os recursos estão possibilitando a modernização, ampliação e melhoria dos sistemas viários, garantindo maior segurança e conforto aos usuários, sejam eles motoristas ou pedestres, ao longo das estradas. A operação efetiva das concessões de rodovias, a desobrigação dos governos, desses encargos, que passaram a ser de responsabilidade de quem usa a rodovia, geram novos recursos para aplicação em programas sociais nas áreas de saúde, educação e segurança.

No Paraná, a parceria entre Governo do Estado e iniciativa privada para aumentar as fontes de investimentos no setor rodoviário resultou na criação do Anel de Integração do Paraná - um eixo de desenvolvimento através do qual a saúde e a educação e a riqueza chegam mais rápido a todos os cantos do Estado. Com este, o Paraná cria um sistema modelo de transporte no país e prepara-se para as demandas do Mercosul.

O Anel de Integração foi concebido, em novembro de 1997, envolvendo 2.035 quilômetros de rodovias principais, divididos em seis lotes, sob administração e operação do setor privado, com a finalidade específica de operar, conservar e desenvolver obras de melhorias nas rodovias, mediante a exploração de pedágio.

### RODONORTE

A Concessionária de Rodovias Rodonorte é responsável pela administração do lote nº 5 do Anel de Integração. São 560 quilômetros de rodovias principais e trechos de acesso, ligando Curitiba a Apucarana (BR-277 e BR-376) e Ponta Grossa a Jaguariá (PR-151).

Consciente da responsabilidade pública que lhe foi concedida, a Rodonorte vem trabalhando dia após dia para ampliar as condições de segurança e de tráfego e tendo como prioridade o respeito aos seus usuários e tem como missão, proporcionar ao usuário o prazer em viajar com segurança e conforto, garantindo resultados empresariais e contribuindo para a integração e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Todos os serviços e obras executadas, em execução, já garantiram uma sensível melhoria na infraestrutura rodoviária, fazendo parte de um programa de recuperação que a malha rodoviária paranaense, em toda a sua existência, jamais experimentou.

Pelo modelo adotado, a cobrança de pedágio não só retorna em benefícios para quem utiliza as rodovias como também agrega valor econômico aos municípios localizados ao longo dos trechos concessão, através do recolhimento de tributos. Isso significa mais investimentos nas áreas sociais, mais saúde, mais segurança, educação e habitação e consequentemente mais qualidade de vida.

### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Desde que assumiu a administração e operação das principais rodovias do Paraná, os desafios constantes da Rodonorte têm sido de prestar serviço público de qualidade, reduzir os índices de acidentes automobilísticos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Com esta preocupação, os níveis de acidentes foram reduzidos nas rodovias de 1.120 em 1999 para 903 em 2000 e, principalmente, reduzir o número de vítimas, que foi de 2.083 em 1999 para 1.652 em 2000 (redução de 20%).

Assim como a questão da segurança que é uma preocupação prioritária, o respeito ao meio ambiente e o direito à cidadania levam a companhia a desenvolver importantes programas nessas áreas dando um verdadeiro exemplo de empresa cidadã e de integração com a comunidade onde atua.

### - Programa de Atendimento ao Caminhoneiro

O projeto foi criado para apoiar a segurança do caminhoneiro em uma área essencial: a saúde. Oferece orientações e uma série de serviços médicos gratuitos: consultas clínicas, exames (diabetes, colesterol, triglicérides, eletrocardiograma), avaliação visual, verificação da pressão arterial, medição da massa corporal, além de gabinete odontológico para tratamento preventivo e emergencial e Oficina do Sexo Seguro, com palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e distribuição de preservativos.

### Reconhecimento Intermunicipal

Com o Programa, a Rodonorte recebeu o prêmio "Inovação em Rodovias Pedagiadas", da Associação Internacional de Pontes, Túneis e Auto-Estradas (IBTTA). Foi a primeira vez que uma empresa nacional recebeu a premiação da entidade, que congrega organizações que administram rodovias no mundo inteiro.

### - Projeto "Vida na Estrada"

Campanhas educativas - realizadas sempre em conjunto com a Polícia Rodoviária Estadual - buscam alertar os motoristas sobre os perigos do excesso de velocidade e do desrespeito à sinalização.

### - Projeto "Sou 10 no Trânsito"

Mais de 12.000 alunos da rede pública de ensino estão envolvidos no Projeto "Sou 10 no Trânsito", criado pela Rodonorte, com o objetivo de despertar nas crianças a atenção e o respeito às leis de trânsito, visando a educação do pedestre e a formação dos motoristas do futuro. O projeto leva informações sobre educação no trânsito e respeito ao meio ambiente para alunos de 1ª a 4ª séries, das escolas da rede pública de ensino, em 13 municípios paranaenses.

### - Rede Verde - rodovias em harmonia com o meio ambiente

Com o projeto Rede Verde, a Rodonorte busca provocar uma mudança de atitude da comunidade em relação à questão ambiental, concentrada nas interações homem/natureza e indústria/sociedade/meio ambiente, através de ações voltadas à educação ambiental.

### - Plano de Prevenção a Acidentes com Cargas Perigosas

O Programa de Prevenção a Acidentes com Cargas Perigosas foi elaborado pela Rodonorte em conjunto com a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, com o objetivo de ampliar as condições de segurança das pessoas, das comunidades e do meio ambiente e de desenvolver através de ações voltadas para a prevenção de acidentes com materiais de risco.

### - SOS Natureza

A Rodonorte participa do Plano Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - PREVI-FOR, fazendo parte do Comitê Executivo do Plano. E através do Serviço de Assistência ao Usuário, disponibiliza veículos especiais para combate a focos de incêndio, além de manter equipes trabalhando diariamente na manutenção e monitoramento das áreas pertencentes à faixa de domínio.

### - Plante esta Ideia

Todos os anos, a Rodonorte, em conjunto com Instituto Ambiental do Paraná (IAP), realiza a Campanha Plante esta Ideia. Nas praças de pedágio, os motoristas recebem sementes e mudas de espécies nativas que embelazam ainda mais a já atraente paisagem da região, acompanhadas de cartão alusivo ao Dia da Árvore contendo todas as instruções sobre o correto plantio.

### - Associação ao Copati

Priorizando a valorização da qualidade de vida, através da busca permanente de alternativas de preservação ambiental, a Rodonorte associou-se ao Consórcio Intermunicipal de Proteção da Bacia do Rio Tibagi (Copati). E desde então, vem contribuindo com ações voltadas para a proteção e recuperação do ecossistema da Bacia do Rio Tibagi.

### SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

Nestes três anos de trabalho, foram muitas as conquistas da Rodonorte, entre as principais, estão a aprovação e a valorização, pelos usuários, das melhorias providenciadas e dos serviços implantados.

A constatação veio através de pesquisa de opinião, realizada em junho de 2000, com mais de 3.100 usuários. Foram ouvidos motoristas de caminhão, de veículos de passeio, passageiros e motoristas de ônibus que utilizam as rodovias pelo menos duas vezes por semana. Esses dados estatísticos (88%), revelaram a satisfação com os serviços realizados até agora. O índice mostra que os usuários reconhecem que a cobrança de tarifa é necessária para garantir a manutenção das melhorias, a continuidade dos investimentos em infraestrutura, a criação de novos benefícios e atendimento de primeira qualidade.

### ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Para manter o alto índice de satisfação, a Rodonorte conta com um total de 49 veículos que trafegam 24 horas por dia nas rodovias, realizando uma média de 450.000 km/mês. Esses veículos também em ambulâncias, guinchos, veículos de limpeza, de resgate e de apoio aos usuários.

Durante o ano de 2000, foram realizados 16.613 atendimentos, sendo 3.440 referentes a atendimentos médicos e 43.253 referentes a atendimentos mecânicos e a outros incidentes.

### Atendimentos Ano 2000

**Atendimentos mecânicos / incidentes**  
93%

**Atendimentos médicos** 7%

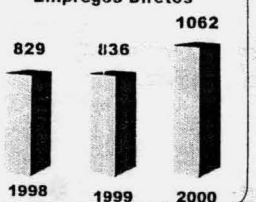
43.253

3.440

### GERAÇÃO DE EMPREGOS

A Rodonorte é uma das maiores empregadoras da região dos Campos Gerais - Paraná, oferecendo cerca de 4.500 empregos diretos e mais de 1.000 empregos indiretos, esses relacionados com a execução de obras e serviços nas rodovias e com a prestação de atendimentos aos usuários. Isso representa uma contribuição bastante valiosa para as comunidades onde atua. Uma região onde vivem mais 2,5 milhões de habitantes que abrange 17,5% da área do Estado e contribuindo com 32,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná.

### Empregos Diretos



### Empregos Indiretos



### RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

A atuação da Rodonorte está gerando muitos outros benefícios para as comunidades, através do recolhimento de impostos e tributos que reforçam os cofres dos municípios servidos pelas rodovias sob administração da Rodonorte.

Em 2000, o recolhimento desses tributos pela Rodonorte chegou a R\$ 9,4 milhões. Em 2001, os recolhimentos devem ultrapassar os R\$ 11,7 milhões.

Só de ISSQN, foram recolhidos R\$ 2,5 milhões no ano de 2000. A Rodonorte repassa aos municípios da sua área de abrangência uma alíquota mensal sobre a receita arrecadada, de acordo com os critérios estabelecidos por lei.

Por conta disso, municípios como Imbuí, Tibagi e Mauá da Serra comemoram aumentos nas suas receitas que vão de 400 a 1.700%. Em Orizânia e Balsa Nova o ISS do pedágio tem gerado recursos que chegam a equivaler até 33% do repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

### INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados nas rodovias em 2000, no total de R\$ 26,45 milhões, foram substancialmente superiores aos de 1999 (R\$ 6,114 milhões) e refletem a retomada do Projeto Eixo de Integração durante a redução das tarifas de pedágio, esses investimentos, associados aos já realizados em anos anteriores totalizam um montante de R\$ 150 milhões. Nos investimentos do ano 2000 destacamos 10 km de duplicações, 31,5 km de restaurações, 3 Centros de Apoio aos Usuários e 3 passarelas, além de diversas outras obras de correção e aumento da segurança nas pistas. Para 2001 estão previstas intervenções em outros 70 km de rodovia, que irão agregar mais conforto e segurança aos usuários.

### DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

O prejuízo operacional em 2000 foi da ordem de R\$ 1,457 milhão, reflexo dos meses em que permaneceu a redução da tarifa; dos altos gastos realizados após a sua readequação para colocar as pistas novamente em condições aceitáveis e dos valores de despesas financeiras devido ao alto grau de endividamento da empresa.

Em R\$ mil:

	2000	1999
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>93.586</b>	<b>57.036</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>(43.361)</b>	<b>(36.244)</b>
<b>Despesas Operacionais (Líquidas)</b>	<b>(51.683)</b>	<b>(100.158)</b>
<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(1.457)</b>	<b>(79.366)</b>

Em 31 de dezembro de 2000 o capital social da Companhia era de R\$ 49,478 milhões, composto por 889,582 milhões de ações, sendo 329,854 milhões de ações ordinárias (33,33%), 859,708 milhões de ações preferenciais (66,67%).

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras e parceiros pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores, pelo profissionalismo e dedicação em suas atividades.

### Parecer dos auditores independentes

19 de janeiro de 2001

Aos Administradores e Acionistas  
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

1 - Examinamos os balanços patrimoniais da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre estas demonstrações financeiras.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 - Em 31 de dezembro de 1999, a companhia apresentava créditos tributários diferidos de R\$ 2.425.980 produzidos pelo prejuízo fiscal de imposto de renda e pela base negativa para cálculo de contribuição social apurada no exercício de 1998. Em função do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela redução unilateral das tarifas de pedágio, não era procedente o seu registro contábil naquela data. Durante o exercício de 2000, como mencionado no parágrafo 5 abaixo e nota explicativa 4, foi superada a incerteza sobre a realização desse crédito.

4 - Somos de parecer que, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. Em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 e o resultado das operações, as mutações do passivo a descoberto e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

5 - Em 22 de março de 2000, a companhia firmou "termo aditivo ao contrato de concessão" com o Governo do Estado do Paraná, para ratificar o contrato de concessão descrito na nota explicativa 1, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro estipulado no contrato de concessão original e definir que qualquer alteração unilateral do contrato de concessão somente poderá ser efetivada com prévia autorização da União. Os acionistas, conforme mencionado na nota explicativa 1, asseguram os recursos necessários à continuidade das operações da companhia.

PricewaterhouseCoopers

Auditoria Independente

CRC 25P000160/O-5 Sº PR

Eduardo Correa - Sócio - Contador CRC 1RJ027760/O-8 Sº PR

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo e passivo a descoberto	2000	1999
<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	1.614.511	817.333
Aplicações financeiras	6.269.651	6.448.138
Contas a receber	4.892.103	4.892.103
Impostos a recuperar	1.191.212	1.339.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.151.401	-
Despesas pagas antecipadamente	906.552	1.044.688
Outras contas a receber	227.260	52.483
	17.072.690	9.702.435
Realizável a longo prazo	739.277	-
Depósitos judiciais	1.889.739	270.828
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.804.303	2.426.990
	29.433.319	2.697.818
<b>Permanente</b>		
Imobilizado	95.523.650	86.366.396
Diferido	6.828.893	9.533.193
	102.352.543	95.900.589
<b>Passivo a descoberto</b>		
Capital social	(49.478.139)	(49.478.139)
Prejuízos acumulados	(60.295.698)	(84.576.419)
	(109.773.837)	(134.054.558)
	10.817.559	35.098.280
	159.876.111	143.687.122
<b>Passivo</b>	<b>2000</b>	<b>1999</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores		
Empresas acionistas e ligadas	8.630.981	1.044.555
Outras	2.990.854	1.551.613
Empréstimos e financiamentos	140.470.890	135.690.738
Salários e encargos sociais	1.167.543	1.136.471
Impostos e contribuições a recolher	800.796	219.686
Premios de seguro a pagar	780.912	1.033.125
Demais contas a pagar	502.674	280.422
	165.344.650	140.956.508
Exigível a longo prazo	1.576.667	-
Provisão para contingências	35.302	-
Empréstimos e financiamentos	2.719.492	2.710.614
Contas a pagar a empresa ligada	4.331.461	2.710.614
	159.876.111	143.687.122

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

	2000	1999
<b>Receita Bruta de serviços</b>		
Receita Bruta	99.973.194	59.192.825
Deduções, principalmente PIS, COFINS e ISS	(6.386.775)	(2.156.727)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>93.586.419</b>	<b>57.036.098</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>(43.360.683)</b>	<b>(36.244.122)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>50.225.736</b>	<b>20.791.976</b>
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(21.608.099)	(12.294.834)
Despesas financeiras	(35.565.690)	(82.357.785)
Recargas financeiras	5.490.879	4.494.831
	(51.682.910)	(100.157.688)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(1.457.374)</b>	<b>(79.365.722)</b>
<b>Receitas não operacionais, líquidas</b>	<b>175.937</b>	<b>234.219</b>
<b>Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda diferidos</b>	<b>(1.280.437)</b>	<b>(79.131.473)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>6.432.952</b>	-
<b>Imposto de renda</b>	<b>20.096.762</b>	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>25.249.277</b>	<b>(79.131.473)</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações de capital integralizado</b>	<b>25,51</b>	<b>(79,90)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Rodonorte - Sua melhor companhia nas estradas.**

### Demonstração das mutações do passivo a descoberto / patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 1999</b>	<b>10.478.131</b>	<b>(5.444.946)</b>	<b>5.033.185</b>
Integralização de capital:			
em 17 de setembro	9.000.008	-	9.000.008
em 27 de setembro	30.000.000	-	30.000.000
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(79.131.473)</b>	<b>(79.131.473)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 1999</b>	<b>49.478.139</b>	<b>(84.576.419)</b>	<b>(35.098.280)</b>
Ajustes de exercícios anteriores:			
nota explicativa 7	-	(968.556)	(968.556)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>25.249.277</b>	<b>25.249.277</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2000</b>	<b>49.478.139</b>	<b>(60.295.698)</b>	<b>(10.817.559)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das origens e aplicações de recursos

	2000	1999
<b>Origens dos recursos</b>		
<b>Nas operações sociais</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício / período	25.249.277	(79.131.473)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.378.313)	-
Aumento do exigível a longo prazo	1.238.871	-
Juros do exigível a longo prazo	348.674	-
Depreciação e amortização	18.836.439	17.260.727
Receita de adiantamento para imobilização	-	2.195.514
Valor residual do ativo permanente baixado	1.430.534	65.785
	22.723.482	(59.609.447)
<b>Recursos utilizados na operação</b>		<b>59.609.447</b>
<b>Das acionistas</b>		
Integralizações de capital	-	39.000.008
<b>De terceiros</b>		
Ingresso de recursos no exigível a longo prazo	35.302	2.710.614
<b>Total dos recursos obtidos</b>	<b>22.758.784</b>	<b>41.710.622</b>
<b>Aplicações de recursos</b>		
<b>Recursos utilizados na operação</b>		<b>59.609.447</b>
No realizável a longo prazo	-	-
Depósitos judiciais	1.818.911	270.828
Impostos a recuperar	739.277	-
No ativo imobilizado	26.449.927	6.114.486
Ajustes de exercícios anteriores	968.556	-
<b>Total das aplicações</b>	<b>29.776.671</b>	<b>65.994.761</b>
<b>Redução no capital circulante</b>	<b>(7.017.887)</b>	<b>(24.284.139)</b>
<b>Variações no capital circulante</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
No fim do exercício	17.072.690	9.702.435
No início do exercício	9.702.435	9.676.554
	7.370.255	25.881
<b>Passivo circulante</b>		
No fim do exercício	155.344.650	140.956.508
No início do exercício	140.956.506	116.244.458
	14.388.142	24.712.050
<b>Redução no capital circulante</b>	<b>(7.017.887)</b>	<b>(24.284.139)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A.



## Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 e parecer dos auditores independentes

### 2 - Principais diretrizes contábeis

#### (a) - Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e nas normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### (b) - Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. As despesas pagas antecipadamente são apresentadas ao custo. Os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão registrados em função da expectativa de sua recuperação nos próximos 8 exercícios.

#### (c) - Permanência

O imobilizado e o diferido estão demonstrados pelos valores de custo, combinado com os seguintes aspectos:

- a depreciação do imobilizado é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 5, de acordo com a estimativa de vida útil-econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão. Atendendo a Deliberação 193 da CVM, os encargos financeiros incidentes sobre financiamentos diretamente ou indiretamente vinculados a obras em andamento, no ativo imobilizado, são adicionados às obras para futura depreciação. A depreciação das "obras executadas" é computada com base na vida útil-econômica estimada pela empresa Engenfo - Engenharia e Aerolevantamentos S.A. em laudo específico.

- a amortização do diferido está sendo registrada em 5 anos, a partir do início da cobrança de pedágio em junho de 1998.

#### (d) - Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

### 3 - Aplicações financeiras

	2.000	1999
Fundos de investimento de renda fixa	2.008.736	2.582.553
LFT	624.902	2.188.423
"Export Notes"		1.509.304
CDB, com remuneração de CDI	3.643.796	151.741
Outros	12.217	16.117
	<b>6.289.651</b>	<b>6.448.138</b>

CDB - Certificado de Depósito Bancário

CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro

LFT - Letra Financeira do Tesouro

### 4 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

A assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, mencionado na nota explicativa 1, consolidou as projeções de rentabilidade futura da companhia e com base nessas projeções foram registrados, no exercício de 2000, os créditos fiscais imprescritíveis produzidos pelos prejuízos fiscais para fins de apuração do imposto de renda, pela base negativa de contribuição social e pelas diferenças temporárias, que em 31 de dezembro de 2000 totalizavam R\$ 26.955.704 (31 de dezembro de 1999 - R\$ 2.425.980). Esses créditos estão apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo considerando a sua expectativa de realização, de acordo com o limite para compensação anual previsto na legislação vigente.

### 5 - Imobilizado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 (Expressas em reais)

	2000		1999		Taxa anual de depreciação %
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Obras executadas	104.597.932	(32.756.664)	71.841.268	75.760.789	4,16 a 50
Tratamento ambiental	1.469.652	(167.301)	1.302.351	1.201.044	4,16
Equipamentos de informática e softwares	7.547.191	(3.166.669)	4.380.522	5.467.898	20
Máquinas e equipamentos	1.493.234	(581.300)	911.934	1.030.334	10 a 20
Veículos	2.967.052	(985.805)	1.981.247	1.818.707	20
Móveis e utensílios	724.635	(156.891)	567.744	555.929	10
Obras em andamento	14.303.911		14.303.911	839.068	
Outros	270.914	(36.241)	234.673	182.829	10
	<b>133.374.521</b>	<b>(37.890.871)</b>	<b>95.523.650</b>	<b>86.636.396</b>	

As obras executadas incluem R\$ 53.830.351 de "trabalhos iniciais" referentes às obras emergenciais, recuperação do pavimento asfáltico e da base da rodovia, recuperação dos acostamentos, limpeza da faixa de domínio, recuperação das obras de arte (pontes, viadutos e outras), construção de 3ª faixa em pontos críticos, sinalização horizontal e vertical, entre outros - para melhoria geral das rodovias principais necessárias para o começo da cobrança de pedágio, além dos gastos com a construção das praças de pedágio, edificações de apoio e restauração de rodovias.

### 6 - Diferido

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 (Expressas em reais)

	2000	1999
Estudos e projetos preliminares	1.753.200	1.753.200
Despesas (receitas) pré-operacionais		
Pessoal	3.127.948	3.127.948
Gerais e administrativas	4.386.170	4.386.170
Seguros	1.120.806	1.120.806
Despesas financeiras	4.248.295	4.248.295
Receitas financeiras	(1.055.088)	(1.055.088)
	<b>13.579.351</b>	<b>13.579.351</b>
(-) Amortização acumulada	(6.750.458)	(4.046.158)
	<b>6.828.893</b>	<b>9.533.193</b>

### 7 - Operações com partes relacionadas - empresas acionistas e ligadas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 (Expressas em reais)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Imobilizado	Diferido	Circulante	Exigível longo prazo	Despesas (receitas) financeiras	Despesas gerais e administrativas
	Obras executadas	Estudos e projetos preliminares	Fornecedores	Contas a pagar		
<b>Em 31 de dezembro de 2000</b>						
<b>Empresas acionistas</b>						
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos	291.667		89.403		89.403	148.991
Companhia de Concessões Rodoviárias			345.584			1.397.049
<b>Empresas ligadas</b>						
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	875.000		1.056.818		274.041	
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	875.000		1.056.818		274.041	546.732
Consórcio Construtor Via Norte	78.737.813					
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	875.000	710.782	1.056.818		274.041	
Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.	303.751		106.222		106.222	177.018
J. Malucelli Ltda.						
J. Malucelli Construtora de Obras	479.992		89.403	2.719.492	89.403	148.991
Consórcio Operador Parques			1.935.206			
Consórcio Construtor Parques	6.435.830		2.884.729			
Camargo Corrêa Transportes S.A.						546.732
OSI Participações S.A.						546.732
	<b>88.874.053</b>	<b>710.782</b>	<b>8.630.961</b>	<b>2.719.492</b>	<b>1.107.151</b>	<b>3.512.245</b>
<b>Em 31 de dezembro de 1999</b>						
<b>Empresas acionistas</b>						
Camargo Corrêa Transportes S.A.			122.208			294.038
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos	291.667				1.937.393	
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	875.000		97.185			294.038
Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.	291.667					
<b>Empresas ligadas</b>						
Camargo Corrêa S.A.	875.000					
Consórcio Construtor Via Norte	75.573.742		727.977		(1.993.500)	
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	875.000	710.782				
J. Malucelli Ltda.	479.992					
J. Malucelli Construtora de Obras				2.710.614	599.806	
Odebrecht Serviços de Infra-estrutura S.A.			97.185			294.038
	<b>79.262.068</b>	<b>710.782</b>	<b>1.044.555</b>	<b>2.710.614</b>	<b>543.699</b>	<b>882.114</b>

Os valores contratados com as empresas acionistas e ligadas para execução de obras executadas correspondem a valores previstos no contrato de concessão, aprovados previamente pelo DER/PR. Em 30 de setembro de 1999, em função de discussão com o Consórcio Construtor Via Norte - CCVN sobre a não aceitação de obras iniciais, a companhia estomou contas a pagar à CCVN de R\$ 5.459.153, refletindo essa cifra, na rubrica de receitas financeiras, no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 1999, complementou sua decisão e baixou do ativo imobilizado o valor residual contábil dessas obras e a diferença líquida de R\$2.915.856, foi acrescida no resultado financeiro do exercício de 1999.

Em junho de 2000, a companhia formalizou acordo com o CCVN aceitando as obras iniciais acima e sua correspondente contas a pagar de R\$3.164.071, atualizada monetariamente com a variação da tarifa de pedágio. A depreciação acumulada dessas benfeitorias computada até 31 de dezembro de 1999, de R\$ 968.556, foi registrada diretamente no patrimônio líquido, sob ajustes de exercícios anteriores.

### 8 - Empréstimos e financiamentos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 (Expressas em reais)

	Encargos vigentes	Vencimento	2000	1999
<b>Capital de giro</b>				
Banco Alfa S.A.	CDI+1% a.a.	Março/2001	26.190.923	
Banco BBA Creditanstalt S.A.	CDI+1,55% a.a.	Fevereiro/2001	24.273.211	
Banco Bandeirantes S.A.	CDI+3,75% a.a.	Julho/2000		24.929.876
Banco Bradesco S.A.	CDI+0,3% a.m.	Setembro/2000		20.145.358
	107,5% CDI	Março/2001	20.075.107	
	105% CDI	Setembro/2000		20.129.422
Banco Itaú S.A.	CDI+1% a.a.	Fevereiro/2001	15.688.136	
Banco Santander Brasil S.A.	CDI+1% a.a.	Março/2001	9.383.871	
	VC+12,9% a.a.	Março/2001	38.867.388	
	104% CDI+4% a.a.	Setembro/2000		9.733.871
Banco Real S.A.	123,65% CDI a.a.	Março/2000		35.082.527
Banco Volkswagen S.A.	TJLP+12% a.a.	Agosto/2004	61.845	
Dresdner Bank Brasil S.A.	CDI+3% a.a.	Março/2001	6.087.593	
	103,7% CDI a.a.	Setembro/2000		26.820.062
			<b>140.617.874</b>	<b>136.621.114</b>
<b>Encargos financeiros pré-fixados a apropriar</b>			<b>(111.682)</b>	<b>(930.378)</b>
<b>(-) Parcela exigível a longo prazo</b>			<b>(35.302)</b>	
			<b>140.470.890</b>	<b>135.690.736</b>

CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro

VC - Variação cambial do real em relação ao dólar norte-americano

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão apresentados considerando as reduções de encargos obtidas com operações de trocas de encargos ("swap") contratadas.

Os empréstimos acima são garantidos por aval de empresas acionistas e ligadas.

A administração está conduzindo negociações para reestruturar o perfil dos empréstimos contratados, objetivando o alongamento de seus vencimentos. Esses estudos incluem a captação de recursos com instituições de fomento da atividade econômica e a emissão de títulos privados.

### 9 - Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 está representado por 989.562.787 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 329.854.285 ações ordinárias e 659.708.532 ações preferenciais.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações em assembleia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto em assembleia geral, contudo gozam de: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo de 1% sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito e integralizado pelo número de ações emitidas à data da decisão de distribuição e b) prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de dissolução da companhia.

O capital integralizado deverá corresponder, em 31 de dezembro de cada ano e até o término do contrato de concessão, a pelo menos 10% do total dos investimentos realizados pela concessionária nos exercícios anteriores e a realizar no exercício subsequente.

As titulares de ações serão atribuído um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos de legislação societária vigente.

### 10 - Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2000, atendendo às disposições contratuais, a companhia mantinha cobertura de seguros de R\$ 263.430.854 (I) R\$ (1999 - R\$ 116.867.346), denominada seguro garantia, dado em caução ao DER/PR, calculado na base de 5% do valor estimado da arrecadação bruta e destinado a cobrir eventual não pagamento de multas que forem aplicadas à concessionária pela inexecução total ou parcial das obras vinculadas à concessão nos prazos previstos e (II) de R\$ 708.868.000 (1999 - R\$ 708.868.000), denominada riscos gerais, destinado a cobertura de danos materiais, responsabilidade civil e lucros cessantes. O prêmio total anual dessas apólices é de R\$ 930.383 (1999 - R\$ 1.028.293).

A despesa com o prêmio total é apropriada linearmente em 12 meses e o saldo a apropriar, no total de

R\$ 824.848 (1999 - R\$ 986.896), está apresentado sob a rubrica "despesas pagas antecipadamente", no ativo circulante e o saldo a pagar, de R\$ 780.912 (1999 - R\$ 1.033.125) está apresentado sob a rubrica "prêmios de seguros a pagar", no passivo circulante.

### 11 - Instrumentos financeiros

A companhia contratou operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir riscos com as flutuações nas taxas de encargos financeiros, apresentado pelo seu valor de mercado na nota explicativa 8.

O valor contábil das aplicações financeiras equivale aproximadamente ao seu valor de mercado.

### 12 - Fluxo de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000 e de 1999. (Expressas em reais)

	2000	1999
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) do exercício	25.249.277	(79.131.473)
Depreciação e amortização	18.836.439	17.260.727
Despesas financeiras líquidas	30.074.811	87.863.164
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.529.714)	
Baixa de adiantamento para imobilização		2.195.514
Ajuste de exercícios anteriores	(968.556)	
<b>(Aumento) redução em:</b>		
Contas a receber	(4.692.103)	
Impostos a recuperar	(590.896)	(1.215.922)
Depósitos judiciais	(1.618.911)	(270.828)
Outros ativos	(36.441)	1.048.140
Fornecedores	9.025.667	(25.912.587)
Salários e encargos	31.072	234.575
Impostos e contribuições a recolher	2.157.877	88.243
Demais passivos	(21.083)	2.026.486
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>50.917.439</b>	<b>4.186.039</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento pela venda de imobilizado	1.430.534	65.785
Pagamento pela compra de imobilizado	(26.449.927)	(6.114.486)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(25.019.393)</b>	<b>(6.048.701)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	100.708.368	277.797.740
Amortização de empréstimo	(125.967.723)	(315.075.987)
Integralização de capital		39.000.008
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(25.259.355)</b>	<b>1.720.761</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>838.691</b>	<b>(141.901)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>7.265.471</b>	<b>7.407.372</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>7.904.162</b>	<b>7.265.471</b>

Maurício Soares Vasconcellos

Diretor Presidente

Silvio Rogério Marchiori

Diretor Financeiro - Administrativo

Francisco Geraldo Gernek Madalosso

Diretor de Operações

José Lahyr Tostes de Oliveira

Diretor de Engenharia

Luiz Henrique Casari

Controlador CRC/SP 132.135/O-8 T-PR



**Rodonorte - Sua melhor companhia nas estradas.**



## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

ATIVO	2002		PASSIVO	2002	
	R\$ mil	R\$ mil		R\$ mil	R\$ mil
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	3.655	2.329	Fornecedores		
Aplicações financeiras	2.827	439	Empresas acionistas e ligadas	11.739	22.290
Contas a receber	3.116	3.053	Outros	1.978	2.496
Impostos a recuperar	4.455	3.830	Empréstimos e financiamentos	32.713	1.956
Despesas pagas antecipadamente	1.913	1.323	Salários e encargos sociais	1.047	1.107
Outras contas a receber	292	838	Impostos e contribuições a pagar	997	1.442
<b>Total do circulante</b>	<b>16.260</b>	<b>12.412</b>	<b>Total do circulante</b>	<b>49.655</b>	<b>31.096</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>Exigível a longo prazo</b>		
Despesas pagas antecipadamente	4.304	5.454	Provisão para contingências	5.130	3.532
Impostos a recuperar		739	Empréstimos e financiamentos	247.013	176.168
Depósitos judiciais	6.033	4.339	<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>252.143</b>	<b>179.700</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.956	28.956	<b>Patrimônio líquido</b>		
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>39.293</b>	<b>39.485</b>	Capital social subscrito	107.480	82.480
<b>Permanente</b>			Prejuízos acumulados	(70.105)	(57.741)
Imobilizado	282.365	179.513	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>37.375</b>	<b>24.739</b>
Diferido	1.425	4.122	<b>Total</b>	<b>339.373</b>	<b>235.535</b>
<b>Total do permanente</b>	<b>283.820</b>	<b>183.635</b>			
<b>Total</b>	<b>339.373</b>	<b>235.535</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Concessionária foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do Lote nº 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de cerca de 500 quilômetros, mediante outorga de pedágio, inclusive a prestação de serviços de socorro médico, serviço de guincho e a reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, que poderá ser prorrogado. O Lote nº 5 é constituído pelas Rodovias: (i) BR-376, entre Avaré e São Luis do Paraná, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luis do Paraná e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguaquã e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acesso a essas rodovias. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cujo cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustado anualmente, tendo como base o Índice de Preços do Consumidor (IPC) de Curitiba. O contrato de concessão prevê a obrigação de realização de investimentos conforme descrito na nota explicativa nº 13, comprometidos vinculados à concessão, assim como o pagamento de tributos de fiscalização e de resgateamento da poluição rodoviária do Estado do Paraná. A empresa concluiu negociações para reestruturar o perfil dos empréstimos contratuados obtendo o alongamento de seus vencimentos através da emissão de debêntures no valor nominal de R\$ 95 milhões. Também, foi obtido financiamento junto ao BNDES que liberou até 31 de dezembro de 2002 o montante de R\$ 145 milhões como parte do crédito acordado no valor total de R\$ 169 milhões, conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - (a) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira e as normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e conforme as práticas contábeis descritas abaixo. (b) Aplicações financeiras - São demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - Os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e provisões temporárias estão registrados em função da expectativa de sua recuperação nos próximos 5 exercícios, conforme mencionado na nota explicativa nº 5. (d) Imobilizado - Está demonstrado pelo valor de custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, as taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6, de acordo com a estimativa de vida útil econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação das "obras executadas" é calculada com base na vida útil econômica estimada por empresa especializada em laudo específico. (e) Diferido - Refere-se a estudos e projetos preliminares e despesas e receitas pré-operacionais. A amortização está sendo registrada em 5 anos, a partir do início da cobrança de pedágio em junho de 1998. (f) Passivo circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores concedidos ou calculados, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. (g) Demonstração do resultado - O resultado é apurado pelo regime da competência.

## 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
Fundos de investimento de renda fixa	2.827	339
Outras	2.827	439

4. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE - As debêntures, emitidas com data de 1 de maio de 2001, foram integralmente subscritas e integralizadas em 14 de novembro com deságio de 4,68%. O deságio, assim como a comissão de colocação desses títulos, foi registrado nessa mesma data como despesas pagas antecipadamente, devendo ser amortizadas de forma linear até 1 de maio de 2010, data de resgate.

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal acumulado, base negativa de contribuição social e provisões temporárias. O ativo fiscal diferido totaliza R\$ 28.956 mil. A utilização desse crédito está limitada a 30% do lucro tributável gerado anualmente, sem prazo de prescrição. A Concessionária, com base em suas projeções de rentabilidade futura, estima que será capaz de gerar tais lucros tributáveis nos próximos 5 exercícios. A realização desse crédito tributário é realizada anualmente pela Administração da Concessão. A origem do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social acumulados até 31 de dezembro de 2001 e decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (a) prejuízo operacional decorrente da Concessionária - Perda cambial nos empréstimos em moeda estrangeira decorrente da desvalorização do real ocorrida em fevereiro de 1999 e períodos subsequentes; (b) redução unilateral pelo Governo do Estado do Paraná das tarifas de pedágio em 50% no período de 20 de julho de 1998 a 20 de março de 2000; (c) rescisão dos impostos; (d) a despesa de imposto de renda e contribuição social está reconhecida com a alíquota de imposto, conforme demonstrado abaixo:

	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(12.364)	3.736
Taxa estatutária do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	4.203	(1.270)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Benefício de impostos diferidos não registrado	(4.203)	-
Outros	-	89
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	-	(1.181)

## 6. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - EMPRESAS ACIONISTAS E LIGADAS

Em 31 de dezembro de 2002

	Ativo Imobilizado	Passivo circulante	Resultado
	Obras executadas no período	Dívidas c/ pessoas ligadas	Despesas gerais e administrativas
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Empresas acionistas</b>			
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos	97	-	-
Companhia de Concessões Rodoviárias	396	-	2.250
<b>Empresas ligadas</b>			
Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	1.142	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	1.142	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	-	1.142	-
Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.	-	115	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	97	-
Constrótor Construtor Parques	128.783	4.139	-
Constrótor Operador Parques	-	3.409	38.271
	128.783	11.739	38.271

Em 31 de dezembro de 2001

	Ativo Imobilizado	Passivo circulante	Resultado
	Obras executadas no período	Dívidas c/ pessoas ligadas	Despesas gerais e administrativas
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Empresas acionistas</b>			
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos	-	97	-
Companhia de Concessões Rodoviárias	-	396	2.250
<b>Empresas ligadas</b>			
Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	1.142	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	-	1.142	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	-	1.142	-
Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.	-	115	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	97	-
Constrótor Construtor Parques	95.441	14.426	-
Constrótor Operador Parques	-	3.742	38.009
	95.441	22.290	38.009

Os valores contratados com as empresas acionistas e ligadas para execução de obras nas rodovias correspondem a valores previstos no contrato de concessão, aprovados previamente pelo DER/PR. A Concessionária contratou o Consórcio Operador Parques, parte relacionada, para a prestação de serviços de operação nas rodovias objeto do contrato de concessão. Em 2001, os valores pagos e a pagar decorrentes desses serviços totalizam R\$ 38.271 mil (R\$ 38.009 mil em 2001) e R\$ 3.742 mil (R\$ 3.742 mil em 2001), respectivamente. As obras de ampliação e melhoria das rodovias administradas pela Concessionária são efetuadas pelo Consórcio Construtor Parques. Em 2002, os valores pagos e a pagar decorrentes das obras totalizaram R\$ 128.783 mil (R\$ 95.441 mil em 2001) e R\$ 4.139 mil (R\$ 14.426 mil em 2001), respectivamente.

## 7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de juros	Pagamentos até	2002
<b>Em moeda nacional</b>			
Boa Volkswagen S.A.	T.J.P. + 12% a.a.	Agosto/2004	10
BNDES	5% a.a. + T.J.P.	Nov/2010	1.666
Debêntures	11% a.a. + IGP	Mar/2010	30.463
Encargos financeiros a apropriar	-	-	-
<b>Total</b>			32.139
<b>Em moeda estrangeira</b>			
BNDES	5% a.a. + v.cambial	Jan/2011	574
<b>Total</b>			32.713

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001

	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
<b>Receita bruta de serviços</b>	<b>156.329</b>	<b>139.311</b>
Deduções	(13.292)	(11.767)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>143.037</b>	<b>127.544</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		
Depreciação e amortização	(31.412)	(23.033)
Serviços de terceiros	(38.271)	(38.009)
Serviços próprios	(5.836)	(5.444)
<b>Total</b>	<b>(75.519)</b>	<b>(66.486)</b>
<b>Lucro bruto (despesa) operacional</b>	<b>67.518</b>	<b>61.058</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Despesas gerais e administrativas	(18.063)	(18.798)
Encargos sobre empréstimos	(26.009)	(23.371)
Variações monetárias e cambiais	(34.228)	(20.737)
Demais encargos financeiros	(2.967)	(3.457)
<b>Total</b>	<b>(79.267)</b>	<b>(66.363)</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>(11.750)</b>	<b>3.695</b>
<b>Receitas (despesas) não operacionais</b>	<b>(403)</b>	<b>120</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(12.364)</b>	<b>3.736</b>
Imposto de renda	(943)	-
Contribuição social	(239)	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(12.364)</b>	<b>2.555</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício por lote de mil ações do capital social integralizado - em reais</b>	<b>(5,75)</b>	<b>1,55</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Saldos em 31.12.2000</b>	<b>49.478</b>	<b>(60.296)</b>	<b>(10.818)</b>
Integralização de capital	33.002	-	33.002
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>2.555</b>	<b>2.555</b>
<b>Saldos em 31.12.2001</b>	<b>82.480</b>	<b>(57.741)</b>	<b>24.739</b>
Integralização de capital	25.000	-	25.000
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(12.364)</b>	<b>(12.364)</b>
<b>Saldos em 31.12.2002</b>	<b>107.480</b>	<b>(70.105)</b>	<b>37.375</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2002, têm os vencimentos nos seguintes anos:

	2002
	R\$ mil
2004	32.865
2005	35.947
2006	35.947
2007	35.947
2008	35.947
Após 2008	70.360
<b>Total</b>	<b>247.013</b>

Debêntures - Em 14 de novembro de 2001 foram integralizadas debêntures no valor total de R\$ 95.170 mil com data de emissão de 1 de maio de 2001 e valor nominal de R\$ 65.000 mil, representada por 340 debêntures de série única totalmente subscritas. Tais debêntures foram subscritas e integralizadas com um deságio de 4,98%, registrado em despesas pagas antecipadamente. O prazo das debêntures é de 9 anos, com vencimento em 1 de maio de 2010, com atualização pela variação do IGP mais juros de 11% ao ano pagos anualmente desde 1 de maio de 2002. O valor de principal atualizado será amortizado, também anualmente, a partir de 1 de maio de 2004 até 1 de maio de 2010, totalizando 7 parcelas. Entre o 3º e 7º mês a contar da data de emissão das debêntures, os debênturistas terão a opção de venda contra o BNDES, pelo valor nominal atualizado e não amortizado das debêntures, acrescido da remuneração calculada de forma pro-rata temporária desde a data da última amortização do principal até a data da aquisição das debêntures pelo BNDES. A Concessionária tem o direito de resgate, parcial ou total, das debêntures a partir do 36º mês após a data de emissão das debêntures, pelo seu valor nominal não amortizado e atualizado, mediante publicação de aviso aos debênturistas com antecedência de 15 dias.

Financiamento BNDES - Em 1 de novembro de 2001 foi firmado contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES subdividido entre os subcréditos A (R\$ 16.930 mil) e B (R\$ 182.371 mil), totalizando R\$ 199.301 mil. Desse total, foram liberados R\$ 14.981 mil (R\$ 8.331 mil em 2001) do subcrédito A, com juros de 5% ao ano mais variação de uma cesta de moedas variável sobre os recursos captados pelo BNDES, e R\$ 130.133 mil (R\$ 71.337 mil em 2001) do subcrédito B, com juros de 5% ao ano mais atualização pela T.J.P. - Taxa de Juros de Longo Prazo. Os juros estão sendo liquidados trimestralmente de janeiro de 2002 a fevereiro de 2004, e mensalmente a partir de então. O principal deverá ser liquidado em 84 prestações mensais a partir de dezembro de 2003 (subcrédito B) e de fevereiro de 2004 (subcrédito A), até janeiro de 2011. Tais financiamentos (debêntures e BNDES) têm garantias diversas, sendo as principais: (a) caução das ações emitidas pela Rodonorte representativa de 59,99% de sua capital social; (b) caução e cessão dos direitos do Contrato de Concessão; e (c) cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro.

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Exposição a riscos cambiais - A Concessionária utiliza empréstimos e financiamentos de longo prazo para o financiamento dos projetos de melhorias, cujo montante em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 247.013 mil (R\$ 199.301 mil em 2001). Tais financiamentos (debêntures e BNDES) têm garantias diversas, sendo as principais: (a) caução das ações emitidas pela Rodonorte representativa de 59,99% de sua capital social; (b) caução e cessão dos direitos do Contrato de Concessão; e (c) cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro.

(b) Concentração de risco de crédito - Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitem a empresa a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras. A Concessionária mantém suas aplicações financeiras com instituições financeiras de qualidade.

(c) Valor do mercado de instrumentos financeiros - Os valores contábeis não diferem dos valores de mercado dos instrumentos financeiros da Concessionária. Esses instrumentos estão demonstrados a seguir:

	2002	2001
	Valor Contábil	Valor de Mercado
	R\$ mil	R\$ mil
Caixa e equivalentes a caixa	3.655	3.655
Aplicações financeiras	2.827	2.827
Empréstimos e financiamentos	279.726	279.726
<b>Total</b>	<b>286.208</b>	<b>286.208</b>

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos, e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: (a) Caixa e bancos, aplicações financeiras e conta reserva - os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. (b) Empréstimos e financiamentos - O método de mensuração do valor de mercado foi baseado na expectativa de liquidação a as taxas de mercado vigentes na data do balanço.

11. CAPITAL SOCIAL - O capital social é representado por 2.149.600.000 (2.149.000.000 em 2001) ações nominativas ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. Em 2002 foi integralizado capital no montante de R\$ 25.000 mil, aumentando o capital social para R\$ 107.480 mil (R\$ 82.480 mil em 2001). As titulares de ações são obrigadas a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária vigente.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - A Concessionária vem discutindo determinadas questões fiscais, trabalhistas e civis, tendo sido administrativamente com o judicial, entre as quais, questões aplicáveis às impugnações por danos judiciais. Dentre essas questões, destacam-se o questionamento do adicional de 1% da Cofins e a do Pis sobre receitas financeiras, os quais vêm sendo provisionados e depositados judicialmente, cujo montante de provisão em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 5.130 mil (R\$ 3.532 mil em 2001). Quanto às demais questões discutidas, a administração da Concessionária, com base na posição de seus assessores jurídicos, as julga como de remota possibilidade de perda e, portanto, não efetuou provisão para as mesmas.

13. COMPROMISSOS VINCULADOS À CONCESSÃO - Além das obrigações com o poder concedente, a Concessionária possui diversos compromissos vinculados a obras de melhorias e de extensão das rodovias. Em 31 de dezembro de 2002, esses compromissos estão estimados em R\$ 1.048.291 mil (R\$ 1.129.394 mil em 2001).

Detes-base

2003 77.126  
2004 13.319  
2005 52.836  
2006 3.371  
2007 37.408  
2008 75.889  
Demais anos 782.772  
Total 1.048.291

## Demonstrações das origens e aplicações dos recursos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001

	2002	2001
	R\$ mil	R\$ mil
<b>Origem de recursos</b>		
Das operações sociais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(12.364)	2.555
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Provisão para contingências	1.598	1.955
Encargos do exígível a longo prazo	-	93
Variação monetária de longo prazo	7.881	295
Depreciação e amortização	34.685	26.350
Valor residual do ativo permanente baixado	2.792	32
Amortização de despesas antecipadas de longo prazo	1.150	-
<b>Total</b>	<b>35.742</b>	<b>31.280</b>
Redução do realizável a longo prazo	739	-
Das acionistas - integralizações de capital	25.000	33.002
De terceiros - ingresso de empréstimos e financiamentos	65.425	175.838
<b>Total das origens</b>	<b>126.906</b>	<b>240.120</b>
<b>Aplicação de recursos</b>		
Redução do exigível a longo prazo	2.461	2.812
Aumento do realizável a longo prazo	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	5.454
Depósitos judiciais	1.694	2.449
<b>Total</b>	<b>1.694</b>	<b>7.903</b>

No ativo permanente

Imobilizado 137.662 107.664

Total das aplicações 141.617 118.379

Aumento (redução) no capital circulante (14.911) 121.741

Representado por:

Ativo circulante:

No fim do exercício 16.260 12.412

No início do exercício 2.896 14.921

Aumento (diminuição) do ativo circulante 13.364 (2.509)

Passivo circulante:

No fim do exercício 49.655 31.096

No início do exercício 31.096 155.346

Aumento (diminuição) do passivo circulante 18.559 (124.250)

Aumento (redução) no capital circulante (14.911) 121.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2002, têm os vencimentos nos seguintes anos:

	2002
	R\$ mil
2004	32.865
2005	35.947
2006	35.947
2007	35.947
2008	35.947
Após 2008	70.360
<b>Total</b>	<b>247.013</b>



→ continuação



## Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.221.531/0001-30

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos  
para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002  
(Expressas em milhares de reais - R\$)

Origens de Recursos	2003	2002
<b>Das operações:</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(1.070)	(12.364)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:</b>		
Provisão para contingências	1.894	1.598
Variação monetária e cambial de longo prazo	8.570	7.881
Depreciação e amortização	45.546	34.685
Valor residual do ativo permanente baixado	144	2.792
Total das operações	55.084	34.592
<b>De acionistas</b>		
Integralizações de capital	-	25.000
<b>De terceiros</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	25.965	65.425
Redução do realizável a longo prazo	-	739
Total das origens	81.049	125.756
<b>Aplicações de Recursos</b>		
Aumento do ativo imobilizado	91.840	137.662
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	10.408	2.461
Aumento do realizável a longo prazo	3.160	544
Total das aplicações	105.408	140.667
<b>Aumento da Deficiência de Capital Circulante Líquido</b>	<b>(24.359)</b>	<b>(14.911)</b>
<b>Representado por:</b>		
<b>Ativo Circulante:</b>		
No fim do exercício	19.111	16.260
No início do exercício	16.260	12.412
Aumento do ativo circulante	2.851	3.848
<b>Passivo Circulante:</b>		
No fim do exercício	77.065	49.855
No início do exercício	49.855	31.096
Aumento do passivo circulante	27.210	18.759
<b>Aumento da Deficiência de Capital Circulante Líquido</b>	<b>(24.359)</b>	<b>(14.911)</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional:** A Concessionária foi constituída em 03 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do Lote nº 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de cerca de 560 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive a prestação de serviços de socorro médico, serviços de guincho e rebocagem de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos. O Lote nº 5 é constituído pelas Rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro. O contrato de concessão do Lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 12, compromissos vinculados à concessão, assim como o pagamento de verbas de fiscalização e de reaparelhamento da polícia rodoviária do Estado do Paraná. Em 04 de julho de 2003 foi publicado no Diário Oficial do Estado - D.O.E. do Paraná a Lei 14.065 que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a promover a encampação da concessão, nos termos da legislação vigente. A administração da Companhia entende que a encampação é um instrumento jurídico previsto em Lei e no contrato de concessão, cuja implementação pressupõe o respeito ao devido processo legal e o pagamento prévio de indenização dos investimentos realizados, das multas por rescisões contratuais e dos lucros cessantes. As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2003 não contemplam nenhum ajuste decorrente de uma eventual encampação, tendo em vista que esse evento, até a presente data, não foi promovido pelo Poder Concedente. Tanto o contrato de concessão como a Lei que trata a matéria exigem estudos prévios por parte do Poder Concedente, expondo os levantamentos e avaliações necessários para definir o valor da indenização. Estes custos inclusive devem ser considerados em dotação orçamentária a fim de não comprometer as finanças do Estado.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e consoante os seguintes principais critérios contábeis: (a) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras consistem em aplicações financeiras e investimentos de alta liquidez e são demonstrados pelo valor original acrescido do rendimento auferido até a data do balanço. (b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados em função da expectativa de sua recuperação e de acordo com o disposto na Instrução CVM 371. (c) **Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados no resultado, quando incorridos. Os bens alocados a projetos específicos são contabilizados como obras em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil dos bens e/ou prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota 5. (d) **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos até a data do balanço. (e) **Provisão para contingências:** A provisão para contingências está registrada pelo valor das perdas prováveis, baseado na opinião da administração e de seus consultores legais sobre o total de ações pendentes na data do balanço. (f) **Prejuízo por ação:** O prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço. (g) **Reconhecimento da receita operacional:** A receita operacional é reconhecida quando da utilização da rodovia.

**3. Despesas Pagas Antecipadamente:** As debêntures, emitidas com data de 1º de maio de 2001, foram integralmente subscritas e integralizadas até 14 de novembro com deságio de 4,98%. A comissão de colocação desses títulos, líquido do deságio, foi registrada nessa mesma data como despesas pagas antecipadamente, devendo ser amortizados de forma linear até 1º de maio de 2010, data definida para resgate das debêntures.

**4. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Atendendo as disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 371/02, foram registrados créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, os quais não possuem prazo de prescrição para sua recuperação. Esses créditos estão registrados no ativo realizável a longo prazo, considerando a expectativa de realização determinada com base nas projeções de rentabilidade futura das concessionárias e no limite de 30% para compensação anual dos lucros tributáveis. **a) Aliquotas:** As alíquotas vigentes para os exercícios são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. **b) Reconciliação de impostos:** A despesa de imposto de renda e da contribuição social líquida diferida está conciliada com a alíquota desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	2003	2002
	R\$	R\$
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(24)	(12.364)
Taxa estatutária de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Benefício de imposto de renda e contribuição social	8	4.203
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Imposto sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não diferidas - ativo	(8)	(4.203)
Benefício de imposto de renda e contribuição social	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(42)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo (1)	(1.004)	-
Total despesa de impostos de renda e contribuição social	(1.046)	-

(1) A Companhia optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, a qual permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamentos dos tributos.

**5. Imobilizado:**

	Taxas anuais de depreciação % a.a.	Custo R\$	Depreciação/amortização acumuladas R\$	Líquido R\$	2002 Líquido R\$
Adquiridos e implantados:					
Obras de arte e barreiras de concreto	4,0 a 20,0	37.508	(9.982)	27.526	18.344
Edificações, terraplenagem e drenagens	4,0 a 20,0	116.418	(28.511)	87.907	88.567
Pavimento e recapeamentos	12,5 a 20,0	243.425	(57.904)	185.521	140.029
Projetos e levantamentos topográficos	12,5	10.323	(3.032)	7.291	7.018
Serviços preliminares	20,0	3.500	(3.500)	-	328
Sinalizações horizontal, vertical e aérea	12,5 a 33,33	30.356	(18.136)	12.220	13.618
Tratamento ambiental	10,0	1.584	(441)	1.143	1.154
Equipamentos de informática e software	20,0	12.261	(9.354)	2.907	4.378
Máquinas e equipamentos	10,0 e 20,0	3.144	(1.574)	1.570	1.245
Veículos	20,0	4.843	(2.708)	2.135	1.295
Móveis e utensílios	10,0	965	(406)	559	552
Outros	10,0 a 33,33	1.476	(328)	1.148	1.059
<b>Subtotal</b>		465.803	(135.876)	329.927	277.587
Em andamento - Obras e construções		43	-	43	4.808
<b>Total</b>		465.846	(135.876)	329.970	282.395

**6. Operações com Partes Relacionadas:**  
Em 31 de dezembro de 2003**Empresas acionistas**

Cesb S.A. - Engenharia e Empreendimentos  
Companhia de Concessões Rodoviárias

**Empresas ligadas**

Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.  
Construtora Andrade Gutierrez S.A.  
Construtora Norberto Odebrecht S.A.  
Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.  
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.  
Consórcio Construtor Parques (1)  
Consórcio Operador Parques (1)

Total

Em 31 de dezembro de 2002

**Empresas acionistas**

Cesb S.A. - Engenharia e Empreendimentos  
Companhia de Concessões Rodoviárias

**Empresas ligadas**

Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.  
Construtora Andrade Gutierrez S.A.  
Construtora Norberto Odebrecht S.A.  
Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.  
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.  
Consórcio Construtor Parques (1)  
Consórcio Operador Parques (1)

Total

1) Os valores contratados com esses consórcios para execução de obras e operação da rodovia correspondem àqueles previstos no contrato de concessão, aprovados previamente pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR e suas alterações subsequentes.

**c) Os principais itens das contas dos impostos diferidos são:**

	2003 R\$	2002 R\$
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo Base:		
Saldo de prejuízos fiscais e provisões temporárias	89.528	89.528
Saldo de base negativa da contribuição social e provisões temporárias	88.109	88.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo longo prazo	28.956	28.956

d) O registro dos créditos tributários está respaldado em estimativas de realização baseadas em projeções de rentabilidade da Concessionária, conforme detalhado a seguir:

Expectativa de recuperação anual - 31 de dezembro de 2003:

	R\$ (não auditado)
2004	1.451
2005	3.505
2006	6.460
2007	6.460
De 2008 a 2010	11.080
<b>Total</b>	<b>28.956</b>

Nos termos da Instrução CVM 371, no exercício fiscal de 2003 não foram constituídos ativos fiscais diferidos para a Companhia, em decorrência da ausência de histórico de rentabilidade da forma como está definida nessa Instrução, ou seja, lucro em pelo menos três anos nos últimos cinco exercícios sociais. A aplicação dessa regra para a Companhia não tem nenhuma conotação sobre eventual não possibilidade de realização dos respectivos saldos de ativos fiscais diferidos registrados. Em 31 de dezembro de 2003 o saldo de créditos fiscais acumulados, originado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, incluindo parcela diferida era de aproximadamente R\$ 98.000 mil. Quando da análise para efeito de determinação da parcela a ser registrada, a administração utilizou-se das projeções de resultados para os próximos exercícios e avaliou a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas dos lucros tributáveis futuros. As declarações relativas à perspectiva dos negócios, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Companhia constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas estão sujeitas a alterações, decorrentes do mercado, do desempenho econômico geral do Brasil, de índices econômico-financeiros, da indústria e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

	2003	2002
	Custo R\$	Líquido R\$
<b>Ativo imobilizado</b>		
Obras executadas no exercício		
Passivo circulante		
Fornecedores - partes relacionadas		
Resultado		
Despesas gerais e administrativas		
Custo R\$		
Líquido R\$		
2003		
2002		
97		
440		
1.142		
1.142		
1.142		
115		
97		
13.406		
3.767		
48.000		
21.348		
48.000		
2.616		
97		
396		
1.142		
1.142		
1.142		
115		
97		
4.199		
3.409		
38.271		
11.739		
38.271		
2.250		

continua →





## Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.221.531/0001-30

## Relatório da Administração

A administração da Rodonorte apresenta as Demonstrações Financeiras elaboradas na forma da Legislação Societária, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, assim como apresenta suas principais atividades no ano:

**Considerações Iniciais:**

O ano de 2003, a exemplo dos últimos dois anos, foi marcado pelo expressivo volume de investimentos realizados nas rodovias administradas pela Rodonorte, da ordem de R\$ 90 milhões.

Esse significativo volume de investimentos restaurou cerca de 190 km de rodovias além da implantação de terceiras faixas, acostamentos, pontes e passarelas.

Os investimentos foram realizados dentro dos valores orçados e dentro do cronograma de obras acordado com o Poder Concedente:

Item	Total	Un.	BR 277	PR 151	BR 376	BR 373
Restauração - Rod. Principais	109,64	km	1,86	-	107,78	-
Restauração - Trechos de Acesso						
PR's 239, 151, 090, 340 e 813	80,28	km	-	-	-	-

Terceiras Faixas	28,50	km	0,27	1,82	26,39	-
Passarelas	4	un.	3	-	-	1
Alargamento e Reforço de Pontes e Viadutos	13	un.	-	1	12	-

Estes investimentos vieram suportar o escoamento da cadeia produtiva do complexo soja, que é o principal produto que trafega nas rodovias administradas pela Rodonorte.

Os serviços e obras executadas, e em execução, pela Rodonorte na rodovia já garantiram boas condições de uso, entretanto, o programa de novas obras e inovações tecnológicas continuará nos próximos anos e, certamente, oferecerá aos usuários, um maior nível de satisfação.

**Gestão:**

Alinhados com as mais modernas técnicas de gestão empresarial, foi consolidado as atividades do Centro de Serviços Compartilhados, que nos deu maior agilidade na realização dos serviços nas áreas de Contabilidade, Finanças, Recursos Humanos, Suprimentos e Jurídico. A metodologia EVA como indicador de desempenho da Organização, já está totalmente difundida entre os colaboradores, alinhando as metas da empresa na direção da criação de valor para o acionista.

**Responsabilidade Social:**

Acreditando que a iniciativa de compartilhar responsabilidade com desenvolvimento social, traz benefícios para todos, a Rodonorte manteve a sua postura de empresa cidadã inserida na comunidade, e durante o ano de 2003 desenvolveu uma série de programas de grande alcance social que se somaram a outras iniciativas de apoio a cultura, ao esporte e ao lazer, promovendo a formação educacional e profissional, a conscientização ambiental e a cidadania.

Este conjunto de ações apresentadas a seguir demonstra que além de cumprir com as obrigações contratuais, realizando obras e prestando serviços de qualidade aos usuários, a Rodonorte também participa da vida das comunidades onde atua, direcionando ações para as causas de interesse social e comunitário.

**Programa de Apoio ao Parto Humanizado**

- Em 2003, 3.300 gestantes foram atendidas pelo Programa de Apoio ao Parto Humanizado, realizado pela Rodonorte nas cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Piraí do Sul e Ortigueira, em parceria com as Prefeituras Municipais e Pastoral da Criança dos Campos Gerais. O objetivo é auxiliar os municípios da área de atuação da Rodonorte na luta pela redução dos índices de mortalidade infantil. Para isso, a Concessionária motiva as gestantes para a realização do Pré-Natal, repassando um enxoval para o bebê para todas as gestantes que comprovam a realização de no mínimo 6 consultas de pré-natal na rede pública de saúde. Em Ponta Grossa, com apenas dois anos de implantação o Programa contribuiu com 35% de redução do índice de mortalidade infantil. Em Piraí do Sul, o índice caiu 14,7% depois de um ano de implantação do Programa.

**Programa de Atendimento ao Caminhoneiro**

- Em 2003, 5.400 motoristas de caminhão foram beneficiados com a realização de exames médicos e com tratamento odontológico preventivo. Os serviços são gratuitos e foram realizados diretamente na estrada através do Programa de Atendimento ao Caminhoneiro da Rodonorte (RodoPac). Em um ônibus adaptado com 2 consultórios médicos, um gabinete odontológico completo e sala de exames,

o RodoPac oferece gratuitamente consulta médica, exames de diátese, triglicerídios e colesterol, além da medição da pressão arterial, índice de massa corporal e vacinação contra tétano e difteria, hepatite B e febre amarela. O motorista ainda pode cortar o cabelo e participar da Oficina do Sexo Seguro, com palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e distribuição de preservativos. O programa é realizado uma vez por semana, em pátios dos principais postos de combustíveis, ao lado das rodovias PR 151, BR 277 e BR 376.

**Programa Ver e Ouvir e Sorrir:**

- Com a realização do Programa Ver e Ouvir nas Escolas, 3.000 crianças com idade entre zero e seis anos receberam atendimento médico especializado nas áreas de odontologia, além de exames preventivos de diabetes, triglicerídios e colesterol. O trabalho foi realizado em parceria com a Organização Social e Civil de Interesse Público Ver e Ouvir, a Prefeitura de Ponta Grossa, também incluiu atendimento nas áreas de oftalmologia, fonoaudiologia e otorrinolaringologia. O objetivo é melhorar a qualidade de vida das crianças da rede municipal de ensino.

**Campanha de Volta Pra Casa**

- Desde 2003, os recibos de pedágio emitidos pelas praças de pedágio administradas pela Rodonorte estão sendo utilizados com o objetivo de ajudar a encontrar crianças e adolescentes desaparecidos no Estado. Por mês são emitidos aproximadamente 1,5 milhão de recibos com as fotografias das crianças desaparecidas, impressas no verso, atingindo usuários das mais diversas origens e destinos do Estado do Paraná e de todo o País. A iniciativa faz parte da Campanha "De Volta Pra Casa", em parceria entre o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Estado do Paraná. Perto de completar 2 meses de existência, a Campanha ajudou a encontrar o adolescente Tiago Gonçalves.

**Trabalho Voluntário**

- Em 2003, centenas de pessoas foram novamente beneficiadas com a realização da Gincana da Qualidade - evento anual que incentiva os colaboradores da Rodonorte para a arrecadação de alimentos e brinquedos. Realizada pelo quinto ano consecutivo, a Campanha de 2003 arrecadou 1.539 cestas básicas com 25 quilos (mais de 38 toneladas), suficientes para a preparação de aproximadamente 118.000 refeições, equivalente a aproximadamente 53 mil Reais. Também foram arrecadados e doados 1.672 brinquedos. Os alimentos foram doados para 102 entidades, beneficiando aproximadamente 15.000 pessoas em 14 cidades da região, entre elas, Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Imbaú, Ortigueira, Tibagi, Apucarana e Mauá da Serra.

**Ação Tropical e Caixa nos Bairros**

- Projeto realizado em parceria com a Rádio Tropical com o objetivo de promover o exercício da cidadania, proporcionando à comunidade carente de Ponta Grossa serviços gratuitos, atendimento médico e odontológico, além de recreação. Em 2003, o Projeto foi realizado uma vez por mês, com a participação de empresas e entidades governamentais e não governamentais, atendendo cerca de 600 pessoas a cada edição, totalizando mais de 7 mil pessoas no ano. A Rodonorte participou com sua unidade móvel composta por dois consultórios médicos, gabinete odontológico e sala de exames, além de área para serviços como corte de cabelo e oficina do sexo seguro. Neste mesmo formato, a Rodonorte também foi parceira da Caixa Econômica Federal na realização do programa "Caixa nos Bairros", com atendimento gratuito à população carente.

**Satisfação do Usuário**

- Uma nova pesquisa de opinião para medir o grau de satisfação dos usuários com as melhorias realizadas e os serviços prestados nas rodovias administradas pela Rodonorte, revelou que 77% dos motoristas estão satisfeitos com os serviços e obras realizadas até agora. Para 18% dos entrevistados, o trabalho realizado é regular e apenas 5% dos entrevistados consideraram ruim ou péssimo. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Datafolha entre os dias 14 e 26 de novembro de 2003 com 652 pessoas, entre motoristas de veículos de passeio, de caminhão e ônibus, além de motociclistas e usuários de passarelas que utilizam as rodovias pelo menos duas vezes por semana. O objetivo é conhecer o grau de satisfação do motorista e a sua opinião sobre o sistema de concessão de rodovias e pagamento de pedágio no Estado do Paraná.

- Na avaliação sobre as condições de segurança das rodovias, 75% dos entrevistados disseram que se sentem mais seguros trafegando pelas rodovias concedidas. A grande maioria destaca como principais melhorias à restauração definitiva do pavimento, renovação e ampliação da sinalização, limpeza e construção de terceiras faixas, além do bom funcionamento dos Serviços de Assistência ao Usuário, como serviço com guincho e atendimento pré-hospitalar 24 horas. Quanto à duração das viagens, 87,5% dos motoristas disseram que após a

realização das obras e melhorias, a viagem ficou mais rápida. Para 11%, as viagens continuam com a mesma duração. O restante, 4%, dividiu-se entre os que consideram as viagens mais lentas e os que não souberam avaliar. Com relação aos programas sociais desenvolvidos pela Concessionária que administra as rodovias, o RODOPAC - Programa de Atendimento ao Caminhoneiro se destaca com aprovação de 83% dos motoristas de caminhão (conceito ótimo + bom).

**Avaliação do Pedágio**

- O índice de usuários que são favoráveis ao pagamento do pedágio é de 78%, o que demonstra que os usuários estão reconhecendo que a cobrança da tarifa é necessária para garantir os investimentos em infra-estrutura, para a criação de novos benefícios e a continuidade dos serviços do pronto atendimento, 24 horas. E quando questionados sobre a continuidade do sistema de pagamento de pedágio no Estado do Paraná, 77,4% dos motoristas disseram ser favoráveis à continuidade do pedágio. Apenas 21% disseram ser contra e o restante, 1,6%, não soube responder.

**Prêmios Recebidos:** Fruto do trabalho realizado com consciência e responsabilidade social, a Rodonorte recebeu inúmeros prêmios em 2003. Esses prêmios são o reconhecimento daqueles que encaram o negócio de Concessão com o mesmo profissionalismo que empregamos em nossas ações.

**Prêmios recebidos pela Rodonorte em 2003****"Dignidade Solidária 2003"**

1º Anuário de Responsabilidade Social do Paraná - *Iniciativas que apontam soluções para o futuro*  
"Melhor Projeto de Cidadania Empresarial"

Melhor Vídeo de Comunicação Externa

PRÊMIO TOP OF MIND - 2003

Selo Social

**Concedente e Programa**

Centro Paranaense de Cidadania para o "Programa de Apoio ao Parto Humanizado"  
Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Dharma para o "Programa de Apoio ao Parto Humanizado"  
Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE para o "Programa de Atendimento ao Caminhoneiro - RODOPAC"  
Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE para o vídeo "Reflexos de uma Empresa Cidadã"  
Revista Amanhã/Pesquisa Instituto Bonilha pela "Empresa Concessionária de Rodovias mais lembrada pelos paranaenses - Marca mais conhecida"  
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa pela participação direta e indireta em 16 projetos de interesse comunitário.

**Recolhimento de Tributos**

A Rodonorte continua gerando muitos outros benefícios para as comunidades através do recolhimento de impostos e tributos que reforçam os cofres dos municípios servidos pelas rodovias sob administração da empresa.

Em 2003, os recolhimentos destes tributos pela Rodonorte chegaram a R\$ 14,8 milhões.

Somente de ISSQN, foram recolhidos R\$ 8,7 milhões no ano de 2003. A Rodonorte repassa aos municípios da sua área de abrangência uma alíquota mensal sobre a receita arrecadada, de acordo com os critérios estabelecidos por lei.

**Desempenho Econômico e Financeiro**

A receita da companhia no ano de 2002 foi 12,15% superior a do ano de 2001, e o volume de eixos pedagiados apresentou um crescimento real de 5,8% em relação ao ano anterior.

**Resultado**

	(R\$ mil)	
	2003	2002
Receita Operacional Líquida	166.379	143.037
Custo dos Serviços Prestados	100.588	75.519
Despesas Operacionais (Líquidas)	65.924	79.479
Lucro (Prejuízo) Operacional	(133)	(11.961)
Em 31 de dezembro de 2003 o capital social da Concessionária era de R\$ 107,5 milhões, compostos por 2.149 milhões de ações, sendo 716,5 milhões de ações ordinárias (33,33%) e 1.433,0 milhões de ações preferenciais (66,67%).		

**Agradecimentos:**

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo e dedicação em suas atividades. **A Diretoria**

Balancos Patrimoniais Levantados em 31/12/2003 e de 2002 - (Expressos em milhares de reais - R\$)					
Ativo	2003	2002	Passivo e Patrimônio Líquido	2003	2002
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	6.575	3.655	Fornecedores	1.496	1.978
Aplicações financeiras	4.617	2.827	Fornecedores - partes relacionadas	21.348	11.739
Contas a receber	687	3.118	Debêntures	21.611	30.463
Impostos a recuperar	4.905	4.455	Empréstimos e financiamentos	27.748	2.250
Despesas pagas antecipadamente	795	1.913	Salários e encargos sociais	520	1.047
Outras contas a receber	1.532	292	Impostos e contribuições a pagar	1.262	997
Total do circulante	19.111	16.260	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.004	-
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			Demais contas a pagar	2.076	1.381
Despesas pagas antecipadamente	3.673	4.304	Total do circulante	77.065	49.855
Outras contas a receber	1.780	-	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Depósitos judiciais	8.044	6.033	Provisão para contingências	7.024	5.130
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.956	28.956	Debêntures	112.237	92.584
Total do realizável a longo prazo	42.453	39.293	Empréstimos e financiamentos	158.903	154.429
<b>Permanente</b>			Total do exigível a longo prazo	278.164	252.143
Imobilizado	329.970	282.395	<b>Patrimônio Líquido</b>		
Diferido	-	1.425	Capital social	107.480	107.480
Total do permanente	329.970	283.820	Prejuízos acumulados	(71.175)	(70.105)
<b>Total</b>	<b>391.534</b>	<b>339.373</b>	Total do patrimônio líquido	36.305	37.375
			<b>Total</b>	<b>391.534</b>	<b>339.373</b>
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002 (Expressas em milhares de reais - R\$)					
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	82.480	(57.741)	24.739		
Integralização de capital	25.000	-	25.000		
Prejuízo líquido do exercício	-	(12.364)	(12.364)		
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	107.480	(70.105)	37.375		
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.070)	(1.070)		
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	107.480	(71.175)	36.305		

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2003 e de 2002 (Expressas em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação, expresso em reais)			
	2003	2002	
<b>Receita Operacional Bruta</b>	181.295	156.329	
<b>Impostos e Contribuições</b>	(14.916)	(13.292)	
<b>Receita Operacional Líquida</b>	166.379	143.037	
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>			
Depreciação	(43.713)	(31.412)	
Serviços de terceiros	(48.211)	(38.271)	
Outros	(8.664)	(5.836)	
	(100.588)	(75.519)	
<b>Lucro Bruto</b>	65.791	67.518	
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
Despesas administrativas	(17.126)	(18.663)	
Despesas financeiras:			
Encargos sobre empréstimos	(40.612)	(28.009)	
Variações monetárias e cambiais	(10.065)	(34.228)	
Outras despesas financeiras	(3.732)	(2.367)	
Receitas financeiras:			
Variação cambial	3.023	-	
Juros e outras receitas financeiras	2.588	3.788	
<b>Prejuízo Operacional</b>	(133)	(11.961)	
<b>Resultado não Operacional</b>	109	(403)	
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	(24)	(12.364)	
Imposto de renda corrente	(42)	-	
Imposto de renda diferido e contribuição social diferidos - passivo	(1.004)	-	
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	(1.070)	(12.364)	
<b>Prejuízo Líquido por Ação - R\$</b>	(0,50)	(5,75)	

continua →